PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

HUMANITAS

Instituto de Ciências Humanas

Humanitas - v. 3, n. 1, jan./jul., 2000

Editora/Editor

Profa. Dra. Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa

Editor associado/Associate Editor

Profa. Dra. Doraci Alves Lopes

Revisor de normalização/

Prof. Rui Ribeiro de Campos

Conselho Editorial/Editorial Board

Prof. Dr. Agenor José Teixeira Pinto Farias
Prof. Antônio Carlos Pinheiro
Profa. Dra. Lilia Inés Zanotti de Medrano
Prof. Rui Ribeiro de Campos

Equipe técnica/Technical Group

Profa. Rosa Maria B. Oliveira (SBI/PUC-Campinas) – normalização/normatization
Prof. Dr. Thales de Andrade – revisão do idioma inglês/ English revision

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

The Board of Editors does not assume responsability for concepts emited in sign articles.

Copyright©Humanitas

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte. A reprodução total depende da autorização da Revista.

Partial reproduction is permitted if the source is cited. Total reproduction depends on the authorization of the Revista

Humanitas é continuação do título Revista Humanitas do ICH da PUCCAMP, fundada em 1997. É publicada semestralmente e é de responsabilidade do Instituto de Ciências Humanas, PUC-Campinas. Publica trabalhos da área de Ciências Humanas realizados na Universidade, bem como de colaboradores externos.

Humanitas is former Revista Humanitas do ICH, PUCCAMP, founded in 1997. It is published every bi-annualy and is of responsability of the Instituto de Ciências Humanas, PUC-Campinas. It publishes works carried out in the University in the field of Humans Siencie, as well as external contributors works.

Colaborações/Contributions

Os manuscritos devem ser encaminhados ao Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão (NUPEEN), Instituto de Ciências Humanas (ICH) conforme as "Instruções aos Autores", publicadas no final de cada fascículo.

All manuscripts should be sent to the Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão (NUPEEN), Instituto de Ciências Humnas and should comply with the "Instructions for Authors", publishid in the end of each issue.

Assinaturas/Subscriptions

Pedidos de assinatura (Anual: R$20,00) ou permuta devem ser encaminhados ao Núcleo do ICH.

Subscription (Anual: U$10.00) or exchange orders should be addressed to the Núcleo do ICH.

Correspondência/Correspondence

Toda a correspondência deve ser enviada à Humanitas no endereço abaixo:

All correspondence should be sent to Humnitas at the address below:

Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão, Instituto de Ciências Humanas - PUC-Campinas.

Rod. D. Pedro I, km 136 – CEP 13086-900 Bloco H 11, Campus I
Parque das Universidades - Campinas - SP
Caixa Postal 317 – CEP 13012-970
E-mail: ich@acad.puccamp.br

SUMÁRIO
CONTENTS

3 Editorial

ARTIGOS/*ARTICLES*

5 Estado militar, cultura de massas e transformações políticas na década de 70
Military State, mass culture and political transformations during the 70's
Mirza Maria Baffi Pellicciotta

19 A ditadura do entretenimento: limites e possibilidades da democracia no século XXI
Entertainment dictatorship: limits and possibilities for democracy in the 21 st century
Thales de Andrade

31 Futebol: racismo, identidade nacional e uso político
Football (soccer): racism, national identity and political use
Rui Ribeiro de Campos

51 O campo e a cidade?
The country and the city?
Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues

59 As representações geográficas no conjunto das representações sociais
Geographic representations among the social representations
Antônio Carlos Pinheiro

69 Entre la globalid y las asimetrías de la interdependencia: la negoción de um régimen internacional sobre cambio climático
Between globalism and the inequalities of interdependence: trade of an international regime on climate change
Joaquín Alcaide Fernández

97 Una maestria de mentes y corazones
A master degree of minds and hearts
Doraci Alves Lopes

101 **RESENHA**

EDITORIAL

Apresentamos aos nossos leitores o número 01, do volume 3, da revista *Humanitas*, lembrando que nossa revista encontra-se em seu quarto ano de circulação. Neste período passamos por uma série de transformações, visando adequá-la aos padrões de uma revista acadêmica, como vocês poderão observar com este número.

Mais uma vez reforçamos a natureza plural do nosso Instituto, através do trabalhos aqui publicados. O leitor encontrará no texto de Mirza Pellicciotta, uma análise da relação entre a instauração da ditadura militar no Brasil, pós 1964, e o desenvolvimento em larga escala da indústria cultural no país, através do movimento que ficou conhecido como cultura alternativa. A autora procura avaliar de que maneira essa experiência expressa uma nova articulação entre cultura e política. Thales de Andrade, procura em seu texto realizar uma análise sobre a estetização das relações sociais e a importância do entretenimento na vida política moderna. Na opinião do autor, no momento atual, as tecnologias de comunicação tendem a incorporar a política utilizando recursos de entretenimento, o que dificulta a expansão da cidadania.

Rui Campos, em seu artigo procura demonstrar que o futebol pode ser considerado um fenômeno que traduz a cultura brasileira, evidenciando o racismo, a desigualdade social, a manipulação política e o orgulho nacional. Vera da Silva Rodrigues aborda, em seu texto, as alterações recentes por que tem passado as relações entre campo e cidade, mostrando que atualmente existe uma reunificação. Antônio Carlos Pinheiro, relaciona a teoria da representação de Lefebvre e a teoria das representações sociais, com as representações geográficas. Estamos publicando neste número também, dois artigos que representam uma experiência interessante e importante que o Instituto desfrutou durante os meses de janeiro a março deste ano, com a viagem de Intercâmbio Acadêmico por que passou a Professora Doraci Alves Lopes. A professora foi escolhida, através de um projeto enviado em agosto de 1999 para participar de intercâmbio na Universidade Internacional de Andalucía, Espanha. Lá, Doraci, atuou como professora auxiliar do I Mestrado de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Ação Humanitária, promovida pelo Departamento de Direito Internacional da Universidade de Sevilha. Desta experiência resultou uma troca importante entre o Instituto e a Universidade Internacional de Andalucia, que procuraremos retratar através do artigo de Joaquín Fernández, professor de Direito Internacional Público e Relações Internacionais da Universidade de Sevilla, Espanha, sobre a globalização e as assimetrias da interdependência, através do estudo de caso das mudanças climáticas. Por fim, o texto de Doraci Lopes procura contar de forma intensa o significado da experiência vivenciada por ela, nestes 3 meses.

Aproveito a oportunidade para agradecer a Professora Maria Salete Zulzke Trujillo, Diretora do Instituto de Ciências Humanas por seu apoio incondicional ao Conselho Editorial, bem como a Professora Rosa Maria Vivona B. Oliveira, Diretora do SBI-PUC-Campinas, e Maria Cristina Matoso, do Núcleo de Editoração SBI/FCM, por colaboração na preparação deste número atendendo as normas de indexação. E também ao funcionário Ricardo Marcelo F. Gorchacov do Núcleo, pelo trabalho constante e atento no auxílio do Conselho Editorial.

Esperamos que nossos leitores possam aproveitar ao máximo o bom resultado desta publicação.

Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa
Editora

CAD - FAU
PUC-CAMPINAS

ARTIGO

ESTADO MILITAR, CULTURA DE MASSAS E TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS NA DÉCADA DE 1970

MILITARY STATE, MASS CULTURE AND POLITICAL TRANSFORMATIONS DURING THE 1970's

Mirza Maria Baffi PELLICCIOTTA[1]

"Greve nós sabemos fazer, fale-nos de Picasso, filosofia, psicanálise"
(Jean Paul Dollé. Jornal Avesso – USP 1978)

RESUMO

O texto procura estabelecer uma relação entre a instauração da Ditadura Militar no Brasil do pós-1964, o desenvolvimento da indústria cultural em proporções jamais vistas no País, e a inauguração de novas formas e relações políticas ao longo da década de 1970. Através da análise de um contexto muito específico, trata-se de conhecer o fenômeno conhecido como "cultura alternativa", que, entre outros aspectos, expressa discussões e experiências de alto teor crítico a ambos os processos. No mesmo sentido, procura-se avaliar até que ponto estas experiências consideradas "alternativas" expressam uma nova articulação entre cultura e política, na medida em que as consideramos como fruto destes mesmos desafios.

Palavras-chaves: *cultura e políticas, cultura de massas, estado militar e cultura, estado militar e cultura de massas.*

ABSTRACT

This article searchs to establish a relationship between the Military Dictartorship regime in Brazil after 1964, the development of na cultural industry in proportions never seen before in the country, and the begininng of new forms of political relations throughout the seventy years. Through the analyses of a very specific context, our purpose is to investigate an social phenomenon known as "alternative culture", which among other aspects, express discussions and experiences of great critical meaning in relation both process. In this same sense, we look for to evaluate to what extent these experiences, considered as alternative, express a new way of to articulate culture and politics, taking into account that we consider them as a result of the same challenges.

Keywords: *culture and politics, mass culture, militar state and culture, militar state and mass culture*

[1] Mestra em História pela UNICAMP. Professora do Curso de História, Instituto de Ciências Humanas, PUC-Campinas.

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos mais graves da vigência da ditadura militar brasileira no período pós-1964 é o fato de não se poder "medir" (de maneira mais precisa) a produção cultural gestada ao longo deste percurso, em particular a produção da década de 1970, período considerado usualmente como "obscuro", de pouca expressividade e de difícil percepção dos desdobramentos.

No entanto, é ao longo desta década que vemos se desenvolver a televisão, o mercado fonográfico, o mercado editorial, se concretizar importantes investimentos estatais na área cinematográfica e teatral, se construir e consolidar uma ampla rede de comunicação que transcende em muito os limites do rádio para pretender, segundo Renato Ortiz, uma verdadeira "integração nacional"[2]. Ao mesmo tempo e em paralelo às novas possibilidades de comunicação, o "vazio" político de grande parte da década de 70 se associa às dificuldades concretas e sérias de realização das trocas de referências e de produções de segmentos importantes do cenário cultural.

A década de 70 quando tomada pelo viés da produção cultural apresenta, então, recortes muito específicos trazidos em parte pela dinâmica repressiva, mas de forma predominante pela entrada intensiva da chamada indústria cultural, sendo que o processo de massificação cultural a interferir no campo da comunicação e da produção musical, teatral, artística ***reordena*** questões ao impor uma outra dinâmica de circulação e padrão de consumo.

Como sugere Inácio de Loyola Brandão, a tecnologia convive com uma produção cultural clandestina que é forçada a recriar os seus instrumentos de comunicação a partir das próprias técnicas introduzidas na ocasião. Segundo o autor:

> *"..xerox viriam, surgiriam dos subterrâneos, emergiriam da clandestinidade a que a cultura brasileira foi obrigada a suportar por anos e anos (..) Cópias xerox de livros, peças proibidas. Poesias mimeografadas por não encontrarem editores com audácia para publicação. Letras de músicas jamais gravadas. Fotos, revistas e jornais estrangeiros, livros que tinham escapado à apreensão (..) Quem tinha algo proibido, não guardava cuidadosamente, na esperança do 'material' se valorizar, obter preço de mercado. A maioria das pessoas entendeu que a cultura não era coisa para bolsa de valores (..) Conheci muitos grupos que faziam vaquinhas, coletavam dinheiro, faziam uma cópia. Uma lista de nomes acompanhava o texto. O primeiro lia, passava ao segundo. O segundo ao terceiro, até o fim da linha. Se a cópia resistia, eles procuravam outro grupo, estabeleciam novo circuito"*[3]

De maneira paralela à veiculação de uma "cultura oficial", ganha lugar a circulação de todo um conjunto de obras proibidas e copiadas que passam a se fazer conhecidas, discutidas e comentadas no bojo de um processo de resistências crucial à permanência ou mesmo continuidade de certas perspectivas e experiências culturais interrompidas. As produções que alcançam os meios de comunicação oficial convivem com obras geradas sob condições as mais adversas (com suas produções e circulações marcadas pela clandestinidade) que no entanto, não cessam e acabam por conquistar lugar no cenário cultural.

Os atos arbitrários e diversos de censura e auto-censura convivem também com a "explosão" de uma sociedade de mercado promotora de novos hábitos, valores e questões em meio a qual a juventude - e os estudantes universitários - dos anos 1970 se desenvolvem premidos pelas contradições e pelo caráter

(2) Ortiz, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. SP: Brasiliense, 1985, 3º ed; Ortiz, Renato. A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural. SP: Brasiliense, 1988

(3) Brandão, Inácio de Loyola. Folhetim, 6/maio/79, nº 120, p.8/9

estatizado e autoritário desta mesma sociedade de mercado em expansão.

As possibilidades de resistência às contradições colocadas pelo presente passam então por uma leitura e percepção crítica deste momento, forçosamente diferente das leituras produzidas em tempos anteriores de forma que as realizações culturais dos anos 1970 adquirem um leque diverso de produções e de perspectivas que vão das obras interessadas em dar continuidade aos trabalhos interrompidos à obras cujos referenciais provém das incongruências do novo tempo, em uma grande diversidade de interpretações e utopias que convive lado a lado com o desenvolvimento de uma perspectiva artística de caráter propriamente empresarial.

De qualquer maneira, conforme sugere Roberto Schwarz em "Cultura e política, 1964-69"[4], toda uma produção cultural desenvolvida nos anos 60 perde concretude com o golpe, ao mesmo tempo em que se alteram vínculos entre produção cultural e política, ocorrendo uma quebra das relações estabelecidas entre a intelectualidade e a luta popular. Por outro lado, os acontecimentos desta nova década são também capazes de gestar uma ***outra perspectiva*** de relação entre política e cultura na qual as heranças da década de 1960 encontram alguma continuidade - ainda que por uma dimensão mais individualizada.

Na medida em que a censura, a repressão e a comunicação de massa se desenvolvem, a própria idéia de "resistir" ganha uma nova dimensão passando a envolver temas e experiências artísticas diversificadas que, como a se orientar pela frase de Chico Buarque: "quero perder de vez tua cabeça", procuram ampliar o processo de resistência através de um leque de questionamentos que muitas vezes transcende o campo das posturas "engajadas" para constituir leituras e posturas político-culturais "alternativas".

Na intenção de desenvolver uma reflexão sobre a questão da cultura de massas no período da ditadura militar e sua relação com o universo das transformações políticas desta fase, nos parece importante seguir uma pista apontada por Renato Ortiz[5] acerca da importância e consistência que a indústria cultural atinge/adquire neste período no Brasil, questão, no entanto, que não tem sido considerada primordial à análise desta mesma fase, dificultado a compreensão das transformações que se operam no plano da produção cultural de nosso país.

De fato, uma pesquisa mais atenta sobre o período atesta a presença destas transformações e sua influência sobre as ações políticas, auxiliando-nos a compreender a emergência de todo um conjunto de proposições e projetos que, no curso dos anos, acaba por provocar um alargamento da concepção - e do território - da ***política***, herança das mais importantes à nossa contemporaneidade.

ESTADO MILITAR E CULTURA DE MASSAS

> *"64 inaugura um período de enorme repressão política e ideológica, mas significa também a emergência de um mercado que incorpora em seu seio tanto as empresas privadas como as formidável expansão, a nível da produção, da distribuição e do consumo de bens culturais. É nesta fase que se dá a consolidação dos grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação de massa (TV Globo, Ed. Abril,etc.)"*[6]

A partir de 1964, o Estado desempenha um papel de destaque na dinamização do ***mercado cultural*** ao tratar desta questão como um *meio de integração* nacional, associando à expansão e consolidação do mercado de bens simbólicos a veiculação e desenvolvimento de sua política autoritária.

A associação entre interesses do capital privado e poder público possibilita que o governo

(4) Schwarz, Roberto. **O Pai de Família e outros estudos**. RJ: Paz e Terra, 1992, 2.ed., p.61-92
(5) Ortiz, Renato. A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural. Op. Cit; Ortiz, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. Op. Cit.
(6) Ortiz, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. Op. Cit., p.83

invista na construção de uma infra-estrutura tecnológica para o sistema de telecomunicações e que implante uma legislação específica para o setor cultural na pretensão de disciplinar e organizar a produção e distribuição segundo a lógica de mercado. Por outro lado, a associação de interesses entre capital e poder público estabelece uma parceria entre a construção de uma infra estrutura tecnológica para o sistema de telecomunicações e o cumprimento de regras de controle centralizado, sendo que a legislação implantada para a esfera cultural vai procurar disciplinar e organizar as atividades de produção e de distribuição dos bens culturais, conforme as regras do poder estatal. Por esta via, enquanto o Estado desempenha um papel de destaque na dinamização do mercado cultural, este mesmo mercado se presta a veicular a política governamental e a desenvolver uma concepção autoritária de cultura com bases fundamentadas no poder repressivo sobre a sociedade civil.

No estudo de Sérgio Miceli, Estado e Cultura no Brasil[7], podemos acompanhar a criação de novas instituições estatais para o setor, em especial na segunda fase da década (a partir de 1975), quando o Plano Nacional de Cultura estimula investimentos públicos no campo da produção cultural (cinema, teatro, artes) permitindo aos capitais privados assumir os investimentos nas áreas mais lucrativas como o turismo, a televisão, os mercados fonográfico e editorial.

Entre estes novos órgãos e instituições culturais estão o Conselho Federal de Cultura (criado em 1966), a FUNARTE, a EMBRAFILME, entre outras, que permitem a institucionalização de canais entre o Estado e a sociedade civil, sendo compostos por representantes das Academias e Institutos mais tradi-cionais (que desde o princípio, apoiam o Golpe), por setores empresariais (que pouco a pouco, ocupam cargos junto às novas instituições), ou ainda, por intelectuais e artistas de esquerda que neste momento se interessam em integrar o parque industrial da cultura (em especial, através de projetos subsidiados e voltados aos setores de menor poder de mercado).

A criação destes canais e espaços, por sua vez, confere poder de expressão às posturas e manifestações culturais conservadoras que há muito se acreditavam extintas e que agora ressurgem para dar apoio às novas regras autoritárias e aos processos de intervenção e interrupção da produção cultural, em um percurso marcado por grande violência política (Schwarz). Este é o tempo no qual um "festival de besteiras (...) assola o país", segundo o FEBEAPÁ[8] de Stanislaw Ponte Preta, enquanto a implantação do regime político autoritário através de um processo de repressão e censura interrompe concretamente todo um leque de projetos e movimentações culturaisdesenvolvido no início da década para dar vez a novas medidas e regras de funcionamento das instituições políticas e estrutura econômica de produção cultural.

Por meio destes novos instrumentos de comunicação política e cultural, o Estado arregimenta diferentes interlocutores que, por um lado, auxiliam-no a legitimar atividades e discursos, e por outro, confere a setores empresariais de inspiração tecnocrática, postos chave nesta nova estrutura pública.

Em associação à implantação de novas medidas e regras de funcionamento para instituições políticas e culturais, a instauração de medidas como o Ato Institucional nº 5, em fins de 1968, implica na ***interrupção*** concreta de experiências e de projetos, bem como na exclusão dos movimentos sociais dos fóruns de poder do Estado, intervenção que, no plano das realizações culturais, se traduz na ruptura efetiva de experiências (culturais e políticas) de toda uma geração, ou ainda, na ruptura de perspectivas de produção coletiva muito caras à estes mesmos grupos. Segundo Roberto Freire:

> *"..o mais grave e lamentável no processo de censura arbitrária e reacionária à liberdade de ação, de crítica e de expressão crítica, não é a censura propriamente dita, mas a sua conseqüência e principal finalidade*

(7) Miceli, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo:Difel, 1984
(8) Ponte Preta, Stanislaw. FEBEAPÁ: 1º Festival de Besteira que Assola o País. São Paulo, Círculo do Livro, s/d
(9) Freire, Roberto. "O Que o País perdeu com o AI-5?" Folhetim, 31/12/78, p.3)

quando eficientemente aplicada: a autocensura (..) sucesso do sistema político repressivo"[9]

Particularmente no Governo Médici, a dinâmica de censura, repressão e intersificação das relações de mercado aflige a criação artística ao bloquear as condições de desenvolvimento de experiências de vários campos artísticos através da repressão e da entrada de grandes empreendimentos de comunicação de massas, que coloca sob outros patamares a construção e consolidação da indústria cultural e do mercado de consumo. A partir de então, são os monopólios de comunicação que se sobrepõem aos percursos de experimentação cultural da década anterior, de forma que o "fechamento" político de 1968 não só interrompe perspectivas de produção crítica (inclusive em relação à massificação) como dá início a um tempo de realizações fragmentadas e constrangidas a dividir o pequeno espaço de realização e circulação deixado pelo redimensionamento desta mesma produção cultural.

Ainda no período anterior à decretação do AI-5 encontramos um conjunto relativamente articulado de discussões e perspectivas de produção cultural pautado pela leitura crítica da arte em associação à problemática social do país; uma leitura herdeira de experiências do início da década de 1960 que, neste mesmo contexto, permite a formação de um "diálogo" entre campos artísticos diversos (cinema, teatro, música) em nome da criação de uma arte "engajada" - muitas vezes associada às renovações estéticas de forte significado crítico.

A partir do AI-5, a sedimentação de um amplo mercado de consumo cultural trazido pela televisão, indústria fonográfica e produção cinematográfica internacional passa a condicionar, paulatinamente, as perspectivas de produção, "empurrando" para a marginalidade ou para a clandestinidade as experimentações de caráter político-cultural herdadas, retirando de cena inúmeros artistas e rompendo com um percurso de discussão e articulação específico que já não encontra espaço em meio às novas regras de censura e mercado cultural.

Por outro lado, este mesmo regime autoritário associado à massificação cultural conquista ***legitimidade social*** na medida em que considera como "subversiva" as produções anteriores, o que vale dizer que a pressão conservadora embaralha as referências ao mesmo tempo em que cerceia as tentativas de rearticulação de discussão, resgate e continuidade das produções anteriores.

A configuração de novas perspectivas mercadológicas, ao lado da instauração e desenvolvimento de grandes monopólios de comunicação, se sobrepõe ao curso de experimentações culturais da década anterior que, em grande medida, se pautara por uma perspectiva política de identificação cultural, discussão social, expressão de conflitos e desvendamento de heranças culturais marcantes. Podemos dizer que nos anos 1960, particularmente no período pré-AI-5, encontrava-se em curso um conjunto de expe-riências e leituras político-culturais capaz de fazer aflorar verdadeiros "diálogos" entre campos de produção específicos, como o cinema, o teatro, a música, sendo que, entre seus pontos de articulação, achava-se uma leitura da arte associada à questões e problemáticas sociais do país.

Desde a formação do Cinema Novo (final dos anos 50) encontramos entre seus fundamentos uma perspectiva de produção cinematográfica "nacional" (de ambições, inclusive, industriais) dotada de temáticas e processos de produção sensíveis às questões sociais, políticas e econômicas do país. No campo teatral, a década de 1960 marca importantes realizações com base na leitura crítica de uma sociedade marcada por diferenças e conflitos profundos, na qual a condição de pobreza - que afeta a produção e a circulação cultural - se constitui ao mesmo tempo objeto e fim de sua perspectiva artística. O "o que fazer" se articula com o "como fazer", na busca de uma coerência de realização compatível com as opções temáticas e estruturais de produção. No campo musical, o movimento de "bossa nova" iniciado ainda nos anos 1950, assume uma produção muito rica e variada de pesquisas e criações, onde gerações de artistas populares são recuperados em uma perspectiva de recriação musical, sensível aos aspectos sociais deste mesmo tempo.

As diferentes obras de arte, de diferentes campos de linguagem, possuem como "área" comum de articulação a inserção em uma "realidade" marcada pelas disparidades, na qual a riqueza das respostas culturais, políticas e sociais apontam para uma perspectiva coletiva de produção "brasileira" . E se a mesma perspectiva já se colocara em outras épocas, em particular no início do século em torno da arte modernista, nos anos 1960 ela assume uma articulação mais ampla, inclusive em termos de linguagem. A música, o teatro, o cinema generalizam sua dimensão de trocas simbólicas, e pouco a pouco, novas experiências se articulam, inclusive na esfera da política.

O CPC da UNE pode ser observado como um fenômeno importante deste período por constituir um projeto de intervenção política que tem como linguagem a produção cultural. A reunião de artistas jovens e criativos afinados com propostas de renovação do campo artístico, possibilita a este espaço a produção de uma leitura político-cultural da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que um amadurecimento da articulação entre política e cultura. Entre as produções realizadas pelo CPC, diretores do cinema novo assinam "Cinco Vezes Favela"; na área teatral, encontramos as experimentações de Vianinha de forte inspiração brechtiana que lhe permite buscar uma dramaturgia participante e provocativa, que rompe limites entre palco e platéia. No campo literário, as publicações procuram não apenas discutir o "popular" mas resgatar referências de pesquisa que alimentam outros campos de produção artística. Em relação à música, chega-se a gravar um disco com os mesmos propósitos. Na experiência do CPC, enfim, encontramos perspectivas de produção e de distribuição "alternativa" marcadas aqui por fortes vínculos políticos e intenções de intervenção social - que permanecem resistentes em alguns aspectos nos anos 1970.

UMA CULTURA "ALTERNATIVA" EM CURSO

O "fechamento" político de 1968 interrompe as perspectivas coletivas críticas de produção cultural que até então vinham promovendo renovações importantes, sendo que os anos que se seguem marcam um fenômeno fragmentado de realizações, constrangidas a ocupar um espaço muito restrito de circulação e articulação. Na fala de artistas de áreas diferentes, podemos perceber o sentimento generalizado de isolamento tomado em relação à década imediatamente anterior.

Entre os aspectos problemáticos deste percurso, está a interrupção das linguagens discursivas, forçadas a recorrer à abstração e aos simbolismos para escapar à censura, tornando cifrada a comunicação entre as pessoas. Este fenômeno de "falar pelas entrelinhas" (a exigir muita criatividade de quem emite e muitas referências de quem recebe) se estende para o teatro, para o cinema, para a imprensa, a literatura, a música e para a política, registrando-se um processo no qual as relações de conhecimento sofrem grandes dificuldades para se propagar e se desenvolver. Em paralelo, todo um mercado de consumo cultural se sedimenta ao redor da produção televisiva, da indústria fonográfica, da produção cinematográfica internacional sendo que a adoção do AI-5 constrange, inclusive, a permanência uma dada produção que vinha se colocando como alternativa cultural à própria massificação.

Segundo Roberto Schwarz[10], o campo de produção cultural propriamente dito - em relação aos demais campos e setores sociais do período - não é imediatamente atingido pelo Golpe de 64, situação que permite uma continuidade do "diálogo" artístico (em relação às questões vividas pela sociedade) por um tempo maior. No entanto, aqueles projetos que prevêem uma intervenção cultural no universo político são mais rapidamente censurados, quando não destruídos, como o CPC e a UNE; de forma que, o acesso do público a um universo de produções culturais de teor mais crítico passa a ser paulatinamente fechado, inclusive, com relação a jovens artistas já consagrados pela mídia, como no caso de Chico Buarque e de Caetano Veloso.

Se a interrupção de uma dada perspectiva de produção cultural atinge artistas mais consolidados em termos de público, o que não

(10) Schwartz,"Cultura e Política, 1964-69". op. cit.

dizer de novos artistas que chegam ao sul do país no final dos anos 1960 para apresentar seus trabalhos? Neste caso, se revela notória uma ruptura das condições de realização cultural e do desenvolvimento de um conjunto mais amplo de trabalhos e experiências culturais que se faziam dotados de traços identitários de produção.

Ao mesmo tempo que inúmeros artistas são excluídos da cena artística pelas novas regras do mercado cultural - constrangidos efetivamente de desenvolver e apresentar seus trabalhos, seja pela censura, seja pelas polêmicas, mas acima de tudo, pelas condições concretas de produção e sobrevivência -, a ***profissionalização*** da atividade do artista é redefinida face as transformações de teor e organização da produção cultural, cada vez mais marcada pela indústria cultural. E neste caso, em associação às rupturas concretas estabelecidas no meio político-cultural, as novas produções apresentam em suas bases de interpretação e criação questões que pouco tem a ver com as experiências realizadas até então.

Os anos 1970, portanto, não são marcados apenas por "rupturas"; são marcados por "descompassos" entre a política e a cultura, ou ainda, por uma progressiva desarticulação - e rearticulação, sob novos padrões - destas questões. O movimento tropicalista, por exemplo, se decompõe na obra particular de alguns componentes, ao mesmo tempo que algumas de suas formulações originais (dotadas de uma certa crítica à cultura de massas) adquirem novas conotações políticas e culturais. Vemos, neste caso, o quanto a trajetória artística de Caetano Veloso, marcada por uma contínua polêmica em torno de questões como "resistência", "cons-ciência", "engajamento", acaba por contribuir, em certo sentido, para ampliar ainda mais o constrangimento à produção de muitos artistas e trabalhos que já enfrentam profundas dificuldades de expressão neste contexto.

Por outro lado, parte dos novos processos criativos - em sua vasta heterogeneidade - dão prosseguimento à algumas referências da produção cultural de períodos anteriores, sendo que prevalece a ausência de uma maior clareza sobre estes mesmos legados (sobre as experiências travadas no período imediatamente anterior). A arte de "falar pelas entrelinhas", neste sentido, esconde algumas pistas de continuidade, na medida em que se procura recriar perspectivas de maior abrangência social a partir das condições estabelecidas neste mesmo momento.

Na verdade, ao invés de um "vazio" cultural, veremos aflorar nos anos 1970 um conjunto de produções diversificado, ao mesmo tempo que muito específico, e que se faz realizado em ***circuitos alternativos à indústria cultural***; um conjunto fragmentado em suas pretensões coletivas - em relação ao passado - mas que procura responder a uma década de constrangimentos e de violências às pers-pectivas de participação social.

Pouco a pouco, tomam forma produções "alternativas" que falam em "resistência" - sem se restringir à temas em si mesmos "engajados", que falam em política - a partir de um leque muito diversificado, atento ao cotidiano e à subjetividade -, que falam da cultura de massas - ousando recriar conceitos e experiências "alternativas" de produção e circulação de suas "mercadorias". De uma certa forma, estas produções tornam possível o "retecer" de parte dos fios que são violentamente cortados no universo político-cultural pelo Golpe Militar de 1964.

UMA CULTURA "ALTERNATIVA"

A presença do ***Estado*** autoritário a intervir e transformar os mecanismos de produção cultural em uma dimensão nacional, ao longo dos anos 1970, estabelece uma forte influência sobre a criação cultural desta fase, sendo que sua presença nos auxilia a pensar sobre o significado da chamada "produção alternativa" que paulatinamente ***reelabora*** conceitos e experiências de produção cultural, de forma a conquistar espaços importantes no campo dos referenciais contemporâneos.

Alijado da esfera pública por razões ora políticas, ora culturais, e inclusive morais, todo

um conjunto de atividades e produções culturais é forçado na primeira fase dos anos 1970 a enfrentar a condição de marginalidade ou clandestinidade; tempo que podemos considerar como de experiências "marginais" e "alternativas" - seja em relação à dinâmica de implantação da indústria cultural, seja em referência ao teor de discussões, interpretações e perspectivas que se gestam em seu interior.

Um breve balanço do que se costuma chamar de "cultura alternativa" configura estas mudanças de fundo. A trajetória de uma imprensa "nanica", como o Pasquim[11], por exemplo, reflete não apenas a presença de mecanismos de censura política e social, como também registra a construção de formas alternativas de produção cultural, mostrando-se sensível à questões cruciais que marcam a sociedade. O modo de "fazer" cultura e arte; de "expressar" linguagens; de "experimentar" interpretações e propostas inovadoras é agora acompanhada pela construção de um ***outro*** espaço de produção. A criação de novas formas do "fazer" se vincula, então, à necessidade e possibilidade de lidar com a presença desta indústria cultural no país.

Neste caso, se nos distanciarmos da discussão propriamente do "controle" estatal para nos atentarmos para o plano da criação alternativa, poderemos ***reinterpretar*** todo um conjunto de experimentações que, a primeira vista, poderia ser descartado como irrelevante no plano cultural e político.

A chamada "cultura alternativa" dos anos 1970 se refere à uma ampla e significativa trajetória de produção que ao mesmo tempo que busca o mercado (em gestação), busca aprimorar o conceito de suas criações, ou ainda seus processos criativos, na defesa de uma maior liberdade de produção e de circulação de "mercadorias" variadas. No campo da literatura, por exemplo, a produção conhecida por "poética marginal" apresenta um longo percurso de trabalhos, discussões e experiências em torno de uma possível "identidade" de criação marcada pelo propósito de inserir a poesia na vida cotidiana das pessoas, no "olhar" sobre o mundo, na sensibilidade para com a diversidade das questões que se apresentam no bojo da sociedade de mercado. A "poética marginal" tem como ponto em comum o desafio - prazeroso, com freqüência - de produzir artesanalmente a sua "mercadoria", de forma a "imprimir" na sua própria confecção o processo criativo, ou ainda registrar a preca-riedade das condições de sua realização e circulação – estabelecida por meio de uma relação personalizada (e direta) do poeta com o público. Ao lado desta especificidade de produção e de distribuição, muitos artistas "marginais" procuram também estabelecer vínculos com outras linguagens (teatro, música, literatura) de forma a transpor os limites que se acham colocados para as "mercadorias" artísticas[12].

A produção de quadrinhos, da mesma forma, revela um universo de leituras e de linguagens muito especial, em particular as charges e os cartuns de alguns artistas que assumem uma perspectiva de resistência cultural através do discurso do humor. Frases do tipo: "o ano é novo mas a pouca vergonha é velha", "Todo homem tem seu preço. Alguns até em suaves prestações", "O rei não vai atender seu pedido de anistia, mas deseja-lhe um feliz ano novo"[13]; são agora associadas à imagens que tornam legível críticas cifradas. As situações cotidianas são estrategicamente articuladas a um quadro de "absurdos" que inverte o sentido dos discursos oficiais impondo-lhes desgastes, ao mesmo tempo que se procura resgatar questões cerceadas pelo contexto repressivo. Neste caso, através de um jogo de sentidos (neste contexto específico), propõe-se um enfraquecimento dos discursos ideológicos articulados, sendo que, enquanto se fizer forte a presença dos referenciais culturais do período anterior, torna-se possível restabelecer conexões de sentido. O problema vai se agravar quando estes

(11) Ver: Braga, José Luiz. O Pasquim e os Anos 70: mais pra epa que pra oba... Brasilia, DF:Editora Universidade de Brasília, 1991

(12) Ver: Buarque de Holanda, Heloísa e Gonçalves, Marcos A. Cultura e Participação nos anos 60. São Paulo, Brasiliense, 1987; Buarque de Holanda, Heloísa. Impressões de Viagem. CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/70,. São Paulo, Brasiliense, 1981; Buarque de Holanda, Heloisa e Pereira, Carlos Alberto Messeder. Patrulhas Ideológicas marca reg. Arte e engajamento em debate, São Paulo, Brasiliense, 1980

(13) Folhetim de 31/12/78

referenciais se modificam para reafirmar a institucionalidade do regime de arbítrio. Durante os anos 1970 encontramos aspectos de ambos os movimentos articulados à presença da censura e à inibição de mecanismos de participação coletiva (particularmente no espaço público).

Trajetórias semelhantes acontecem na área cinematográfica, em especial, no chamado "cinema marginal", ou no campo das artes plásticas, sendo importante considerar que é em torno da crítica ao ***mercado*** que se dá a recomposição de experiências e de referências oriundas dos anos 60, estabelecendo-se um universo "alternativo" de criações e de circulação (de novas frentes de expressão e manifestação) muito crítico à questão da "mercadoria" cultural, bem como de novos mecanismos de resistência - de caráter diversificado nos envolvimentos e leituras políticas. No conjunto destas motivações e relações cabem posicionamentos que entendem a cultura pelo viés essencialmente militante - e que definem ***limites*** para a criação artística, em nome do cumprimento de finalidades muito específicas -, assim como surgem novas formas e conteúdos de ação política e cultural, na intenção de responder às problemáticas concretas vivenciadas neste período e que se diferenciam profundamente da fase anterior.

Entre estas várias possibilidades de articulação, pouco a pouco emerge uma outra percepção do "político", percepção que se revela muito sensível às questões específicas colocadas nesta década, ainda que, muitas vezes, de maneira um tanto imprecisa e conflituosa. De qualquer forma, antes de tudo, é o ***período*** que se apresenta muito difuso em suas perspectivas e nas possibilidades de realização.

O panorama da produção cultural vai também se alterar motivado pela emergência de movimentações da sociedade civil que, premidas pelas transformações econômicas em curso, passam a lutar pela reconquista de direitos políticos. E neste caso, a fase pós 1974 é diferente dos primeiros anos da década de 1970, particularmente nos anos que se seguem à 1977, quando se restabelece uma ampla articulação política em busca da redemocratização do país e pelo fim do AI-5 - articulação que reúne greves estudantis, movimentos de diversas categorias de trabalhadores, de profissionais liberais, intelectuais, artistas e instituições civis de grande importância. Neste contexto de reorganização da sociedade civil, a produção cultural é chamada a cumprir um outro papel, em especial, o de promover o fortalecimento destas novas articulações.

No mesmo período, a constituição de alguns campos identitários específicos como o das chamadas "minorias" sociais, se afina com as experiências "alternativas" na pretensão de revelar suas discussões específicas por meio de novas linguagens culturais; articulações e perspectivas, enfim, que dão margem a um campo conflituoso de discussões e experiências no qual tanto a arte quanto a política vivem novas possibilidades de associação e desenvolvimento.

Na última peça de Oduvaldo Vianna Filho, *Rasga Coração*, por exemplo, podemos encontrar registros da presença de fortes conflitos entre as idéias e perspectivas políticas e culturais consideradas "novas" e "velhas"- questões representadas nesta peça através do conflito estabelecido entre um filho e seu pai. Em *Rasga Coração*, Vianinha concentra-se na tensão estabelecida entre dois personagens marcados por diferenças de idade, de história e de "compromisso que cada geração assume com o seu momento", entrando em cena o ***jovem dos anos 1970*** com seus dilemas, limites, posturas e "descaminhos"; um jovem que recusa as experiências de luta passadas para defender a ação direta, enfrentando a crítica do pai que entende seu comportamento como algo que se "desfaz na violência da repressão" ao se revelar "drogado, impotente" e desejoso de "largar tudo" - diante das dificuldades - para "tentar viver uma vida nova" em um contexto sem perspectivas. Na visão do autor, a recusa do "velho" pelo "novo" é a expressão dramática do confronto entre antigas e novas posturas, um confronto que redunda na desvalorização da vida, das expe-riências sociais para, sem se dar conta, reforçar a intolerância, a impotência, o medo.

De fato, conforme sugere Vianinha, o que ganha lugar neste novo contexto de transformações é a emergência de uma geração marcada por uma "aventura" político-cultural

pouco precisa, de tão específica. Uma geração, segundo Ricardo Redisen, que não conviveu com a democracia, mas que herdou parte de suas expecta-tivas. Em seu entender:

> *"..Nascemos num período de democracia, mas nunca chegamos a conviver plenamente com ela. Tínhamos 10, 12 nos em 1968 e chegamos a sentir todo o clima de expectativa que se formou. Mas as histórias que ouvimos eram contadas por nossos pais ou por nossos amigos. Já se fala numa geração 'Trate-me Leão', da mesma maneira que se falou numa 'geração mimeógrafo' ou no 'império da porraloquice'. Todas essas definições, em parte estão certas. Mas nenhuma delas chegou ao ponto de dizer que há uma nova perspectiva de visão para nós. Um olho na reta que não se esqueceu de 68 mas vive em 78, com todos os seus medos. Manhã bem quente. A gente se vê"*[14]

Sob o rótulo de "rebeldes", "desviados" ou "marginais", a nova geração que se faz presente no curso dos anos 1970 se acha muito mais próxima do lema internacional de "sexo, drogas e rock'in roll" do que se pensa, apresentando em suas leituras de mundo concepções e projetos (individuais e coletivos) muito variados, sendo possível encontrar jovens e estudantes "engajados", "desbundados", entre outros. De qualquer forma, como integrantes de um tempo premido pelas mudanças de comportamento cultural e político em escala internacional, o fato é que no bojo das movimentações estudantis e juvenis dos anos 1970, experimentam-se ***desafios*** concretos (e fundamentais) à continuidade do pensar, do produzir, do transformar - com liberdade - o tempo e o espaço em que se vive, sendo que, em lugar de "despolitização" é preciso pensar em "repolitização", por estes mesmos jovens, de questões cotidianas e culturais que se fazem presentes e definitivas em suas experiências e trajetórias de vida.

A *música*, de forma especial, vai assumir um papel significativo de ***articulação*** entre os múltiplos desafios e significados que se colocam diante desta nova geração, sendo a linguagem artística capaz de exprimir aqueles questionamentos que aparentemente se mostram desarticulados, dando vez à constituição de fenômenos coletivos surpreendentes. Neste sentido, é interessante observar a sintonia que Gilberto Gil consegue estabelecer com este fenômeno mais amplo. Em seu entender :

> *"a alquimia possibilita uma música ser feita com muitas pessoas num determinado momento e aquilo ser transformador, aquilo transforma as pessoas, transforma a perspectiva delas, do ponto de vista da ação: que é que elas vão fazer no mundo (..) Aquele momento ali é um momento de devoção, entende? é uma coisa religiosa, música tem esse papel. Arte, essa coisa de representar (..) É tudo o que eu quero que o artista conquiste, cada vez mais. (..) conquistar essa possibilidade, os locais sagrados de realização de sonho, de união do corpo e da mente"*[15]

Em meio à motivações muito diferentes - e em um período repressivo - a criação de novas formas e experiências políticas e culturais passa a estabelecer novos "campos de linguagem" sensíveis às percepções e projetos de um novo momento; questões que não passam desapercebida para José Celso Martinez Corrêa[16]. Em seu retorno ao Brasil em 1978, o teatrólogo identifica com rapidez o contexto difuso no qual se acha colocado:

> *"É um momento em que a gente tem que ter a cabeça muito livre para pensar de acordo com a nossa realidade, aqui e agora. Temos que*

(14) Redisen, Ricardo. "O que o País perdeu com o AI-5?" Folhetim, 31/12/1978,p.3
(15) Gil, Gilberto. Folhetim, nº 103, 7/01/1971, p.9
(16) Segundo Zé Celso, era preciso fazer neste momento um ""teatro de estádio, para todos verem, como era na Grécia, uma festa democrática, na geral". Folhetim, nº 77, 9/7/77,p.2
(17) Corrêa, José Celso Martinez. Folhetim, nº 77, 9/7/1978, p.3

jogar todos os clichês e as posições a priori. É o momento de descolonizar, jogar toda a cultura ocidental, que nos dominou nesses 400 anos dentro do caldeirão e recria-la, usando-a como método, como instrumento de luta, sem rótulos"[17]

Em seu entender, o desafio está em "reverenciar o futuro como um tempo de mudanças", propondo como nova forma de linguagem a "carnavalização" da sociedade - um instrumento lúdico e criativo de representação que teria como objetivo restabelecer as perspectivas de ação coletiva. Com esta intenção, os remanescentes do Grupo Oficina organizam no feriado de 1º de maio de 1979, na Praça da Sé em São Paulo, um "happening" intitulado "Ensaio Geral do Carnaval do Povo" no qual, em conjunto com as movimentações operárias, reclamam pelo "direito ao desbunde, contra a ocupação da Amazônia, contra o dopping TV Globo, terra quem nela trabalha". Em um depoimento recolhido pelo Folhetim, nesta ocasião, o pedreiro Severino de Matos comentaria:

"Nunca vi um espetáculo assim, no meio da praça. É difícil a gente entender tudo o que eles estão falando. Mas a gente conhece bem esses cassetetes, as migalhas de pão que sobram para o trabalhador e as dificuldades que enfrentamos para sobreviver. É muito bonito ver isso. Não sei como os caras têm coragem de dizer essas coisas"[18]

De forma semelhante, outros "happenings" se desenvolvem entre as movimentações estudantis e juvenis, assim como tomam forma entre outros movimentos sociais em recomposição, conferindo às alegorias o papel de traduzir o conflito, as lutas políticas - tanto as derrotas quanto as conquistas. Lutas contra a censura, a carestia de vida, as transformações do mundo do trabalho, da universidade, entre outras.

Em meio a tantos projetos diversos, alguns aspectos articulam as diferentes produções como as questões da liberdade, da justiça e da igualdade que referendam em termos mais abrangentes as marcas de compromisso que as gerações estabelecem com seu tempo. Para Vianinha:

"Acho que a responsabilidade do artista hoje é a da profundidade, é a tentativa desesperada de seguir o que disse Brecht ('afunde, aprofunde o mais que puder, pois ó assim poderá descobrir a verdade').É essa tentativa de ser profundo, não no sentido obscuro, mas no sentido da riqueza da vida, da paixão pela existência humana, pela vida humana"[19]

Enfim, a produção "alternativa" dos anos 1970 denuncia um campo de produção cultural importantíssimo à compreensão de fenômenos sociais contemporâneos. Através do estudo de suas problemáticas e experiências, podemos identificar um reordenamento de questões articulado ao processo de massificação cultural, que interfere no campo da comunicação, da produção musical, teatral, artística deste período - e de fases posteriores. Deste universo "alternativo" de criação e circulação de projetos culturais e políticos, gestam-se experiências de enfrentamento em torno da questão do ***mercado*** muito importantes para a compreensão do contexto econômico e político deste período, revelando-nos que também a trajetória cultural pode fornecer subsídios importantíssimos à análise do político, bem como acerca da transformação de suas formas de resistência.

Os traumas, as acusações, os sentimentos de "traição" e incompreensão que sobram nas memórias de muitos "sobreviventes" deste período, provêem do fenômeno de rupturas que intervém dramaticamente na vida e na produção dos militantes, dos intelectuais, dos estudantes, dos artistas dos anos 1960, forçados alguns anos depois a dar prosseguimento às suas idéias lado a lado com "novos" militantes, estudantes, intelectuais... que já se acham marcados por novas referências. Em parte, os seus trabalhos se fazem inteligíveis, em parte eles se distanciam, em parte eles se articulam, mas à semelhança de um "caleidoscópio", esta década se torna

(18) Folhetim, 6/5/79, p.12
(19) Viana Filho, Oduvaldo. Folhetim, nº 120, 6/5/79, p.8

marcada por todos (e inúmeros) percursos, de difícil generalização.

Apesar da década de 1970 se constituir como um tempo de poucas certezas, a lógica de mercado não se revela capaz de ***traduzir*** as múltiplas buscas de seus personagens; pelo contrário, é contra esta lógica que se estabelecem articulações de resistência, de forma que, entre as diferentes experiências culturais herdadas dos anos 1960 e a constituição de uma "cultura alternativa" na década seguinte, a realidade do mercado de consumo e da indústria cultural se transforma em questão central de ***recusa*** e de discussão ***crítica***.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. *Cenas juvenis: punks e Darks no espetáculo urbano*.SP, Página Aberta, 1994.

ALVERGA, Alex Polari de. *Inventário de cicatrizes*. São Paulo/Teatro Ruth Escobar e Rio de Janeiro/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1978

ALVES, Júlia Falivene. *A invasão cultural norte americana*. São Paulo: Moderna, 1988. (Coleção Polêmica).

ALVES, Márcio Moreira. *68 Mudou o Mundo: A explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993

ALVES, M. Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. "Vanguardas". *Arte em Revista*, v.7. p.5-24; ano?

ARAÚJO, Angela M. C. (org) *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997

ARTE EM REVISTA. v.5. São Paulo, CEAC, 1981

ARTE EM REVISTA. v. 7. São Paulo, CEAC, Editora Kairós, nº 7

ARTE EM REVISTA. vol 8. São Paulo, CEAC, 1984

BELTRÃO, Rubem. "Um esconderijo dos movimentos estudantis na USP". *Revista Desvios*, Rio de Janeiro, n.4, 1985.

BEOZZO, José Oscar (Pe.) *Cristãos na Universidade e na Política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERLINK, Manoel T. *CPC: Centro Popular de Cultura*. Campinas: Papirus, 1984.

BORGES, Márcio. *Os Sonhos não envelhecem: Histórias do Clube de Esquina*. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba...* Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

BRANDÃO, Antonio Carlos, e DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais da Juventude*. São Paulo: Moderna, 1990. (Coleção Polêmica).

BRESSER Pereira, Luiz Carlos. *As Revoluções Utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa e Gonçalves, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa. *Impressões de viagem. CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*,. São Paulo: Brasiliense, 1981

BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa, PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Patrulhas ideológicas marca reg: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Brasiliense, 1980

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1980.

CICLO de Debates do Teatro Casa Grande. Rio de Janeiro: Núbia, 1976.

COSTA, Iná Camargo. *A hora do teatro epico no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra,1996.

FÁVERO, Osmar. *Cultura popular e educação popular: Memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo, TA Queiroz, 1982

FERREIRA, Marcelo Urbano. "Movimento e movimentações estudantis na USP". *Revista*

Desvios, n.4, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985

GABEIRA, Fernando. *O Que é isso, Companheiro?*.34 ed.Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.

GALVÃO. *Geração Baseada*. Rio de Janeiro, Coleção Edições do Pasquim: Codecri,1982.

GARCIA, Silvana. *Teatro da Militância. A intenção do popular no engajamento político*. São Paulo: Perspectiva/ Ed. Universidade de São Paulo, 1990

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

GUINSBURG, J; Silva, Armando Sérgio (org). *Diálogos sobre teatro*. São Paulo: Edusp.

HABERT, Nadine. *A Década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo, Ed. Ática, 1994.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos extremos: O Breve Século XX (1914 - 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. SP: Brasil Debates, 1982.

MACHADO, Arlindo; Magri, Caio e Massagão, Marcelo. *Rádios Livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade: a história dos anos de repressão e da juventude brasileira pós-64 na visão de uma mulher*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

MACIEL, Luiz Carlos. *Negócio Seguinte*:, Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

MACIEL, Luiz Carlos. *Anos 60*. São Porto Alegre, L&PM, 1987.

MACIEL, Luiz Carlos. *Geração em Transe: memórias do tempo do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MARCONI, Paolo. *A Censura política na Imprensa brasileira 1968-1978*. São Paulo, Global, 1980.

MATOS, Olgária. *Paris 1968: As barricadas do desejo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MELLO, Maria Amélia (org). *20 Anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

MENESES, Adélia Bezerra de. *Desenho mágico: poesia e política em Chico Buarque*. São Paulo, Hucitec, 1982.

MICELI, Sérgio(org). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MICHALSKY, Yan. *O Teatro sob pressão. uma frente de resistência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, s/d.

MORAES, Dênis. *O Rebelde do traço: a vida de Henfil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 3ª ed.

ORTIZ, Renato. *.A Moderna tradição brasileira: cultura e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993, 2ª ed.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz Ano Velho*. São Paulo: Brasiliense, 1986

PAOLI, Maria Célia. "Dossiê: movimento estudantil hoje". *Revista Desvios*, n. 4, Rio de Janeiro, 1985.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. São Carlos: Edufscar/Mercado de Letras, 1996.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Retrato de época: poesia marginal anos 70*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos).

PONTE PRETA, Stanislaw. *FEBEAPÁ: 1º Festival de besteira que assola o país*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, estado e lutas culturais (anos 50, 60, 70)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Caderno Especial nº 2. Teatro e Realidade Brasileira, julho de 1968.

RIBEIRO NETO, Artur. "Um Laço que não UNE mais". *Revista Desvios*, Rio de Janeiro: n.4, 1985.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da revolução brasileira*: São Paulo, Editora da UNESP, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena:* experiências e lutas dos trabalhadores *da grande São Paulo (1970/ 1980)*. RJ:Paz e Terra, 1988.

SADER, Eder. *Um Rumor de Botas:* a Militarização *do Estado na América Latina*. SP: Pólis, 1982.

SAN'TANA, Affonso Romano de. *Política e Paixão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

SILVA, Antonio Ozai da. *História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. São Paulo, Proposta Editorial, 1987.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida* São Paulo, Círculo do Livro,1980.

TARSO, Paulo de. *64 e Outros anos*. São Paulo: Cortez, 1984

VASCONCELLOS, Gilberto. *De olho na fresta*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

VELHO, Gilberto. *Nobres e Anjos: um estudo de Tóxicos e Hierarquia*. São Paulo, USP, Fac. Filosofia e letras, 1975. (off-set).

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WERNECK da Silva, J.L. *A Deformação da História ou para não esquecer*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

ARTIGO

A DITADURA DO ENTRETENIMENTO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI

ENTERTAINMENT DICTATORSHIP: LIMITS AND POSSIBILITIES FOR DEMOCRACY IN THE 21 st CENTURY

Thales de ANDRADE[1]

RESUMO

O artigo pretende tratar da estetização das relações sociais e a importância do entretenimento na vida política moderna. As tecnologias de comunicação tendem a incorporar a política utilizando recursos de entretenimento, o que torna problemática a expansão da cidadania. As condições democráticas tendem a ser reconstruídas pela atuação em redes, baseadas nas tecnologias informáticas sem a intervenção do entretenimento.

Palavras-chave: *entretenimento, democracia, tecnologia.*

ABSTRACT

The article deals with the aesthetics of social relations and the growing importance of entertainment within politics. Communication technologies incorporate politics making use of entertainment procedures, in ways which withstand citizenship expansion. Democratic conditions are rebuilt through networking action, which in turn are based upon information technologies without entertainment influence.

Keywords: *entertainment, democracy, technology.*

INTRODUÇÃO

Em certo sentido, o indivíduo moderno é um privilegiado. Sem grande esforço, ele é capaz de ter acesso a manifestações estéticas, performances, ficções, simulações, jogos, shows de variedades, narrativas fantásticas, dramatizações, espetáculos visuais e outros rituais voltados ao entretenimento. Atualmente não é mais necessário abandonar o espaço doméstico para se introduzir em um emaranhado de sensações prazerosas, mundo mágico de dramatizações e fantasias em que os indivíduos conseguem controlar as condições de sua inserção.

(1) Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP, docente do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas e membro do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania (LESEC). *E-mail:* haddad@correionet.com.br.

Em outras palavras, a todas as pessoas abre-se uma existência plena de prazer, de situações lúdicas e fantasiosas. Elas se oferecem ininterruptamente ao cidadão moderno, como em nenhuma configuração social anterior. No interior de tal situação, a possibilidade de entretenimento se torna constante.

O interesse do presente artigo consiste em discutir a questão do entretenimento na sociedade moderna e as suas implicações para a construção da democracia no período que se inicia com o século XXI. Nossa hipótese é de que as instituições democráticas perdem espaço com o avanço das práticas de entretenimento, e que se faz necessário repensar seu alcance e propagação.

Sem dúvida os dispositivos eletrônicos são elementos importantes desse processo de ampliação das práticas de entretenimento. De forma geral, os cientistas sociais afirmam que esses dispositivos interferem na sociabilidade moderna retirando a autonomia e bem estar dos indivíduos na medida em que geram desemprego, estabelecem a primazia do tempo real etc. (Virílio, 1996).

Além destas implicações, outro fenômeno adquire especial ênfase: a proximidade crescente entre manifestações lúdicas e de entretenimento e os indivíduos comuns. Através da tela do computador ou da televisão qualquer indivíduo, munido de conhecimentos rudimentares em informática ou simplesmente postado em frente a eles, é capaz de se entreter diariamente por longos intervalos de tempo. Isso se dá por meio de mensagens ficcionais ou reais cuja diferença, no entanto, não altera significativamente o propósito dos indivíduos e dos veículos, que consiste basicamente em gerar entretenimento.

O exercício do poder e a visibilidade dos diferentes atores sociais nessa conjuntura tende a se transformar profundamente. O domínio do idioma do entretenimento e a capacidade de se estabelecer com distinção no mercado do espetáculo cotidiano representam atualmente credenciais fundamentais, que precisam ser melhor debatidas. A política e seus representantes vem percebendo a necessidade de conhecerem melhor as regras do mercado de entretenimento a fim de conseguirem atuar com desenvoltura nas esferas de poder.

A última década vem assistindo a uma ampla discussão acerca do envolvimento das técnicas de comunicação na sociabilidade contemporânea. É interessante notar que tanto cientistas sociais mais recentes como outros advindos de gerações anteriores estão confluindo no exame acerca do papel que essas tecnologias desempenham atualmente na construção das relações políticas contemporâneas (Balandier, 1994; Ianni, 1998; Sarlo, 1997; Wark, 1994; Virílio, 1993; Subirats, 1991; Requeña, 1992; Castells, 1999; Debray, 1994; Schmucler & Mata, 1992). Essa situação aponta para uma tomada de consciência generalizada acerca da importância desse tema, que não mais se restringe mais ao círculo dos profissionais da comunicação.

Ao longo desse texto serão tratadas algumas dessas questões, dando especial ênfase para a estetização da política na moderna socia-bilidade, polêmica que vem arregimentando diversos autores com argumentos de teor e alcance diferenciado. Autores nacionais e estrangeiros vêm fazendo coro a essa perspectiva, e torna-se importante arrolar e debater esses enfoques. Será debatida a intervenção das modernas tecnologias da informação na expansão das manifestações do entretenimento moderno, as quais por sua vez repercutem na própria atuação política nesse final de milênio. Alguns autores apontam para uma crise das práticas democráticas em função da intervenção contínua do entretenimento e da estetização da sociabilidade, faz-se necessário pensar essas questões à luz da perspectiva sociológica que atua nas áreas de intersecção entre a esfera técnica e os problemas que envolvem a realização da política contemporânea.

Ao final serão levantadas possibilidades de atuação da parte da sociedade civil que coloquem em questão a primazia do entretenimento enquanto agenciador das discussões públicas. As modernas tecnologias da informação são capazes, acima de tudo, de produzir novas condições para a prática política, aliando ética e

solidariedade às formas de realização da política e abrindo novos caminhos para o pensamento e ação democráticos.

ESTETIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

A estetização das relações sociais e a presença constante do entretenimento em nosso cotidiano correspondem a fenômenos extremamente importantes do presente século.

Em sociedades anteriores, as ritualizações periódicas dos atos fundantes possibilitavam o momento em que os indivíduos compartilhavam de uma mesma emoção coletiva, construída por intermédio de situações anormais. O sociólogo Jesus Requeña (1992) assinala que nas sociedades cíclicas os festejos e rituais de entretenimento possuíam caráter inusitado e esporádico, sem se imiscuir nas tramas sociais cotidianas. Segundo ele,

> *"...o espetáculo era algo excepcional. Tinha lugar nas efemérides, nos momentos de celebração. E mesmo quando cobrou autonomia em relação aos atos religiosos e/ou políticos, institucionalizando-se como cerimônia artística ou como festa popular, salvaguardou sua excepcionalidade: possuia então seus espaços e ocasiões privilegiadas..."* (Requeña, 1992: 81).

É importante assinalar que não existe nessas sociedades demanda efetiva pela perpetuação ou acréscimo de intensidade dos eventos espetaculares e das práticas de entretenimento.

Isso porque, na realidade, estes não possuem função em si, mas retiram sua validade social enquanto artifícios de reiteração de práticas e crenças compartilhadas pela comunidade, inseridas em sua temporalidade circular. O sentido da comemoração nesses grupos representa o momento de se atualizar determinadas práticas ou eventos, os quais não necessitam se repetir indefinidamente. É exatamente seu caráter especial que dá sentido e orienta a festividade popular e a ritualização religiosa.

Entretanto, tal situação na contemporaneidade altera-se decisivamente. Desde o século XIX[6] o cotidiano das grandes aglomerações urbanas passou a ser composto por festividades e cerimoniais coletivos, calcados na expansão de oferta de signos e imagens, mediante a publicidade e a transformação das ações cotidianas em obras de arte (Featherstone, 1995). Certos eventos foram significativos enquanto elementos propulsores da revolução do entretenimento. As exposições universais do século passado e início deste, realizadas em Paris, são, sem dúvida, um marco. Esses eventos simbolizam dois aspectos fundamentais da modernidade: a individualização do consumo e a passagem do entretenimento coletivo, momento de celebração compartilhada por diferentes classes sociais e grupos de prestígio, para os eventos massificados, em que entretenimento e mercadoria passam a dividir um mesmo espaço (Ortiz, 1991; Featherstone, 1995).

Outro aspecto muito importante também deve ser frisado: as alterações que as práticas de entretenimento sofrem com o estabelecimento da modernidade estão também em larga escala relacionadas à sua topografia, ou seja, sua organização geográfica.

À medida em que impera um desenvolvimento técnico e uma diferenciação social, o entretenimento torna-se cada vez mais individualizado e excludente. Requeña (1992) nos mostra que, nos desfiles medievais e no carnaval de rua, dá-se a possibilidade de intercâmbio ininterrupto e imprevisível de tomadas de visão fragmentadas. Na medida em que esses cenários não possuem clausura, o espectador tem a condição de poder se locomover livremente em torno do evento e assim alterar seu foco sobre os objetos observados, uma liberdade ímpar e promíscua em que, muitas vezes, os papéis estão em constante alteração. Fragmentação e liberdade convivem harmonicamente, não se faz necessário compensar uma dimensão a partir da outra.

Por volta da segunda metade do século XIX surge o circo montado no interior de uma lona. Com isso, a situação torna-se já diferente. Os espectadores necessitam se enclausurar em

um espaço definido frente a um centro nuclear e estabelecer um relacionamento definido e estático para com o sujeito e objeto observados. A liberdade do desfile de rua desaparece, é substituída por um evento centrado e claramente protagonizado, que se modifica somente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo centro. Várias modalidades de espetáculos que sobrevivem atualmente dispõem dessa mesma configuração espacial, como as partidas de futebol, lutas de boxe, corridas de automóvel e outras.

Até aqui foram citadas modalidades de distração e entretenimento remanescentes do período medieval ou da Antiguidade, que trazem em si configurações e espaçamentos característicos de sociedades que celebram coletiva e abertamente seus festejos.

Uma verdadeira revolução espacial do entretenimento ocorre com o advento da Modernidade, consubstanciada principalmente com o cinema e, depois, a televisão. A partir desses instrumentos técnicos, a posição dos espectadores e dos sujeitos em exibição se transforma radicalmente, assim como as condições para a estetização das relações sociais.

Instala-se nos cinemas a configuração concêntrica, de modo que todos os espectadores direcionam seu olhar para um mesmo ponto e com perspectivas iguais. O espectador começa a deter um poder que seria impensável anteriormente, gozando de prerrogativas quase que abso-lutas e perceptíveis na própria organização desse espaço performático. E outro aspecto merece destaque: com o cinema, o cidadão moderno passa a ter acesso diário a mensagens ficcionais diversas, mediante sua própria escolha. Ele não precisa mais aguardar festejos coletivos rituais, e nem se contentar com sua duração. As condições técnicas do cinema permitem que ele escolha livremente qual filme ele vai assistir, e quantas vezes.

O conceito de cidadania, elaborado pela modernidade, se estende também aos momentos cada vez mais constantes de distração e recreação desinteressada.. Com o cinema no século XX, tem-se uma democratização do espaço de entretenimento, de maneira que todo e qualquerindivíduo, sujeito burguês com direitos inalienáveis, logra escolher e observar os eventos em questão de forma livre e sem condicionamentos.

Assim, o cinema intervém na organização do entretenimento instituindo um acesso democrático e plural antes inexistente. Instituem-se, porém, dois elementos de fundamental importância: a intermediação do dinheiro, com a separação cada vez mais saliente entre entretenimento e a rua, que representa a esfera pública; a capacidade ampliada de visão dos espectadores, não por sua posição geográfica privilegiada no interior da cena, mas pela possibilidade técnica de alcançar todos os ângulos de visão disponíveis no olhar concêntrico[2].

O ritmo e desejo da câmara impedem a promiscuidade visual característica do folião no carnaval de rua. A edição das imagens, os cortes de cena e o acompanhamento do áudio oferecem a possibilidade de visão sem limites ao custo, entretanto, de uma participação restrita.

A televisão é um dispositivo eletrônico responsável pelo processo de cotidianização do entretenimento iniciado com o cinema. A total individualização do espectador em seu espaço doméstico, as possibilidades de escolha dentro de um rol aberto de ofertas (TV a cabo) e a abrangência visual ilimitada propiciada pela câmara compõem o quadro completo, e ao mesmo tempo disperso e fragmentado, da inserção televisiva no mercado do entretenimento. Se no caso do cinema a oferta de entretenimento passou a ser diária, com a banalização do dispositivo televisivo tornou-se constante, sem intervalos (só comerciais).

A grande parte das atividades humanas, mesmo aquelas que se localizavam à parte dos festejos e celebrações coletivas, passam a adquirir características espetaculares e de

(2) Vale a pena chamar a atenção para o fato de que no cinema, arte do século XX que se desenvolveu fortemente nos Estados Unidos, a sala de exibição não contém camarotes ou tribunas de honra, como nos teatros antigos. O preço dos ingressos é o mesmo para todos e a capacidade de visão também, tudo dentro do espírito democrático americano.

entretenimento. A televisão transforma os mais diversos eventos sociais em espetáculos. Nenhum outro veículo de comunicação ou prática cultural consegue impor-se a esse nível; reside aí uma das principais diferenças das tecnologias anteriores frente à produção televisiva.

Ao final do século XX temos a impressão de que cada vez mais as situações que não se encaixam na feição de entretenimento encontram-se em vias de extinção. Os conflitos bélicos são exemplo contundente disso. O analista australiano Mckenzie Wark (1994) realiza uma interessante análise sobre a Guerra do Golfo e a cobertura da *Cable News Network* (CNN). O autor só consegue entender essa cobertura enquanto criação, e não reportagem, de fenômenos bélicos. A sua interferência no conflito transcende a conduta tradicional dos veículos de comunicação e possibilita que constatemos o poder tanto de persuasão ou sedução das imagens eletrônicas.

A seu ver a especificidade da televisão consiste em tranformar a guerra em um espetáculo de imagens, totalmente asséptico e ordenado. A realidade se organiza a partir, portanto, das sensações suscitadas, não pelo evento, mas por suas representações imagéticas, regidas pelos princípios do entretenimento.

Várias outras instâncias sociais passam a ser atravessadas por ingerências do dispositivo televisivo enquanto promotor constante de entretenimento. Os esportes, a esfera íntima e a criminalidade são outros exemplos de situações perpassadas por essas modalidades de leitura social.

Como consequência desse contínuo incremento e especialização do dispositivo televisivo tem-se um resultado ameaçador: o entretenimento televisivo tende a ser absoluto e permanente. Esse representa até agora o último capítulo na trajetória expansiva do entretenimento, arregimentando modalidades técnicas e estéticas em favor de uma sociabilidade lúdica e prazerosa.

Essas transformações profundas, que inicialmente as nações mais avançadas enfrentam, conferem um caráter inteiramente novo ao entretenimento, que se torna o linguajar corrente e especializado de uma sociedade fragmentada e dispersa. Em seu entorno vão se organizando um sem de atividades e tecnologias, tornando o entretenimento um segmento de mercado multifacetado e altamente conectado, depositário de investimentos crescentes de capital privado e subsídios governamentais (Smith, 1991).

O sociólogo italiano Domenico Di Masi (1999) aponta com sagacidade que, se no começo do século o símbolo do trabalhador nas economias ocidentais era um operário de fábrica, com sua jornada de trabalho e produção de bens materiais constante, a partir dos anos setenta essa figura pode ser substituída pela de um cantor de música *pop*, cujo mercado movimenta um valor crescente de recursos e se estende por todos os países.

No final de milênio, o *entertainment* representa um campo de atuação dos mais destacados da economia globalizada e das tecnologias digitais. Megafusões envolvendo empresas de informática e estúdios de cinema e gravadoras de música tornam-se fenômenos econômicos e sociais constantes, que possibilitam inferir a participação do entretenimento nas futuras atividades econômicas do mundo globalizado. As ligações *cross-media* que criam um sistema de produção cultural com alta sinergia indicam várias tendências, e entre elas a importância do entretenimento na reprodução da cultura contemporânea (Ortiz, 1994). Discutiremos agora a colonização da esfera política pela expansão das regras do entretenimento e suas futuras implicações.

PODER E ENTRETENIMENTO ELETRÔNICO

A ligação entre política e técnica é um fenômeno do século XX, mas não específico da banalização da televisão. Podemos encontrar vestígios da discussão sobre a estetização do cotidiano e da política ainda nos anos trinta, período de ascensão do nazi-fascismo na Europa. O pensador alemão Walter Benjamin, um dos principais expoentes da Escola de Frankfurt, adverte sobre os perigos da estetização das

práticas políticas contida nos cerimoniais dos grupos nazistas, momento em que a arte começa a se deixar aprisionar pelo pensamento autoritário de uma forma inteiramente nova (Benjamin, 1983).

Os efeitos deletérios do fascismo europeu frente as formas de articulação da política são elaborados de forma perspicaz e extremamente atual. Segundo o próprio Benjamin,

> *"Na época de Homero, a humanidade oferecia-se, em espetáculo, aos deuses do Olimpo: agora, ela fez de si mesma o seu próprio espetáculo. Tornou-se suficientemente estranha a si mesma, a fim de conseguir viver a sua própria destruição, como um gozo estético de primeira ordem. Essa é a estetização da política, tal como a pratica o fascismo. A resposta do comunismo é politizar a arte."* (Benjamin, 1983: 28).

Trecho final de seu artigo sobre a obra de arte nas condições modernas, ele denuncia a livre estetização operada pelo pensamento político autoritário sobre a realidade social. Essa atividade, além de calcada em posições políticas definidas, alicerça-se também no uso performativos das tecnologias disponíveis, como o rádio e cinema.

A novidade dessa discussão consiste em que esse aspecto ficcional das relações políticas e sociais remete diretamente à questão do uso das tecnologias modernas. Seguindo o enfoque lançado por Benjamin ainda nos anos trinta, faz-se necessário portanto atentar para a instrumentalização da técnica moderna na construção dos cenários de poder. Nessa conjuntura informação, comunicação e tecnologia se entrecruzam, formando um espaço único de normatização das relações sociais[3]. Ficção e entretenimento passam a fazer parte do exercício do poder e da construção da legitimidade do poder autoritário. Sem o uso criativo e autoritário do rádio e cinema principalmente não seriam alcançados os meio efeitos em termos de legitimação da ordem fascista.

Benjamin foi talvez o primeiro pensador a articular de forma consistente a relação entre a estetização das relações sociais e o aparato tecnológico, demonstrando ao mesmo tempo seus efeitos perversos e as possibilidades de emancipação do homem, em um esforço teórico que repercute fortemente até os dias atuais.

Algumas décadas depois essa discussão recebeu um novo impulso no cenário intelectual. Os cientistas sociais começam então a advertir que os fenômenos sociopolíticos podem ser convertidos e posteriormente consumidos enquanto signo, dado especificamente técnico e intercambiável. Sua concretude vai se esvaindo, de acordo com as perspectivas gestadas no idioma que se torna universal, o entretenimento.

A partir dos anos sessenta as manifestações de entretenimento passam a representar uma parcela significativa nesse arsenal de ficções e jogos lúdicos que passam a compor a cultura moderna e articulam códigos e modalidades discursivas específicas. Lentamente vai se configurando uma "economia do entretenimento" que faz circular uma quantidade imensa de recursos e assiste-se a uma incessante atribuição de prestígio a pessoas que se destacam na arena mundial do entretenimento.

As autoridades políticas não deixam de estar atentas a essaexpansão do entretenimento. As campanhas eleitorais, as decisões políticas e a imagem pública dos mandatários vão adquirindo lentamente paralelismos com atividades ligadas ao setor artístico e de entretenimento. Começam a surgir profissionais ocupados unicamente com a gestão da imagem e do gestual dos políticos em uma arena política ocupada por sondagens, pesquisas qualitativas constantes, índices e projeções. O marketing e a publicidade passam a dispor de uma participação considerável enquanto conselheiros privilegiados dos mandatários públicos, funções antes exercidas por estrategistas, empresários e políticos profissionais ligados a partidos e instituições classistas (Balandier, 1994; Castells, 1999).

Nos anos 90 esse debate adquire força considerável na agenda sociológica. Cercada de

[3] Ver Georges Balandier, 1994, especialmente o capítulo 5.

grandes controvérsias e impulsionada por cientistas de diferentes disciplinas, a impregnância do entretenimento nas relações políticas foi alçada à condição de tema obrigatório em se tratando da cultura moderna. E a perspectiva corrente era de que a cultura visual forjada principalmente pela televisão tem a capacidade de estabelecer correntemente a agenda pública e impor um padrão de atuação cênica e discursiva aos agentes da esfera política.

Sociedades com tradição na cultura impressa, como a França demoraram um pouco mais, mas tiveram que adentrar nos códigos visuais e no ritmo televisivo que enquadra as discussões públicas ao seu formato. O Estado francês abondonou suas prerrogativas de educador e passou a ter postura sedutora, mais condizente com o veículo que lhe imprime legitimidade, a televisão (Debray, 1994).

Esse dispositivo de comunicação, mais afeito a gêneros do que conteúdos, permite que questões políticas ocupem seu espaço, desde que obedecendo suas regras de enunciação, réplica e suspense. A serialização dos acontecimentos e a ausência de conclusões por parte dos debatedores leva à construção de uma arena política com forte base nas práticas do entretenimento, como novelas e shows de variedades.

Apontando para esse conjunto de circunstâncias, o sociólogo Georges Balandier afirma que, para se compreender o fenômeno do poder nas sociedades modernas, não é suficiente discutir temas como soberania, governabilidade e ideologias. Faz-se necessário atentar para questões que anteriormente eram internas à atividade comunicacional, e que passam a conduzir as articulações de poder.

Constrói-se atualmente um modelo de relações políticas assentado no que ele chama de *teatrocracia*, uma forma técnica e social de se estabelecer os parâmetros de legitimidade so-cial e de conformação da autoridade mediante o uso performático dos recursos eletrônicos e informacionais. Nesse processo, a dramatização e os efeitos artísticos e ligados às prática do entretenimento imperam. Segundo colocações do próprio autor,

> *"O político depende cada vez mais da arte de aparentar; o acontecimento o põe em evidência, o cerimonial o ritualiza, a comemoração o mantém vivo por meio da repetição...a importância concedida à imagem e ao som, a capacidade de transmitir o acontecimento cerimonial a qualquer lugar dão origem a uma "retórica da transmissão"; esta impõe sua própria lógica na dramatização e o faz mediante a opção acerca do que se mostra combinando os diferentes planos de cena e como serão apresentados os personagens centrais..."* (Balandier, 1994: 164-5).

Repetição, retórica e cerimonial são exemplos de traços artísticos que passam a compor a realização recorrente das atividades político-partidárias. A esfera pública tradicional, composta por elementos como opinião e representatividade, se vê dominada pelo agenciamento complexo de recursos dramáticos que antes eram eventuais e delimitados a determinados espaços.

A leitura de Octavio Ianni (1998) sobre a conformação do poder vai no mesmo sentido. Segundo ele, nesse momento a sociedade moderna está sendo governada de acordo com os ditames do chamado "Príncipe Eletrônico", entidade política multifacetada e disforme que dispõe de diversos recursos retóricos e tecnológicos para estabelecer os códigos de convivência aceitáveis.

Os vetores eletrônicos e as regras informacionais ocupariam o espaço que foi outrora da fortuna e da virtude (Maquiavel) na construção dos princípios de atuação política. Instantaneidade e dispersão em rede passam a ser os elementos condutores da boa governabilidade social, estabelecida por agentes múltiplos cujo privilégio se baseia mais na capacidade de gerir o aparato técnico-informacional e menos em tornar públicas mensagens de cunho político-partidário.

Segundo o autor, muito mais do que uma nova conformação cultural, em que os signos proliferam cancerigenamente, ou que a ficção

se aproxima do real, a imposição do entretenimento na moderna sociabilidade engendram uma nova concepção de poder e democracia.

A percepção dos conflitos e a formulação de identidades políticas estão relacionados a parâmetros novos. O princípio de sedução e a construção do carisma adquirem aspectos cada vez mais propriamente ficcionais e cênicos, em que os princípios de identificação e as filiações ideológicas usufruem de espaço ínfimo (Schmucler & Mata, 1992).

A partir dos anos oitenta essas tendências tornam-se cada vez mais críticas, com a propalada entrada na Era Informacional. As grandes nações ocidentais se vêem perplexas pela incapacidade das instâncias tradicionais de discussão pública em estabelecer a agenda política. Mais do que controlar, os mandatários do poder representativo passar a ser vigiados pelas câmeras e holofotes da esfera comunicacional.

A diminuição dos espaços de segredo da arena política passa a ser um fenômeno atestado continuamente. Cada vez menos os representantes da classe política têm possibilidade de encaminharem suas atividades a salvo do acompanhamento público. As câmeras e os profis-sionais da comunicação os acompanham em toda parte e o tempo todo. Tem-se a impressão de que o panoptismo se inverte, agora o Estado é constantemente vigiado por certos segmentos sociais através dos dispositivos eletrônicos (Debray, 1994).

Aquilo que muitos poderiam ver como conquistas democráticas e controle social acerca das atividades exercidas pelos mandatários públicos representa, no entanto, uma falsa capacidade de intervir nos espaços de poder. Em realidade, dá-se um constante desenrolar de enredos sociais que captam a atenção da sociedade da mesma forma que uma ficção serializada. Nesse contexto a expansão dos direitos da cidadania se conforma aos imperativos das regras estéticas. O rodízio de escândalos e denúncias que se sucedem na cena política contemporânea em diversos países nos últimos anos (Itália, Brasil, Rússia e outros) são exemplos claros desse fenômeno e podem causar impactos significativos na composição e legitimidade dos governos.

Mas ocorre que o apelo imagético e a comoção coletiva comandam essa sucessão de eventos políticos, mais do que interesses públicos. Em outras palavras a cidadania no período contemporâneo, na ausência de parâmetros acordados para a estetização da política, depende de regras políticas estipuladas por parte de agentes que se pautam preponderantemente pelos procedimentos da dramaturgia. Os símbolos de poder são produtos culturais, organizados pela lógica do entretenimento e distribuídos com base nos esquemas legitimidados pela indústria cultural. Belas imagens contam mais do que dados, e boa colocação no sistema do estrelato público propicia mais legitimidade do que participação comunitária e proximidade social.

A vedetização da política e a sucessão de escândalos propiciam formas dos cidadãos se posicionarem na esfera pública, mas em condição semelhante ao que ocorre no terreno das práticas ficcionais. Faz-se necessário um novo contrato político nessa era mediática-comunicacional, sem o qual os parâmetros da cidadania tendem a eclipsar, em favor do conforto espectador. Esse é o tema do próximo ítem.

CIDADANIA NA ERA DA INFORMAÇÃO

Nos tempos em que o debate público era engendrado quase que exclusivamente por veículos como jornal, rádio e televisão, fazia-se constante por parte de ativistas de movimentos sociais e grupos não governamentais o uso de práticas da ação exemplar. Através dela era possível gerar uma mobilização social através do apelo ao voluntarismo de ações espetaculares que poderiam chocar a opinião pública. Por muito tempo esta constituiu uma tática recorrente, pois só era possível adentrar nas discussões públicas fazendo uso de estratégias de inserção na mídia, ou seja, estetizando sua própria ação.

Castells (1999) chama atenção que entidades como o *Greenpeace* vem realizando esse tipo trabalho desde os anos setenta, de

maneira a captar simpatia e filiados por intermédio de ações de impacto visual e mensagens captáveis pelos conglomerados de comunicação. Viagens de navio, ataques simbólicos a usinas nucleares, e outros tipos de performances pontuam a ação do grupo, de modo que temas específicos, elaborados simbolicamente, são incorporadas à agenda social. O autor mostra que o uso criativo e ousado da ação exemplar vincula práticas de resistência social com o linguajar das mídias impressas e eletrônicas, tornando essas últimas o depositário das estratégias de participação política de todos os setores.

Da mesma maneira que os mandatários públicos ritualizam seu comportamento e incorporam o linguajar do entretenimento, os grupos de pressão e setores da sociedade civil são obrigados a reproduzir práticas semelhantes, ao preço de sumirem dos embates políticos (Balandier, 1994).

A era informacional, que se origina no final do século XX vinculando o desenvolvimento nas áreas da informática com a reorganização do papel do Estado a nível global, permite o reconhecimento de novas formas de engajamento e de construção de relações democráticas (Castells, 1999; Schere-Warren, 1999). Essa condição social que vem se constituindo nas últimas décadas, comandada por vetores eletrônicos descentralizados e atores políticos dispersos em redes, possibilita a formação de novos acordos coletivos. Não estão ainda disponíveis muitos tra-balhos relevantes sobre essa problemática, mas podem ser apontadas algumas reflexões que vão nesse sentido e auxiliam a pensar sobre as condições democráticas que se insinuam no momento presente.

A *ciberdemocracia*, ou a chamada cidadania eletrônica, são termos que adentram no léxico dos cientistas políticos. Na era da Internet e outros recursos da informática setores antes alijados da prática política convencional são capazes de interagir e descobrir meios de influenciar os processos decisórios. E dessa maneira criando espaços para um relacionamento diferenciado dos indivíduos para com os dispositivos tecnológicosdisponíveis.

A ditadura do entretenimento se pauta pela tentativa de eleger o arena do espetáculo enquanto espaço privilegiado de debate coletivo, a preço da equivalência geral dos diferentes ideários e propostas sociais. Ou seja, todas as idéias seriam válidas à medida em que conseguissem se inserir na ampla arena de entretenimento, que se torna o critério de legitimação da modernidade para selecionar as questões relevantes. O entretenimento, e as limitações do olhar concêntrico que o acompanharam ao longo do século XX, têm agora um rol de alternativas que estão sendo abertas pela banalização da informática e suas tecnologias auxiliares.

Com as perspectivas abertas pela Internet e o acesso dos cidadãos comuns à informação *on line*, é possível engendrar um outro tipo de participação na agenda pública. Grupos locais conseguem interferir nas decisões governamentais sem precisar atravessar os rituais da grande mídia, o que lhes confere o direito de escolher livremente os próprios temas e formas de atuação. E o que é fundamental, sem precisar se render aos artifícios estéticos e dramatizados dos meios de comunicação que ainda dominam a cena política. Com isso, o entretenimento perde espaço para o voluntarismo eletrônico engajado. Vale a pena retomar as observações de Manuel Castells a esse respeito, elas apontam para um horizonte próximo e extremamente fecundo.

> *"Tem-se a impressão de que é na esfera da política simbólica, e na organização de mobilizações em torno de um único tema realizado por grupos e indivíduos externos ao sistema político "principal", que a nova comunicação eletrônica poderá produzir efeitos mais drásticos"* (Castells, 1999: 411).

A vinculação de atores políticos a temas, e não eventos, corresponde a uma tendência que vem sendo construída social e tecnologicamente no período atual. A organização da sociedade civil em torno de redes voluntárias e horizontalizadas com forte vinculação temática

CAD - FAU
PUC-CAMPINAS

impõe o surgimento de um tipo de associativismo que vincula territorialidades, temporalidades e formas de sociabilidade diferentes, em um padrão plural e complexo de participação.

O coração da atividade política se desloca, das telas para as redes. A construção da cidadania dependerá cada vez menos dos rituais cênicos dos grandes conglomerados, e cada vez mais da integração de sujeitos políticos dotados de projetos e concepções sociais moldados coletivamente. As tecnologias eletrônicas possibilitariam um tipo diverso de visualização do poder,

> *...se a representação política e os responsáveis pela tomada de decisão tiverem condições de estabelecer uma relação com essas novas fontes de contribuição interessados na política, sem que o processo fique restrito a uma elite tecnologicamente capacitada, um novo modelo de sociedade civil pode ser reconstruído, possibilitando a popularização da democracia, via eletrônica"* (Castells, 1999: 411).

Em outras palavras, não é imprescindível o idioma do entretenimento para as tomadas de decisão e os rituais democráticos. E nem se faz necessária a existência de grupos de poder econômico que secretem as regras do jogo político e nem estabeleçam autoritariamente sua agenda.

As redes de movimentos sociais que vem articulando e repensando formas democráticas de participação e mobilização social lidam com a formação de identidades e ideários comuns, de forma descentrada e muitas vezes informal. Segundo Schere-Warren (1999) a pluralidade consiste em um dos elementos diferenciais da atividade política mediada por redes. A experiência recente demonstra que, ao invés de se pulverizar os ideários coletivos em demandas não intercambiáveis ou centralizar decisões, as redes produzem uma sociabilidade de múltiplas alternativas não excludentes.

> *"Se, por um lado, a construção dos sujeitos coletivos em torno de identidades específicas e do reconhecimento das diferenças pode gerar uma fragmentação do tecido social, por outro, a convergência em torno de determinados princípios éticos comuns, tem permitido a múltiplos sujeitos conectarem-se na forma de redes...para o encaminhamento de inúmeras políticas sociais...*(Scherer-Warren, 1999: 65).

Essas modalidades de intervenção pública redefinem a perspectiva democrática, trazendo à tona a capacidade individual e grupal de reinventar os procedimentos políticos. Seja através de atividades filantrópicas, de defesa da cidadania ou pelo acesso coletivo aos recursos ambientais, as redes demonstram que informações e imagens podem ser produzidas e circuladas independentemente de centros estabelecidos de produção material e simbólica.

Com isso, o encaminhamento dos temas e processos decisórios podem ser conduzidas por setores sociais que não dominem propriamente, mas que se utilizem e explorem de forma criativa e pouco usual as tecnologias disponíveis. E isso tendo como objetivo a construção de uto-pias possíveis, e não apenas cenários e eventos para o entretenimento cotidiano. Em outras palavras, é possível falar de política e fazer política sem o recurso às práticas do entretenimento.

CONCLUSÃO

O diagnóstico da literatura tratada aponta que a sociabilidade contemporânea está passando por um processo contínuo de estetização, ou seja, adquirindo aspectos ficcionais e relacionados às atividades de entretenimento. As instituições políticas, as modalidades de ativismo coletivo, os grupos de interesse e todos os setores envolvidos nas tramas de poder precisam continuamente qualificar sua capacidade performativa e de entretenimento, a preço de perderem visibilidade social.

A influência das tecnologias de comunicação não se restringe a seus efeitos enquanto atividade pública ou veiculadora de

certas mensagens. Mais do que isso, esses veículos dão visibilidade a um aspecto da moderna sociabilidade que se torna cada vez mais saliente, o primado da perspectiva estética e do idioma do entretenimento no cotidiano dos cidadãos modernos.

Os veículos de comunicação, e especialmente a televisão, dispõem de prerrogativas especiais para exercitarem essas práticas estéticas. Sua gramática visual e os efeitos de simulação que ela propicia vão muito além de uma intervenção ideológica. Ela pauta sua programação pela capacidade performativa de contar histórias e tornar ficcional o envolvimento com os fenômenos cotidianos, e principalmente a política. Tem-se uma experiência coletiva agradável e prazerosa, a preço de uma intervenção fraca e desqualificada dos setores que não secretam uma capacidade de dominar o linguajar e as técnicas do entretenimento.

A construção de relações democráticas e da cidadania passam atualmente pela capacidade de participação local e ativismo dos diferentes segmentos sociais nos assuntos públicos que se desenvolvem de forma desterritorializada pelo tecido social global. À medida em que os cidadãos incorporem em sua prática cotidiana modalidades de atuação em rede, eles serão capazes de intervir nos processos decisórios sem se renderem aos parâmetros do entretenimento da mídia.

A dominação da política estetizada pode estar em declínio, cedendo lugar a sujeitos sociais que interajam e participem das decisões coletivas ao invés de simplesmente apreciá-las. Os setores sociais ávidos pela expansão dos direitos da cidadania ansiosamente aguardam (e intervém) pelo desfecho favorável dessa trama.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, G. *El poder en escenas,* Barcelona: Paidós, 1994.

BENJAMIN, W. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução, *Col.*, São Paulo: Abril, 1983. *(Os Pensadores).*

CASTELLS, M. *A era da informação:* economia, sociedade e cultura., São Paulo: Paz e Terra, 1999, *v. 2: O poder da identidade.*

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo,* Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991.

DEBRAY, R. *O estado sedutor,* Petrópolis: Vozes, 1994.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo,* São Paulo: Nobel, 1995.

IANNI, O. Príncipe eletrônico, Campinas: IFCH/ UNICAMP, 1998. *(Coleção primeira versão).*

MASI, D. *O futuro do trabalho,* Brasília: UNB, 1999.

ORTIZ, R. *Cultura e Modernidade,* São Paulo: Brasiliense: 1991.

ORTIZ, R. *Mundialização e cultura,* São Paulo: Brasiliense, 1994.

REQUEÑA, J. *Discurso televisivo:* espectáculo de la posmodernidade, Madrid, Cátedra, 1992.

SARLO, B. *Cenas da vida pós-moderna,* Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras,* São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHMUCLER, H., MATA, M.C. (orgs.) *Politica y comunicacion,* Buenos Aires, Catalogos, 1992.

SMITH, A. *The age of behemoths,* New York: Priority Press, 1991.

SUBIRATS, E. *Metamorfosis de la cultura moderna,* Barcelona: Anthropos, 1991.

VIRILIO, P. *Guerra e cinema,* São Paulo: Scritta, 1993.

VIRILIO, P. *A arte do motor,* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WARK, M. *Virtual geography,* Indianapolis: Indiana University Press, 1994.

ARTIGO

FUTEBOL: RACISMO, IDENTIDADE NACIONAL E USO POLÍTICO

FOOTBALL (SOCCER): RACISM, NATIONAL IDENTITY AND POLITICAL USE

Rui Ribeiro de CAMPOS[1]

RESUMO

O artigo procura relacionar o futebol e a história brasileira do século XX, e demonstrar que ele é um fenômeno que traduz a cultura brasileira, nos identifica, estando nele presentes o racismo, a desigualdade social, a manipulação política, o orgulho nacional. Hoje, além de ser um grande negócio, tem sido apropriado por grandes corporações internacionais e continua provocando mudanças de comportamento em diversos países.

Palavras-chave: *futebol brasileiro, racismo, manipulação política, nacionalismo*

ABSTRACT

The article relates soccer to the Brasilian history of the twentieth century and shows that it is a phenomenon that translates the Brasilian culture, identify Brasilian people, has racism present in it, social unequality, political handling and national proud. Nowadays, despite being great business, it has been maneged by great international corporations and it still goes on causing changes in behavior in various countries.

Keywords: *brasilian'soccer, racism, political handling, nationalism.*

APRESENTAÇÃO

"O futebol é um reino da liberdade humana exercido ao ar livre."
(A. Gramsci)

Criado em 1863, na Inglaterra, o *foot-ball* aqui chegou 31 anos depois, quando um estudante paulista trouxe de lá bola e regras. E chegou para ser praticado pelos ricos: era elitista, racista e excludente. No início do século XX, ocorreram os primeiros campeonatos, em clubes fechados ou em colégios particulares, e deles só participavam brancos ricos. A distância, os pobres viram e apreciaram. As regras são de fácil entendimento (e são somente dezessete

(1) Mestre em Educação, doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista – campus Rio Claro (SP), professor nos Cursos de Geografia e História do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas. *E-mail:* Ich@acad.puccamp.com

regras oficiais), pode ser jogado ao ar livre (o que, num país tropical, significa que pode ser jogado o ano inteiro), pode ser praticado sem equipamento especial nas ruas, nas várzeas, em qualquer terreno baldio e, se não existir uma bola, qualquer objeto pode se transformar numa, mesmo não sendo cilíndrico. A regra pede onze jogadores de cada lado, mas o número pode ser combinado antes do jogo, assim como o tempo de duração, o tamanho do campo, a altura do travessão invisível. E podem participar crianças, adolescentes e adultos (misturados), gordos e magros, altos e baixos, fortes e fracos, analfabetos e escolarizados, solteiros e casados. Um esporte sob medida para os pobres, apesar de alguns preconceitos dos mesmos em relação aos mais pesados e aos *pés-rachados*, que eram encaminhados para a função de *goalkeeper* nas peladas ou rachas.

Num país intensamente miscigenado como o Brasil, o fato de o futebol não exigir um biotipo especial e poder ser praticado praticamente em qualquer lugar, colaborou na sua democratização. Para jogar basquete ou vôlei há necessidade de ser alto; para jogar futebol há necessidade de gostar de fazê-lo, e é possível ser um craque até com as pernas tortas, como ocorreu com Mané Garrincha. Por essas, e outras razões, o futebol se transformou num fenômeno que traduzia a cultura brasileira e nos identificava. Entranhou na vida das pessoas, tornou-se a religião de alguns, a válvula de escape do sofrimento de muitos, o pouco do que podíamos nos orgulhar e, por tudo isso, freqüentemente manipulado pelas elites dirigentes.

Infiltrou-se na linguagem do dia-a-dia, saindo dos gramados para os outros setores.

> *"Qualquer trama é uma 'jogada'. Fazer algo bem-feito é 'marcar um gol de placa'. Deixar de resolver um problema é 'chutar para o alto' e salvar uma situação é 'colocar para escanteio'. E por aí vai. Quem está a perigo vai para 'a marca do pênalti'. Dar uma mancada é 'pisar na bola'. Quem é ríspido 'entra de sola' e tudo termina no 'apito final'."* (Cardoso 1998, 59)

Responder uma prova sem saber é *chutar*, e responder inadequadamente ou falar o que não deve é *dar uma bola fora*. Em outros aspectos de nossa cultura é fonte de inspiração e/ou objeto de homenagem. Na música popular inspirou o batuta Alfredo da Rocha Viana Jr., o talentoso Pixinguinha, a compor o belo choro *"Um a Zero"* para celebrar o nosso primeiro título internacional[2]; Milton Nascimento e Fernando Brant a comporem , em 1970, para o filme *"Tostão, a fera de ouro"*, o samba *"Aqui é o país do futebol"* ; Chico Buarque a homenagear, em 1989, seus ídolos Mané, Didi, Pagão, Pelé e Canhoteiro na música *"O futebol"*; em 1997 levou o grupo mineiro Skank a nos lembrar, na música *"É uma partida de futebol"*, quem é que nunca sonhou em ser um jogador de futebol. Isso sem falar em Lamartine Babo, autor de inúmeros hinos de times, de Sérgio Ricardo, quebrando o violão e o atirando na platéia do IIº Festival da MPB, em 1967, que o impediu de cantar *"Beto bom de bola"*; da música *"A taça do mundo é nossa"*, de 1958 (de Lauro Muller, Maugeri Sobrinho, Victor Braga e Wagner Maugeri) , da homenagem de Jorge Ben a *"Fio Maravilha"*; daquela *"Pra frente Brasil"* (de Miguel Gustavo) de 1970, lema de um triste período (ditadura, *"milagre econômico"*, repressão, ...), apesar da alegria do Tri; Gilberto Gil homenageando, em 1973, o jogador *rebelde* (no bom sentido do termo) Afonsinho, na música *"Meio de Campo"*; Carlinhos Vergueiro, em 1999, lançando um CD (*"Contra-ataque"*) com diversas músicas sobre o tema (*"Nação Corinthians"*, *"Raí"*, *"Camisa Molhada"*, etc.); e muitas outras.

Muitos intelectuais, apesar da possibilidade de, em determinadas épocas, serem chamados de *alienados*, foram apaixonados pelo *ópio do povo* brasileiro. Um deles, o poeta pernam-bucano João Cabral de Melo Neto (1920-1999), nos brindou com um poema sobre um grande jogador palmeirense, Ademir da Guia:

(2) "1 a 0" é um choro que procura descrever o gol de Friendereich – nosso primeiro ídolo do futebol – na vitória sobre o Uruguai em 1919 ; esse gol nos garantiu o título de campeão sul-americano.

"Ademir impõe com seu jogo
o ritmo do chumbo (e o peso)
da lesma, da câmara lenta,
do homem dentro do pesadelo.

Ritmo líquido se infiltrando
no adversário, grosso, de dentro,
impondo-lhe o que ele deseja
mandando nele, apodrecendo-o.

Ritmo morno, de andar na areia,
de água doente de alagados,
entorpecendo e então atando
o mais irrequieto adversário."[3]

Entre documentários e obras de ficção, o cinema brasileiro já realizou mais de setenta filmes sobre o tema, muitos disponíveis em vídeo[4]. Nos cinejornais, a platéia se arrumava e se agitava quando, no Canal 100, tocava o início da música *"Na cadência do samba (Que bonito é)"*, de Luiz Bandeira. As escolas de samba cariocas demoraram para homenagear o futebol; isso ocorreu somente em 1986 com o samba-enredo *"O mundo é uma bola"* (Beija-Flor, de Nilópolis), seguido, em 1995, com *"Uma vez Flamengo"* (Estácio de Sá) e, em 1998, com *"De Gama a Vasco"* (Unidos da Tijuca). Na literatura, o tema foi tratado, em contos, crônicas e poemas por grandes autores – mas ainda carece de uma obra-prima sobre o tema –; artistas plásticos já fizeram do assunto quadros e exposições temáticas. Mas, o meio acadêmico universitário, talvez por preconceito, demorou muito para fazer do futebol um tema de estudos, análises, pesquisas.

1. DE 1894 A 1930

Em outubro de 1894, um paulista, filho de ingleses, que não gostava de *cricket* – o esporte nacional bretão –, chegava da Inglaterra, onde fora estudar, com duas bolas de couro, livros sobre as regras e sua experiência como jogador. Charles Miller estava nos trazendo um esporte elegante, universitário, burguês e com regras rígidas. E, sem o saber, estava introduzindo algo que se tornaria essencial à cultura brasileira, apesar de banido da maioria dos livros de história. Em 1898, estudantes do Mackenzie College (SP) fundaram o primeiro clube; logo depois, o São Paulo Athletic, clube de ingleses, organizou o seu departamento de futebol. Seguiram outros e, em 1900, surgiram os mais antigos clubes existentes atualmente: o S.C. Rio Grande na cidade do mesmo nome (RS) e a A.A. Ponte Preta em Campinas (SP).[5] O *foot-ball* foi trazido para a elite branca; mas, aos poucos, ao lado de times grã-finos, apareceram times do povo. Os pobres também passaram a gostar e, alguns deles, em 1910, no Bairro do Bom Retiro em São Paulo, formaram um time, copiando o nome de um *team* inglês: Corinthians Paulista. O aparecimento de times populares fez com que muitas senhoras e gente de *bens* começassem a deixar de freqüentar os estádios, ao mesmo tempo que o povo começava a invadi-los. Reflexo do espírito de nossa elite econômica, dada a um mimetismo cultural violento: adota comportamentos estrangeiros, para se distinguir das outras parcelas da população. Assim também atua em outros campos e, por isso, foi sempre contrária ao acesso por muitos daquilo que ela achava que devia ser privilégio de poucos, para os distinguir dos demais.

Além disso, o Brasil no século XX começava a necessitar de cada vez mais gente nas cidades, para trabalhar nas fábricas. Essa gente, em grande parte *importada*, também trouxera algo do exterior: ideologia operária, partidos socialistas, greves. Quando o prefeito *"Bota-Abaixo"* Pereira Passos, com sua reforma urbana na

(3) *"Ademir da Guia"*, no livro Museu de Tudo, publicado em 1975. Fonte: MELO NETO, João Cabral de . **Obra completa.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 383.

(4) Há filmes sobre Garrincha, Pelé, Tostão, ... ; Amácio Mazzaropi (1912-1981) , no filme *"O corintiano"* (1966), conta a história de um torcedor fanático que entra em conflito com os filhos e os vizinhos, e explorando, com humor, a histórica rivalidade entre palmeirenses e corintianos. Há os que relacionam a Copa de 70 e a repressão (*"Pra frente Brasil"*, de Roberto Farias), que contam a história de um jogador do interior que sonha com a consagração num grande centro (*"Asa Branca, um sonho brasileiro"*, 1981, de Djalma L. Batista), documentários sobre a Copa do Tetra (*"Todos os corações do mundo"*, 1995, de Murilo Sales), vídeos de jogadores ensinando o ofício, e outros. Somente em 1998, ano da Copa da França, foram lançados quatro filmes: *"Maracanã, adeus"* (de Adolfo Latermacher), *"O futebol"* (de João Moreira Sales), *"Os mitos do futebol brasileiro"* (de Roberto Moura) e *"Os boleiros"* (de Ugo Georgetti).

(5) O primeiro *jogo* de futebol no Brasil foi, provavelmente, realizado em abril de 1895, na Várzea do Carmo (na cidade de São Paulo) entre dois times de ingleses aqui radicados, da Companhia de Gás e da São Paulo Railway (este último venceu por 4x2). Em 1904, em Paris, foi fundada a FIFA e em 1908 o futebol foi admitido nos Jogos Olímpicos.

capital federal, jogou milhares de pessoas na rua da amargura, muitos deles estavam desempregados devido à crise econômica de 1903-1904. A capital federal ainda era *"colonial em seu traçado e fragmentada em seu tecido social"* (Neves e Heizer 1991, 56) e precisava ser um símbolo da República, da era moderna, da ordem e do progresso. Daí a necessidade de reformá-la quanto ao traçado urbanístico, à distribuição espacial de seus moradores segundo o segmento social a que pertenciam e aos costumes. Espaço para a grande novidade – os automóveis – e higienização: vacina obrigatória contra a varíola e expulsão, via demolição, dos moradores dos cortiços do centro da cidade. Era presidente do Brasil o riquíssimo cafeicultor paulista Rodrigues Alves (1902-1906), que deu amplos poderes ao prefeito nomeado (em janeiro de 1903) e ao novo diretor (março de 1903) da Saúde Pública, o paulista Oswaldo Cruz. Apesar das finanças saneadas pelo governo anterior (Campos Sales), recorreu-se a empréstimos na Inglaterra, cujo valor correspondia a quase metade da receita da União[6] e a empréstimos internos. Em nove meses, foram demolidos 614 prédios.

Oswaldo Cruz começou atacando a peste bubônica: espalhou raticidas, mandou remover o lixo e criou o funcionário comprador de ratos. A 300 réis cada rato, não evitou o surgimento de alguns criadores clandestinos de ratos, mas conseguiu exterminar os ratos e vencer a epidemia. Até aí não houve reação popular. A seguir, iniciou os trabalhos de erradicação da febre amarela combatendo o mosquito transmissor da doença (*stegomya fasciata*), enviando brigadas de *mata-mosquitos* pela cidade, colocando petróleo nos alagados e desinfetando todas as casas. A imprensa rotulou isto de atentado contra o *"princípio da propriedade privada"*, mas os rápidos resultados[7] acalmaram a situação. Faltava o combate à varíola e para este impôs a vacinação obrigatória, aprovada pelo Congresso em 31/10/1904.

A irritação com as obras na cidade, a expulsão de muitos para a periferia, o rápido aumento do custo de vida e a insuflação contra a vacina feita pelos positivistas[8], fez da vacinação obrigatória o estopim para a chamada **Revolta da Vacina.** Barricadas, levante da Escola Militar da Praia Vermelha, saques, depredações, e reação rápida e dura do governo. Estado de sítio na cidade, centenas de mortes, e tropas governamentais percorrendo a cidade, capturando participantes do motim e desempregados, jogando-os – sem julgamento – em porões de navios e levando-os para o Território do Acre, recém conquistado da Bolívia. Terminava o levante e começava a vacinação em massa. Meses depois, a varíola não dava mais sinais de vida; anos depois, a elite carioca se sentiria numa cidade que, no centro, lembrava Paris, que parecia *um pedacinho da Europa.*

Na destruição da cidade, uma das armas contra a polícia era a capoeira. Como ocorrerá mais tarde com os times de futebol e as escolas de samba, a cidade possuía diversas *maltas* de capoeiristas – com nomes, cores, insígnias, admiradores, ídolos –, que foram violentamente reprimidas pela polícia. Nos terrenos baldios situados fora da área remodelada, antigos capoeiristas passaram a jogar futebol; e o governo a estimulá-los, para vencer a capoeira. Mais tarde, a greve de 1917

> *"fez ver às autoridades e aos industriais que a cidade precisava de um 'esporte de massas'. Como a uma criança que se manda brincar 'para queimar energias', os operários foram, então, mandados jogar futebol: os municípios isentaram os campos de impostos; os industriais se apressaram em construir* ***grounds;*** *a polícia parou de reprimir os rachas em terrenos baldios; os castigos aos estudantes de escolas públicas que fossem pegos jogando futebol, suspensos."* (Santos 1981, 22)

(6) *"... um empréstimo de 136.000 contos (8.500.000 libras), quase a metade da receita da União (312.000 contos em 1903)."* (Nosso Século 1980, 34)

(7) *" ... de 469 óbitos em 1903 para 39 em 1904."* (Nosso Século 1980, 36)

(8) Os positivistas, civis e militares, participantes do poder nos primeiros anos da República, tinham sido alijados pelos cafeicultores paulistas. Além disso, desejavam um *"governo sociocrático"*, uma *"ditadura republicana"*, com um federalismo que transformasse as províncias em *"pequenas pátrias"*, como sugeria Augusto Comte, e não uma democracia liberal representativa. Chegaram a alimentar um plano de derrubar o presidente e substituí-lo por um *"ditador republicano"*.

O escritor Lima Barreto (1881-1922) dizia que seria o novo *"ópio do povo"* esse esporte *"filho do imperialismo"*, praticado pela nossa burguesia racista pois o *"bolapé"* – era assim que ele o chamava – minava a unidade entre os trabalhadores pelas discussões que provocava entre eles. Mas o bolapé se espalhou pelo país.[9]

Em 1921, já ocorria dispensa de funcionários públicos na hora do jogo, isenção de clubes e campos do pagamento de impostos, e os jornais reservavam grande espaço ao assunto. Neste mesmo ano, chegou-se também a discutir se a seleção nacional, que ia jogar na Argentina, deveria ou não levar negros. Dos times de hoje, o Vasco da Gama foi o *"primeiro time brasileiro a aceitar crioulos no seu plantel."* (Idem 33) Em 1923, o Vasco disputou o campeonato carioca com um time que possuía negros, mulatos e pobres; foi campeão em 1923 e 1924. Os ricos brancos e grã-finos tentaram resistir e

> *"inventaram uma regra especial: quando um branco cometia falta violenta num jogador negro, o juiz marcava falta e o jogo continuava. Quando o negro cometia falta violenta num branco, o juiz apitava a falta, e, antes de ser cobrada, o branco tinha direito a revidar a violência. Às vezes até a torcida e a polícia entravam em campo para surrar o infrator escuro. Deu no que deu. Para escapar das surras dos brancos, os negros preferiram evitar as divididas. Em vez de enfrentar os adversários no peito, passaram a iludi-los, fintá-los. Inventou-se o drible, ..."* (Cardoso 1998, 56)

A elite branca ainda tentou uma última cartada, em 1933, adotando o profissionalismo para que ela pudesse ser dona do time, para que os jogadores se sentissem seus empregados. De qualquer maneira, os não-brancos não precisavam mais colocar uma camada de pó-de-arroz na cara, como aconteceu no campo do Fluminense, em 1912, com o jogador Carlos Alberto.

Mesmo em cidades pequenas já apareciam os times de futebol. A título de exemplo, podemos citar o Esporte Clube Estrela, da cidade de Piquete (SP), criado em 14 de dezembro de 1914. Inicialmente, era mantido através de pequenas contribuições dos operários da fábrica de pólvora denominada, posteriormente, Getúlio Vargas. Durante muito tempo, os jogadores não recebiam salário; somente um *bicho* por vitória, e transporte e lanche quando o jogo era fora da cidade. Acabou se transformando num time da fábrica de pólvora, administrada pelo Exército, o que possibilitava que os operários-atletas tivessem certas regalias.

> *"Havia treinos físicos às terças e quintas, e coletivos às quartas e sextas. Nos dias de treinos físicos, os atletas, que também trabalhavam na Fábrica Presidente Vargas, tinham permissão para entrar mais tarde no serviço. Já nos dias de coletivos eram dispensados mais cedo."* (LGDJ 1998, 2)

Mais tarde, os jogadores eram contratados pela FPV somente para jogar. No final da década de 50, o campo do Estrela já possuía iluminação. E o time se transformou num motivo de orgulho para a cidade, colaborando no acirramento das relações com municípios próximos quando jogava contra o Cachoeira (Cachoeira Paulista), o Hepacaré (Lorena), a Esportiva (Guaratinguetá) e outros.[10]

No período em que as ferrovias – cuja construção foi decorrente da expansão cafeeira – constituíam o principal meio de transporte do país, surgiram diversos times ligados a elas, um tipo de clube-empresa, com as empresas ferroviárias contratando jogadores, construindo estádios, administrando clubes. A companhia inglesa São Paulo Railways, que construiu uma ferrovia ligando Jundiaí (SP) ao porto de Santos[11], principalmente para o

(9) Naquele, e durante um bom tempo, o futebol era jogado em inglês. Goleiro era *goalkeeper*, zagueiro era *back*, meio de campo e centro-avante eram *centre-half* e *centre-forward*. No *match*, dividido em dois *half-times*, o juiz assinalava *off-sides*, *fouls* e *corners*. Nosso triunfo sobre o futebol fez com que isso fosse refletido na linguagem.

(10) Em 1976, a FPV passou para o controle da IMBEL; a partir desta data, sem incentivos, o time deixou, praticamente, de existir.

(11) Um percurso de 140 km – cuja construção foi iniciada em 1860 – , inaugurado em 1867.Em 1957 foi incorporada pela RFFSA (privatizada em 1996).

escoamento da produção de café, criou (em 16/02/1919) o São Paulo Railway Athletic Club; em 1946, com o fim da concessão, a ferrovia passou a pertencer à União, mudou seu nome para E. F. Santos-Jundiaí e o time passou a se chamar Nacional Atlético Clube, mas mantendo em seu uniforme as cores da bandeira inglesa: azul, vermelho e branco[12].

O Esporte Clube Noroeste, fundado (01/09/1910) no mesmo ano da criação do Corinthians Paulista, teve uma origem *proletária*: os próprios funcionários da ferrovia; aos poucos, foi apropriado pela empresa e, portanto, pelo Estado. As vantagens, entre outras, para o Estado, tanto no populismo varguista como nos governos militares pós-64, eram o controle do lazer dos empregados e a difusão da imagem paternalista do governo, do *bem* que ele fazia para a cidade, que podia orgulhar-se de possuir um bom time. O Noroeste também exemplifica algumas das muitas características negativas do regime militar. O general que assumiu, como interventor, a direção da E. F. Noroeste do Brasil[13] – e que chegou a presidir o clube –, mudou o nome do estádio pois era de um adversário do regime e tentou mudar as cores do time, principalmente da camisa (vermelha), sugerindo outras cores e, entre elas, a verde-oliva[14].

A Associação Ferroviária, de Araraquara (SP), foi fundada em 1950 como clube da Estrada de Ferro Araraquarense, criada em 1909 como uma extensão da Companhia Paulista, uma empresa privada que passou para as mãos do governo paulista em 1960[15]. Também existiu a Ferroviária de Botucatu – que não mais disputa campeonatos – que foi criada por funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana; esta mesma ferrovia deu origem, em 1930, a um clube chamado Estrada, em Sorocaba (SP)[16]. Funcionários da extinta Companhia Mogiana de E. F. criaram, em 1933, na cidade de Campinas (SP), o Mogiana, que chegou a ser um dos importantes clubes do interior do estado. Exemplo de algumas mudanças que vêm ocorrendo no futebol brasileiro é o antigo Paulista, da cidade de Jundiaí (SP); criado pela Companhia Paulista em 1909, teve esse nome até 1998, quando se transformou em clube-empresa na atual acepção do termo, mudando seu nome para Etti-Jundiaí e passando a ser administrado pela multinacional Parmalat.

O crescimento deste esporte no país e suas características locais foram transformando-o num símbolo de nacionalidade. Começávamos a ficar conhecidos na Europa[17], não mais somente pelo café mas também por nossos negros que, com os pés, jogavam bola e dançavam o samba como ninguém. Na década de 1920, com o futebol ainda amador[18], exportávamos craques: *"os de São Paulo para a Itália, os do Rio para o Prata"* (Santos 1981, 48). Foi nos anos 20 que ocorreram a expansão e a popularização do futebol, um período de efervescência cultural e política, de afirmação de uma consciência nacional. No ano de 1922, por exemplo, foi lançada a pedra fundamental de Brasília, houve a fundação do Partido Comunista Brasileiro, ocorreu a Semana de Arte Moderna e o movimento tenentista (*"18 do Forte"* de Copacabana) e tivemos eleições, nas quais foi eleito o mineiro Artur Bernardes, que governou até 1926 sob *"estado de sítio"*. Em 1928, foi criado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, representativo da *"nova burguesia"* brasileira – os industriais – e que deu origem à FIESP.

(12) No ano de 2.000, o Nacional, com sede na capital paulista, disputava a série A-3 do Campeonato Paulista .

(13) A ferrovia, que liga Bauru (SP) a Corumbá (MS) – com um percurso de 1.603 km – foi inaugurada em 1904; em 1957 foi incorporada pela RFFSA (privatizada em 1996).

(14) No ano 2000, o *Noroeste de Bauru*, como é conhecido, disputava a série A-3 do Campeonato Paulista.

(15) A ferrovia liga Araraquara a Santa Fé do Sul, ambas em território paulista, totalizando 431 km. Em 1970, foi incorporada à FEPASA e, em 1997, privatizada. Quando o clube foi criado, Adhemar de Barros (1901-1969) governava o estado e o estádio chegou a ter seu nome (hoje chama-se Fonte Luminosa). No ano 2000, também disputava a série A-3 do Campeonato Paulista.

(16) No ano 2000, disputava campeonato de amadores.

(17) Não só o futebol brasileiro mas o sul-americano. Em 1925, nosso futebol chegou na Europa com o Paulistano, que venceu nove das dez partidas lá disputadas. Um ano antes, o Uruguai havia vencido a final dos jogos olímpicos, derrotando a Suíça, e repetiu a dose em 1928 contra a Holanda. Em 1930, no país bicampeão olímpico, foi realizada a primeira Copa do Mundo.

(18) Em 1914, foi fundada a Federação Brasileira de Sports que, em 1916, passou a se chamar Confederação Brasileira de Desportos (CBD), reconhecida pela FIFA em 1923; mas somente em 1933 os jogadores são reconhecidos como profissionais.

A informalidade e, principalmente, a pobreza brasileiras fizeram com que chutássemos bola descalços, fato que aumenta a habilidade para driblar. Além disso, o brasileiro já passava a ter uma iniciação precoce, vivia num mundo (notadamente, o masculino) impregnado de futebol, tinha na bola o seu primeiro presente de Natal, além da mania de chutar tudo o que aparecia pela frente, desde que não ameaçasse a estrutura óssea dos pés. Ou seja, começava a treinar quando aprendia a andar. Se antes todo o município possuía uma igreja e um cemitério, hoje, os 5.500 municípios brasileiros possuem igreja, cemitério e campo de futebol.

No final dos anos 20 e início dos 30, sindicatos e grupos de tendência marxista realizaram uma campanha pela *proletarização* do esporte. Procuravam levar para os sindicatos atividades esportivas e assegurar que os trabalhadores dirigissem os clubes de várzea – para evitar manipulações – , visando maior presença nas atividades sindicais. Em 1928, o jornal sindical *O Trabalhador Gráfico* perguntava:

> *"Que fazem os jovens nos clubes burgueses?*
>
> *Defendem as cores desses clubes. Se o clube é uma fábrica, é o nome e a cor da fábrica que defendem; a burguesia cultiva neles a paixão e a luta contra a juventude de outras empresas. (...) Todo operário* ***footballer*** *deve ingressar nos clubes proletários. (...) No mundo obreiro ninguém mais ignora que o esporte bretão tem sido útil ao capitalismo para desviar a atenção das massas trabalhadoras dos seus sindicatos profissionais. (...)."* (apud Decca 1991, 71)

Entravam em campo a manipulação política, a disputa ideológica, o lazer popular, a disputa entre bairros ou cidades ou estados. O futebol vai se transformando numa devoção e aí também entravam em campo as superstições e outros aspectos da religiosidade popular: acender velas, rezar, contratar serviços de *especialistas* em mandingas, transformar a grama em *água benta* tocando-a e fazendo o sinal da cruz antes de ir para dentro do campo, entrar em campo sempre com o pé direito, ver o goleiro dar três batidinhas com o bico da chuteira na trave direita e correr em volta das traves (para *fechar* o gol) e o atacante comemorar o gol beijando a medalhinha pendurada no pescoço, ajoelhando e fazendo o sinal da cruz, eram atitudes cada vez mais comuns. A nação buscava no futebol a compensação por suas frustrações.

2. DE 1930 AO GOLPE DE 1964

Em 1930, os cafeicultores perderam o seu mercado consumidor externo; se as crises dificultavam a venda de produtos essenciais, o que dizer de produtos supérfluos como o café? Perdeu também capitais estrangeiros, que serão usados na recuperação de suas próprias economias nacionais. Apesar do golpe de 1930, o café continuou sendo o principal produto de exportação e o governo procurava garantir o seu preço que, em 1931, caíra para um terço do que fora em 1929. Para evitar a super oferta, milhões de sacas foram destruídas entre 1931 e 1938. A pouca entrada de capitais estrangeiros, a crise econômica, a dificuldade de realizar empréstimos externos (e se conseguidos, os juros eram elevadíssimos), fizeram o governo suspender o pagamento da dívida externa.

Sem moeda estrangeira, era difícil importar maquinofaturados, estimulando a produção interna. Paradoxalmente, a crise econômica proporcionou oportunidades para investimentos industriais.[19] O próprio aumento da população urbana favoreceu a ampliação do mercado de consumo. A indústria foi a personagem principal da recuperação econômica, com o aproveitamento pleno da capacidade existente, ajudada pela pressão política dos industriais – agora mais organizados – e pela facilidade de adquirir equipamentos usados e baratos no mercado internacional. Apesar destes fatores, as mudanças somente foram possíveis graças à atuação do Estado, que se transformou em investidor no setor dos bens de produção e em

[19] Entre 1920 e 1929, a taxa média anual de crescimento da agricultura foi 4,1%, e da indústria, 2,8%; entre 1933 e 1939, as taxas foram, respectivamente, de 1,7% e 11,2%. Entre 1920 e 1929, foram criados 4.697 estabelecimentos industriais; entre 1930 e 1939, 12.232.

controlador dos organismos da classe operária. O atrelamento dos sindicatos ao governo possibilitava u'a mão-de-obra mais fácil de ser *domada* e menos *politizada*.

A primeira Copa do Mundo de futebol foi realizada em 1930, no Uruguai, que a venceu; alguns países europeus a boicotaram pelo fato de ter sido realizada num país sul-americano. Os petulantes ingleses se recusaram a participar das primeiras copas do mundo, pois se julgavam superiores e não desejavam jogar com equipes de nível técnico inferior; a primeira participação dos mesmos foi na copa de 1950, no Brasil, onde perderam até para o sofrível time dos EUA. Aqui, após o golpe de 1930, a tentativa de modernizar o nosso *capitalismo* e de ativar a industrialização, continuou necessitando de mão-de-obra barata e, se possível, desorganizada e dócil. Como atraía mais do que podia empregar, garantia os baixos salários. Nas horas de folga dos que trabalhavam e no período ocioso dos que procuravam emprego, o lazer principal e barato era o futebol. Assim como ir ao circo, assistir a um jogo de profissionais também era barato. Emissoras de rádio transmitiam partidas dos grandes times, fato fundamental para se entender a popularização do futebol, a paixão que provocou e os ídolos que gerou.

O Estado Novo, que controlava os sindicatos dos trabalhadores, também criou uma agência especial para os esportes, a Confederação Brasileira de Desportos, que teve como primeiro presidente Luís Aranha, irmão de Oswaldo, o ministro das Relações Exteriores. *"Nacionalismo e trabalhismo eram políticas de massa, a exigirem pontes de ligação com o povo. Uma dessas pontes era o futebol"* (Santos 1981, 60). Apesar disso, o Ministério das Relações Exteriores, em 1938, recomendou que, na Copa da França[20], o Brasil não escalasse jogadores negros; entretanto, contrariando o Ministério, a seleção escalou, pela primeira vez, jogadores negros e, entre eles, estavam Domingos da Guia e Leônidas da Silva[21], as estrelas do time. Já começava a existir o estilo brasileiro de jogar. O sociólogo Gilberto Freyre escreveu:

> *"Nossos passes, nossos pitus, nossos despistamentos, nossos floreios com a bola têm alguma coisa de dança e capoeiragem que marca o estilo de jogar futebol, que arredonda e às vezes adoça o jogo inventado pelos ingleses, e por eles e por outros europeus tão angulosamente jogado. Acaba de se definir de maneira inconfundível um estilo brasileiro de futebol; e este estilo é uma expressão a mais de nosso mulatismo ágil em assimilar, dominar, amolecer em dança, em curvas e em música as técnicas européias e americanas mais angulosas para o nosso gosto: sejam elas jogo ou arquitetura."* (apud Cardoso 1998, 57)

Em 1940, a cidade de São Paulo teve o novo Pacaembu; em 1950, foi inaugurado no Rio de Janeiro o maior estádio do mundo: o Maracanã. Na década seguinte, Belo Horizonte teve o Mineirão; e, após 1964, os governos militares facilitavam a construção de estádios em outros centros. Os discursos de Vargas no dia primeiro de maio, para os *trabalhadoooores do Brasil*, eram em São Januário, o campo do Vasco da Gama.

Para quem viveu no período, o *dia mais triste da história do Brasil* foi o fatídico 16 de julho de 1950. Em plena terra do futebol – já não era mais inglês –, após brilhante campanha e só precisando de um empate, fomos vencidos (2x1) na final da Copa do Mundo pelos uruguaios. Para muitos, a culpa foi do goleiro, o negro

(20) O Uruguai recusou-se a participar desta Copa em protesto contra a presença da Itália (que acabou vencedora), por causa do apoio do regime fascista italiano a Francisco Franco, destruidor, pela violência, da democracia na Espanha.

(21) Leônidas da Silva foi, talvez, *"o primeiro jogador brasileiro a explorar comercialmente o próprio nome"*. (Santos 1981, 38). O jogador, que *"só comia goiabada marca Peixe"*, cedeu o seu apelido para um chocolate que ficou famoso: Diamante Negro. O centro-avante Osvaldo da Silva, também negro, conhecido como Baltazar, foi outro jogador famoso; várias vezes artilheiro do campeonato paulista jogando pelo Corinthians, foi apelidado de *Cabecinha de Ouro* e foi homenageado em músicas (*"Gol de Baltazar"*) ; em 1954 (4º centenário de São Paulo), o Corinthians foi campeão e ele recebeu, da torcida, um automóvel Cadillac.

Barbosa (o que não é verdade, mas como era necessário um culpado, ...) . Ser vice era pouco para quem tão pouco possuía. Estaríamos fadados a não sermos vencedores? O desastre de 1950 fez até com que os dirigentes mudassem o uniforme de nossa seleção: nos Jogos Olímpicos de 1952, ela vestiu, pela primeira vez, a camisa amarela, transformando-se na *seleção canarinho*[22]. E, além de outras mazelas, começamos a sofrer de *platinismo*, de um complexo de inferioridade frente a argentinos e uruguaios, que possuíam um padrão de vida melhor e, no futebol, o Uruguai já era bi-campeão mundial. Mas, finalmente, fomos redimidos na Suécia, em 1958, fato que nos fez cantar:

A taça do mundo é nossa,
com brasileiro, não há quem possa!

A euforia desenvolvimentista dos anos JK ganhava mais um elemento.

Apesar disso, JK não conseguiu eleger seu sucessor. As eleições foram ganhas por Jânio Quadros, com seu discurso autoritário e moralista e seu populismo barato, que fazia uso de roupas amarrotadas, sanduíches de mortadela no bolso, barba por fazer, para se identificar com o povo. O homem da vassoura tentou dar um golpe, em agosto de 1961, através de uma renúncia. Seu vice, João Goulart, só assumiu após um *golpe branco*: a adoção do parlamentarismo. Durante o período parlamentarista, o Brasil se sagrou bi-campeão mundial de futebol, em 1962, no Chile, graças à atuação de Mané Garrincha. Realmente, no futebol éramos os melhores. Mas, na solução dos outros problemas continuávamos empacados. Em janeiro de 1963 voltou, através de plebiscito, o presidencialismo.

O fracasso do Plano Trienal de Desenvolvimento no combate à inflação e na retomada do crescimento industrial, fez com que Jango optasse pelas Reformas de Base, a partir do comício de 13 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro. Reforma bancária, reforma universitária, reforma fiscal, reforma agrária, ... A reação, que já vinha sendo preparada, não tardou : em primeiro de abril de 1964 consuma-se o golpe, com a deposição do presidente constitucional.

3. DO GOLPE DE 1964 AO PLANO REAL

O golpe militar de 1964 deu continuidade ao processo de abertura ao capital estrangeiro, de inserção do Brasil na órbita do capitalismo internacional. Redefinição do papel do Estado, alijamento da população das esferas decisórias, estrangulamento dos sindicatos combativos, concentração de renda e uma reorientação ideológica da educação, foram algumas medidas. A internacionalização da economia foi trazendo uma *estadunização* de nossos hábitos e padrões de consumo. A tecnoburocracia militar e civil, aliada do capital multinacional de origem externa, tornou-se a fração hegemônica agora no poder. Voltava-se a apelar para o *"futuro grandioso"* deste país, que, aliás, nunca chega. Mas esse futuro só poderia ser alcançado com ordem: sem ordem não há progresso, diz o lema positivista e o pendão nacional. Modernizado, este lema foi transformado em *"desenvolvimento com segurança"*.

Diversos setores, entre eles o dos estudantes universitários, tentaram resistir às mudanças impostas pelo governo militar. A seleção canarinho pouco ajudou o poder na Copa de 1966. Mal preparada, desorganizada, confiante demais em sua superioridade, foi um fracasso: 11º lugar nos campos ingleses , classificação que só não foi pior que a de 1934, na Itália (14º lugar). Apesar da falta de democracia, o ambiente cultural era agitado, criativo; nos sindicatos ainda havia vida. A resistência provocou um golpe dentro do golpe em 13 de dezembro de 1968, com a decretação do AI-5, que deu plenos poderes à Presidência da República, suspendeu as garantias individuais de todos os cidadãos, estabeleceu a censura nos meios de comunicação, cassou políticos, perseguiu opositores etc, etc, etc.

Na educação, a quantidade passou a vencer a qualidade e a deterioração almejada para

(22) O uniforme da seleção brasileira em 1914 era calção e camisa brancos, com braçadeiras vermelhas; em 1919, o uniforme usado até 1950: camisa branca com gola azul e calção azul.

certos cursos, como os ligados à docência, foi conseguida. O diploma era um símbolo de *status*, de posse de algum saber. Os carros traziam adesivos do curso superior cursado, unindo os dois símbolos: o carro e o diploma. E este era obtido em salas de aula onde a passividade e a não-contestação eram características dominantes, com o **magister dixit,** típico dos períodos anteriores, permanecendo. A expansão da rede privada, do ensino mercantilizado, ampliou as possibilidades de acesso ao diploma, cuja porta de entrada passaram a ser os vestibulares classificatórios – e não mais eliminatórios –, com várias opções de cursos e através de questões com alternativas[23]. Acabaram com os *excedentes* nas portas da universidade; agora são *excedentes diplomados* no mercado de trabalho.

Passava-se a desconfiar do futuro, prometido na euforia das taxas de crescimento econômico e do tri-campeonato conquistado em 1970 no México, amplamente utilizado pelo regime militar[24]. *"Ninguém segura este país"*, nem no futebol. Esta arte popular será utilizada para superar o nosso complexo de inferioridade. Um regime que excluía o povo, se apropriava de uma arte do mesmo; passou também a comandar os esportes. Os jogadores precisavam de disciplina tática para comandar a batalha; soldado que não obedece, discute ordens e é criativo, devia ser excluído do pelotão. Aqui também eram necessários segurança e desenvolvimento: respeito à disciplina imposta e adoção de métodos modernos, *"como os da Europa"*. A seleção de 70, além de contar com jogadores talentosos, teve uma preparação física de qualidade, com o emprego de *"métodos científicos"* de preparação, com trabalhos de resistência aeróbica, de monitoramento de hemoglobina no sangue e de adaptação a altitudes mais elevadas. Além disso, dentro do espírito da época, permaneceu aquartelada por quatro meses, treinando especificamente para a Copa do México.

Como em 1974 não se repetiu nos campos o feito de 1970, o almirante presidente da CBD colocou um militar para comandar a *seleção canarinho*[25]. O cartola agora usava quepe; o que não usava, batia continência. No país que era o destaque do futebol mundial ainda se dizia: *"os europeus são melhores"*. Sem perceber que a organização destes em campo, sua ginástica de quartel, era uma maneira de superar a falta de criatividade e não de dar condições para que ela tivesse seu espaço. Durante a ditadura militar, ocorreu um *inchaço* do Campeonato Nacional, através do uso do futebol para fins politiqueiros-eleitorais, como se o lema da antiga CBD fosse: *"Onde a ARENA*[26] *vai mal, mais um clube no Nacional"*. Em 1977, a crise do *pós-milagre* durante o governo Geisel, fez com que o governo federal *torcesse*, a sua maneira, para que o Corinthians Paulista – o clube de maior torcida no estado de São Paulo – vencesse o campeonato estadual, na final contra a A.A. Ponte Preta[27], o que acabou ocorrendo.

Um técnico de futebol, após o vexame da Copa de 1978 na Argentina, ganha pelo país sede e também usada pela ditadura de lá, chegou a sugerir, num país onde o nanismo é um problema grave, que não se convocassem atletas com menos de 1,75m de altura. Limitação semelhante àquela que o mercado começou a colocar (1º grau completo, boa aparência etc.) para uma população que até do futebol começava a ser excluída pela perda de seus *campos de pelada*. A urbanização desenfreada, especulativa e caótica – o espaço do automóvel era mais importante que o do transporte coletivo e do

(23) As médias nos vestibulares caíram e com uma nota 2,0 – a chamada *média do macaco*, pois um grupo deles, na base do assinalar aleatoriamente a alternativa, tiraria essa média – poder-se-ia entrar na faculdade. Segundo a coordenação da assessoria técnica da Fundação CESGRANRIO em 1977, as 22.300 vagas preenchidas naquele ano seriam reduzidas para 1.998 se a média exigida fosse 4,0 e para 602 candidatos se a nota mínima fosse 5,0.

(24) Assim como outros ditadores, Garrastazu Médici quis interferir na seleção. Na fase preparatória, o técnico da seleção foi o jornalista João Saldanha. Médici quis, depois, impor a convocação do centro-avante Dario. Saldanha teria respondido: *"Eu não dou palpite em seu Ministério, então o senhor não dá palpite no meu time"*. O técnico no México foi Zagalo e Dario foi convocado, apesar de ficar na reserva.

(25) Era presidente da Confederação Brasileira de Desportos – hoje CBF – o **almirante** Heleno Nunes e o técnico da seleção, o **capitão** Cláudio Coutinho.

(26) Neste período, existiam somente dois partidos políticos legais : ARENA (*Sim, senhor"*), no poder, e MDB (*"Sim"*).

(27) A *Veterana* ou *Macaca* foi, excetuando o Santos F.C., o primeiro time do interior paulista a fornecer jogadores para a seleção nacional; foi vice-campeã paulista em 1970, 1977, 1979 e 1981.

pedestre –, aplaudida como modernização, vai ocupar as várzeas com suas avenidas ou com seus pobres. As áreas dos clubes particulares – o patrimônio privado – serão preservadas. O campo de várzea, o espaço público, que também é do rio nas suas cheias, vai ser destruído; o *celeiro de craques* pobres será destruído pela tecnoburocracia. E a análise espacial, cultural desse fato não será realizada. A geografia, dita científica, se escondeu nas quantificações, a *social* foi calada pela censura, pelas perseguições, e a do livro didático aplaudiu ou nada disse, o que significa que permitiu.

No futebol, o retrato: o alegre ficou triste, o envolvente virou defensivo, medroso. O sonho de milhões de meninos de um dia serem *Pelé,* a urbanização frustrou; até a rua para o bate-bola deixou de existir. A *escolinha de futebol* agora é paga; esse espaço passa a ser garantido para as classes médias e altas, as mesmas que aqui introduziram o futebol, de que o pobre se apropriou, conseguindo superar e realizar o que deveríamos ter feito com a ciência e a tecnologia.

O poder, em 1970, ganhou mais um instrumento de manipulação; mas este, como arte, necessitava de liberdade. A crise do futebol pós-70, assim como da música popular brasileira, da literatura, do teatro, do movimento sindical, da universidade e de outras áreas, não pode ser desvinculada do momento vivido pelo país. Num modelo político-econômico que já não dependia tanto de uma *política de massas*, a rebeldia devia ser punida e ser moderno era estar em dia com os modismo externos. Isto também ocorreu nos ambientes universitários. Havia o autor da moda e o desprezo ao *ultrapassado*. Em muitos campos não se conseguiu fazer o que o povo realizou com o futebol: sobre um conhecimento importado criar algo novo, com a nossa cara, útil para a transformação, do aqui subvivido, em uma sociedade menos injusta, mais humana.

A economia crescia mas o salário real decrescia, fazendo com que a política industrial fosse baseada na expansão dos bens de consumo duráveis e na sofisticação dos produtos, pois os compradores eram os setores minoritários. O fracasso das metas de bem estar à maioria da população foi o que levou à recorrência a emoções como o futebol e a exaltação da história nacional, para vislumbrar o porvir glorioso do país, já iniciado pelas grandes obras, como a Transamazônica. Neste período, aumentou o poderio da televisão, inclusive da publicidade nela contida, implícita ou explicitamente. Ampliava-se a desigual distribuição de renda e a publicidade, voltada para os mais ricos, criava enormes frustrações, notadamente entre os jovens das camadas pobres, que não podiam adqui-rir os produtos anunciados. Ainda que não seja esta a única razão, assistiu-se a um aumento da violência cotidiana. Na década de 80 vão ocorrer roubos até de tênis; mais símbolo de status do que esporte, muitos custavam (e custam) mais que um salário mínimo, notadamente os importados.

Em 1982, na Copa da Espanha, a seleção brasileira era uma das melhores e por uma dessas contingências que fazem o futebol ser o que é, amargou um 5º lugar. A nossa necessidade de ganhar, de ser o primeiro lugar, características dos que sempre estão perdendo, dificulta a valorização de um bom time que não ganha, e até de um vice-campeonato. Mas, até que seria uma boa válvula de escape para um povo que sofria com uma dívida externa superior a US$100 bilhões, com as medidas impostas pelo FMI, com a recessão, o desemprego, o arrocho salarial, a corrupção, o agravamento da miséria e outras características do governo Figueiredo (1979/85). Nem eleger o presidente da República era permitido, apesar da memorável campanha das *Diretas Já*, em 1984.

Em 1986, presidia a República o maranhense José Sarney. Estávamos domando a inflação, o Plano Cruzado *"tem que dar certo"*, até porque a seleção não ajudou muito no México, ficando em 5º lugar. A manipulação do Plano Cruzado, para eleger governadores do PMDB, nos levou ao lugar de sempre, aquele que tem inflação, desemprego, arrocho salarial, desesperança, emigração, ...

Quando recuperamos o direito de escolher o presidente, por diversas razões, o povo escolheu Fernando Collor, um jovem que implorava para não o deixarem só, que prometia um novo Brasil e que começou o governo bloqueando as cadernetas de poupança. Acompanhando a

mediocridade do governo, a seleção brasileira foi um fiasco na Copa de 1990, na Itália. Pouco ajudou, como elemento de manipulação, o Indiana Jones do Terceiro Mundo, destituído legal e pacificamente através de um *impeachment* (por que o termo em inglês?) em 1992. Mas já estávamos importando bugigangas dos Tigres Asiáticos, torcendo para os times de basquete da NBA, cantando em inglês sem entender via programação das FMs, ... ou seja, nos *modernizando*. Ayrton Senna nos devolvia o orgulho que o futebol nos negava, empunhando a bandeira brasileira nas pistas da Fórmula 1. E estávamos exportando jogadores para a Europa; o sonho dos peladeiros era agora internacional.

Em 1994, com mais um vice na presidência (Itamar Franco), a *pátria de chuteiras* (no dizer de Nelson Rodrigues) se preparou para a batalha nos campos da terra do Tio Sam, onde o *foot-ball* é jogado com as mãos, e com os pés chama-se *soccer*. Para lá já havíamos enviado o Rei Pelé (não conseguimos esquecer da monarquia) para ensiná-los. Jogando como europeus, salvos pela genialidade de alguns que atuavam como brasileiros, fazendo do gol um mero detalhe, suando para ganhar dos EUA, fomos campeões porque ganhamos nos pênaltis, graças a um erro de um jogador italiano. Era o *futebol de resultados*. Se você tem mais de trinta anos, faça um teste: você se lembra mais da escalação do time de 1970 ou do de 1994?

4. A COPA DE 1998, NA FRANÇA

Em 1998, o país ainda vivia sob o Plano Real, com baixa inflação, câmbio sobrevalorizado, dívida externa superior a US$ 200 bilhões, dívida interna de mais de US$300 bilhões, juros altos, desemprego e violência crescentes. O governo FHC, apesar de possuir maioria absoluta no Congresso, havia passado quatro anos privatizando (e financiando a venda de seus próprios bens) o patrimônio público, volatizando o pouco recebido no pagamento dos juros das dívidas, investindo pouco no social. Conseguiu aprovar a emenda da reeleição, e passou o ano segurando a moeda para obter dividendos eleitorais. Conseguiu ser reeleito e, no início do ano seguinte, vieram as conseqüências de sua inércia e de sua submissão ao setor financeiro internacional. A economia do país passou a ser gerida pelo FMI.

Em 1998, porém, tínhamos uma preocupação mais importante: ganhar o *penta*. O único país a participar de todas as copas, o único a ganhar o título fora de seu continente (1958, na Suécia), o 1º no ranking da FIFA (apesar de ser o 68º no ranking de desenvolvimento humano), aquele que possuía o melhor jogador do mundo (Ronaldinho), não ia nos decepcionar. Éramos a superpotência mundial no futebol, e grande parte de nossa auto-estima dependia das vitórias da seleção. As agências de publicidade, as emissoras de rádio e TV, as fábricas e as escolas (planejando a dispensa nos horários dos jogos), as indústrias de camisetas, bandeiras, televisores, cerveja etc. já haviam se preparado, pois a Copa do Mundo é hoje muito mais que um simples evento esportivo.

Estima-se que, em 1998, no Brasil,30 milhões de pessoas – aí incluídos os profissionais, os peladeiros, os que jogam durante os churrascos ou as emocionantes partidas de casados versus solteiros – praticavam o esporte bretão. Praticantes em times, mais ou menos organizados, eram 580 mil, distribuídos por 13 mil times. Oficialmente, eram 589 estádios, com uma capacidade global de receber 5,6 milhões de pessoas. E a partida final do Campeonato Brasileiro de 1997 (Vasco X Palmeiras) chegou a ter uma audiência estimada em 50 milhões de telespectadores. Calculava-se que o futebol empregava, direta ou indiretamente, 300 mil pessoas, o que permite estimar que sustentava perto de 1 milhão de pessoas. Como um todo, o esporte movimentava US$6 bilhões por ano no Brasil, sendo US$4 bilhões ligados ao futebol. Em 1997, eram fabricados 3 milhões de pares de chuteiras, 5,5 milhões de pares de tênis para a prática do futebol (de salão e *society*), 6 milhões de bolas, 32 milhões de camisas de futebol. É um grande negócio aqui e no mundo.[28]

[28] O futebol movimentava, pelo mundo, US$ 255 bilhões por ano (a GM, a maior empresa do planeta, US$ 170 bilhões); para as emissoras de TV é um grande filão pois a Copa nos EUA, em 1994, teve 32 bilhões (somando todas as transmissões) de telespectadores (as Olimpíadas de Atlanta, em 1996, 25 bilhões).

O Brasil não estava somente presente na nossa seleção, na qual grande parte dos titulares atuava no exterior. O Irã se classificou para a Copa comandado por um técnico brasileiro (Badu Vieira), a Arábia Saudita foi à competição com um técnico daqui (Parreira), assim como a Jamaica (Renê Simões). Na final estavam Brasil e França, Ronaldinho e Zidane, Nike e Adidas. O país que teve uma independência sem povo, que possui um Estado sem sociedade civil, um dos campeões de desigual distribuição de renda, estava homogêneo, vestido de verde e amarelo, com a sensação de que formamos uma nação igualitária, onde nada nos diferencia. Nossa auto-estima estava lá em cima, pois neste esporte somos bons e até exportadores. Iríamos ao campo de batalha contra a França no dia 12 de julho e derrubaríamos a Bastilha.

O resultado todos sabem: a França venceu por 3x0. Uma frustração, pois vice é pouco para o país do futebol. Cento e sessenta milhões de técnicos possuíam a explicação no dia seguinte, que ia do esquema tático à escalação deste ou daquele jogador, da ausência de Romário à escalação de Ronaldinho, ao controle da Coca-Cola e da Nike, que eram o FMI da CBF. Tudo isso sem contar com explicações baseadas no horóscopo, nos búzios, na numerologia, ...

5. UM POUCO DE POLÍTICA E FUTEBOL

A FIFA se orgulha de possuir mais membros que a ONU (196 contra 186) e envolve quase todos os países nos jogos eliminatórios. Em 1930, disputaram a Copa 13 seleções; em 1994 já eram 24, e na França foram 32 times. O mundo também ampliou o número de Estados. Em 1945 não chegavam a 80, e na África eram somente quatro (em 1998 eram 53). O fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim em 1989, provocou o surgimento de mais 22 países, sendo 15 da ex-URSS, cinco da antiga Iugoslávia e a divisão da Tchecoslováquia.

Já em 1938, o Uruguai se recusou a participar da Copa da França em protesto contra o apoio do governo de Benito Mussolini aos militares franquistas durante a guerra civil espanhola. Aliás, o regime fascista italiano foi um dos primeiros a politizar o futebol; o *Duce* se referia aos jogadores como "*soldados a serviço da causa nacional*", e eles retribuíram vencendo as copas de 1934 e 1938, sem deixar de cantar antes de cada jogo o seu hino nacional, com trechos como "*Fomos por séculos/ Pisados e escarnecidos/ Porque não estávamos unidos,/ Porque estávamos divididos. / ... / Estejamos prontos para a morte/ A Itália chama.*" Mas, em 1998, a mídia italiana criticou os jogadores por não cantarem o hino nacional, quando ele era executado no início das partidas. A Alemanha, derrotada na IIª Guerra Mundial, pôde, após vencer a equipe de maior inovação e sucesso, a húngara, cantar o hino *Deustschland Uber Alles* (Alemanha Acima de Tudo). Na Copa de 1990, o chanceler alemão Helmut Khol disse sobre a equipe alemã: "*Essa seleção alemã está repleta das antigas virtudes de nossos combatentes.*" (apud Bertolotto 1998, 8)

O país criador do futebol só conseguiu ser campeão em 1966, quando foi sede da competição. A primeira copa da qual os ingleses participaram foi a de 1950, pois se recusavam a jogar com times "*de nível técnico inferior*". O nome do país é Reino Unido e assim participa de todas as modalidades esportivas, exceto no futebol. A FIFA reconhece, separadamente, Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Apesar do nome *United Kingdom*, o hino "*God Save the Queen*", composto quando se lutava contra os escoceses Stuart, que pretendiam a coroa britânica, refere-se aos "*truques miseráveis*" dos inimigos e fala em "*esmagar os escoceses*". Estes, quando participam, cantam: "*Esses dias são passado agora,/ E no passado devem ficar,/ Mas nós podemos nos erguer agora,/ E ser uma nação de novo*". E, apesar da falsa fama de cavalheiros, são famosos o racismo e a violência dos *hooligans*[29] ingleses. Nas partidas entre as equipes nacionais da Inglaterra e da Escócia, sempre há violência entre as torcidas (como em 21/05/88, quando houve um morto e 82 feridos).

[29] Esta palavra significa arruaceiro, baderneiro, e é utilizada para caracterizar os torcedores europeus mais violentos, notadamente ingleses, alemães e holandeses.

Antes de a Argélia ficar independente da França em 1962, jogadores argelinos que atuavam em times franceses abandonaram seus clubes, formaram uma seleção e excursionaram pela Europa, para divulgar a causa da independência. Em 1969, após uma partida violenta entre as duas seleções nacionais, Honduras foi invadida por El Salvador, conflito que ficou conhecido como Guerra do Futebol; morreram cinco mil pessoas. O conflito entre os dois países era antigo, envolvendo demarcação de fronteiras. Em 1992, a Corte Internacional de Justiça pôs fim aos 139 anos de conflito entre os dois países. Em 1970, durante o *milagre brasileiro*, o presidentemilitar tentou impor a convocação de um jogador e depois se aproveitou como pôde da vitória da seleção, para garantir a manutenção do modelo e da repressão. Nas eliminatórias daquela Copa, *"Israel competiu no grupo da Oceania, já que seus vizinhos árabes recusavam-se a jogar contra o inimigo."* (Tamada 1998, 5) A FIFA, aliás, tem tentado promover um jogo entre as seleções de Israel e da Palestina.

Em junho de 1998, a Palestina foi aceita na FIFA, antes de ser reconhecida como Estado. Como resultado do Acordo de Oslo (1993), a Faixa de Gaza e as grandes cidades da Cisjordânia passaram a ser controladas pela Autoridade Nacional Palestina (ANP). O problema é que as pessoas não podiam se deslocar, entre estes dois territórios separados, sem a permissão de Israel, e este impedia o deslocamento de jogadores que haviam participado da *Intifada*[30]. Isto impedia a Palestina de abrigar algum jogo de sua seleção principal, pois metade de seus jogadores havia participado da Intifada[31] e não podia se deslocar entre as duas áreas. A seleção palestina possuía 24 atletas treinando em Gaza – nas areias da costa mediterrânea – e outro tanto na Cisjordânia – em áreas montanhosas –, e o time titular era uma fusão (cinco da primeira e seis da segunda região). O próprio técnico, um argentino[32], possuía licença de Israel para trabalhar três dias da semana em Gaza e os outros na Cisjordânia. Também, por imposição de Israel, o time só podia se reunir em um terceiro país e se nele ocorresse um torneio internacional.

Existia um Campeonato Palestino, com o vencedor da Cisjordânia jogando contra o melhor da outra área, em uma única partida; em 1998, venceu um time de Gaza, que jogou *fora de casa* e que contou com apenas 13 jogadores, pois cinco haviam sido barrados pelas autoridades israelenses. Em Israel, o futebol era profissional, mas nos territórios palestinos os jogadores somente recebiam ajuda de custo (nos clubes e na seleção). A aposta atual é nos juniores, pois a geração com mais de 23 anos em 1999, foi comprometida pela Intifada. O desejo da FIFA de realizar uma partida entre Israel e Palestina ainda não tinha se realizado (em junho de 2000), por recusa do primeiro[33]. Ocorrida a independência, os palestinos precisarão solucionar o problema dos transportes pois, em 1999, não havia ligações diretas e independentes entre as duas áreas ; a ligação aérea dependia da construção de um aeroporto na Cisjordânia.

Sinais de que a federação iugoslava formada por Tito após a 2ª Guerra Mundial estava no fim, foi um jogo, no dia 13/03/90, entre Dynamo de Zagreb e Estrela Vermelha de Belgrado. As hostilidades entre as torcidas croata e sérvia resultaram em mais de 60 feridos. Em 1991, já existiam a Croácia e a *nova* Iugoslávia, e estes dois países foram, de uma certa maneira, impedidos de participar da Copa de 1994 por causa da Guerra da Bósnia (1992/95). Mas os iugoslavos não deixaram de cantar o seu hino nacional : *"Ainda latente a voz de nosso ancestral/.../ Que o traidor de sua pátria seja maldito, seja maldito"*. Para os croatas, a participação na Copa de 98 foi muito importante; além do ótimo resultado (3° lugar) em sua

(30) Intifada (*despertar* ou *sacudir*, no sentido de se livrar de alguma coisa) foi um levante de jovens palestinos, armados de paus e pedras, contra as forças de ocupação israelenses. Começou em 09/12/87 em Gaza e, depois, na Cisjordânia ; durou até 1993. Neste período, aglomerações eram proibidas e existia o toque de recolher às 17 horas; nos conflitos, morreram trezentos israelenses e mais de mil palestinos.

(31) Um exemplo era o atacante titular, Aiman Sandukha, que, por ter participado da Intifada, foi, aos doze anos, para uma prisão juvenil e dali só saiu quatro anos depois. Na prisão não havia bola nem quadra, e a proibição de atividades físicas deixou seqüelas no jogador.

(32) Aprovado em um concurso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que procurava um treinador e um preparador físico para ajudarem a organização de uma seleção nacional palestina de futebol.

(33) O que pode ter sido, na época, providencial para a Palestina devido a distância entre seu amadorismo (190ª no *ranking* das seleções da FIFA) e o profissionalismo de Israel (30ª).

primeira participação, o fato significava mais uma etapa na luta pela afirmação nacional e tornava o país mais conhecido no mundo. Antes da divisão da Tcheco-Eslováquia, também ocorreram conflitos violentos entre os torcedores do Sparta, de Praga, e do Slovan, de Bratislava. A República Sul Africana somente pôde participar a partir de 1994, quando foi abolido o *apartheid*.

A Copa de 1998 também teve aspectos políticos importantes. A classificação do Irã fez com que, na comemoração, ocorressem desvios das leis islâmicas, do modo como são interpretadas pelos aiatolás. Houve uma explosão de alegria, que a polícia não conseguiu conter. As pessoas cantavam nas ruas (o que lá não era permitido) e algumas mulheres jogavam o manto que cobria o rosto (chador) para o alto. Quando os jogadores chegaram, cinco mil mulheres gritavam fora do estádio, já que eram proibidas de assistir aos jogos ou de assistir a eles misturadas aos homens. Por ironia, o Irã caiu na mesma chave que os EUA, e o jogo entre eles foi cercado de uma grande expectativa e de um certo temor. Para os iranianos, vencer a seleção do *Grande Satã* era o equivalente a ganhar a Copa; e venceram por 2x1. Para alguns analistas, o jogo poderia representar, para as relações entre os dois países, o mesmo que jogos de pingue-pongue tiveram no restabelecimento das relações entre os EUA e a China na década de 1970.

A Nigéria, o país mais populoso da África, era esperada como uma das prováveis *"surpresas"*; não foi e, talvez, a razão estivesse no fato de o ditador do país, o general Sani Abacha, interferir demais: chegou a escalar o time em algumas ocasiões e deu a palavra final na contratação de um técnico europeu. Na Espanha, o técnico Javier Clemente, de origem basca, era acusado de proteger os jogadores de sua região; já em Bilbao, a principal cidade basca, era criticado pelo fato de dirigir a seleção espanhola. Aliás, para sorte dos bascos, o hino espanhol não tem letra. Entretanto, a Frente Popular pela Independência das Ilhas Canárias cantou de alegria quando a Espanha foi derrotada pela Nigéria, dizendo em nota divulgada que o resultado era *"uma alegria para grande parte do povo canário"*.

A seleção francesa também se destacou nos debates sobre nacionalidade. Seu astro Zinedine (*Zizou*) Zidane é um francês filho de argelinos, discriminados na França quase do mesmo modo que os turcos na Alemanha. O lateral-direito Thuram chegou ao país aos nove anos, como imigrante: viera de Guadalupe, território francês no Caribe e, até 1996, sua mãe era empregada doméstica em Paris. O meia Bernard Diomede também nasceu em Guadalupe; o goleiro reserva Bernard Lama, na Guiana Francesa; o meia Patrick Vieira, em Senegal e o zagueiro Marcel Desailly, em Gana, uma ex-colônia britânica. Dos 22 jogadores que compunham a seleção francesa, treze eram de origem estrangeira[34]. Ou seja, o colonialismo foi o responsável pela França ser campeã. E esses jogadores ainda tinham quecantar a Marselhesa. *"Às armas, cidadãos/ Formem seus batalhões/ Marchemos, marchemos/ Que um sangue impuro/ Encharque nosso solo"*. O racista e xenófobo Jean-Marie Le Pen, líder da Frente Nacional (criada em 1972, na ressaca dos movimentos rebeldes de 1968, e que obteve 15,5% dos votos na eleição de 1998), não reconhecia o time como uma seleção francesa. Depois chegou a dizer que *Zizou* (talvez para não pronunciar Zidane, um nome árabe) era um resultado do *"poder civilizador"* dos colonizadores europeus.

O mundo está globalizado, os Estados perderam a sua função, os nacionalismos foram superados, dizem. Na realidade, após a queda do Muro de Berlim (1989), verificamos uma eclosão de movimentos nacionais, muitos deles saindo vitoriosos. O problema é que na luta é que se criam vários hinos nacionais, e nos campos esportivos, ditos como *festas de confraternização*, muitos hinos de guerra são cantados, razão de termos citado alguns trechos. Os brasileiros exigem *raça* do time e os jogadores que sabem o hino

(34) Aí incluídos dois descendentes de famílias armênias e um filho de argentino. O censo de 1990 mostrou que existiam 3,5 milhões de estrangeiros na França (não inclui os filhos de estrangeiros com nacionalidade francesa), 6% da população. A maior comunidade era de portugueses (645 mil), depois os argelinos (620 mil), seguido pelos marroquinos. O maior goleador numa copa (13 gols) foi Just Fontaine, nascido em Marrocos.

CAD - FAU PUC-CAMPINAS

cantam: *"Verás que um filho teu não foge à luta/ E nem teme quem te adora a própria morte"*. Os belgas, divididos entre flamengos e valões, entoam: *"Oh, Bélgica, oh, mãe querida/ A ti nossos corações, a ti nossos braços/ A ti nosso sangue, oh Pátria"*. Os argentinos, os *"europeus sul-americanos"*, dizem: *"Coroados de glória vivemos/ Ou juremos com glória morrer"*. O Chile, que aturou o general Pinochet, que chegou ao poder ajudado pela CIA: *"Se pretende o canhão estrangeiro/ nossos povos ousados invadir,/ saibamos vencer ou morrer"*. O México, *"tão longe de Deus e tão perto dos EUA"*, integrante do NAFTA, canta trechos que ficariam melhores na boca do Exército Zapatista: *"Guerra, guerra sem trégua ao que intente/ Da Pátria manchar os brasões!/ Guerra, guerra!"*

Com hinos assim, belicosos e politicamente incorretos, é de se estranhar a pouca violência dos jogos. Patrocinados por multinacionais que, geralmente, retiram muito mais do que investem em seus países, estão lá, perfilados, os onze *"defensores da pátria"*. Os japoneses, pelo menos, são mais ecológicos, apesar de inverterem o processo de erosão; no lugar de *"la muerte o la gloria buscar"* dos mexicanos, entoam: *"Governai, meu senhor,/ Até que os que agora são seixos/ Se transformem através das eras/ Em poderosos rochedos"*. Mas seria até um atestado civilizatório se o campo de futebol se transformasse no único lugar de confrontos nacionais, desde que esses não ocorressem nas arquibancadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol é algo complexo, pois tem sido um incentivador do sentimento nacional graças à atuação de "*astros multinacionais*", de atletas que atuam no exterior mas voltam para defender a pátria, incentivados por prêmios em dinheiro. Recusar-se a defender a seleção é uma traição à pátria. As seleções, no entanto, não somente representam a pátria, mas também os patrocinadores, que chegam a decidir até os amistosos dos times, segundo suas conveniências econômicas. Do modo que as coisas caminham, os times nacionais perderão seus atuais nomes e torceremos para clubes chamados Coca-Cola, Pepsi, Parmalat, Nike, Adidas, Reebok, ...

O uso político não se restringe, é claro, ao futebol. A Radio Marti, cuja finalidade é desestabilizar o governo cubano[35], incluiu em suas transmissões lutas de boxe ou partidas de beisebol, esportes prestigiados pela população cubana, quando as mesmas têm a participação de exilados cubanos. Para muitos povos, aqueles que são campeões em esportes coletivos com a *"camisa da pátria"* ou ganham medalhas olímpicas, são heróis nacionais. Durante a Guerra Fria, muitos ficavam prestando atenção ao número de medalhas dos EUA e da URSS. Hoje tem gente parafraseando a frase do general prussiano Karl von Clausewitz, como ocorreu numa manchete do jornal britânico *Times*: *"O futebol é a continuação da guerra por outros meios"*.[36]

No Brasil, onde o segundo cargo mais importante da República é o de técnico da seleção, o presidente FHC chamou os que duvidavam de que a seleção seria campeã de *fracassomaníacos*. E, apesar de vice em 1998, o futebol permanece vivo, com os jogadores de destaque representando uma imagem de sucesso social entre os seus semelhantes. Por isso, continua um meio de ascensão social para os pobres, principalmente numa sociedade como a nossa: individualista, altamente estratificada e que, através dos baixos níveis (quantitativos e qualitativos)de habitação, salário e escolaridade, mantém as camadas mais pobres *"em seus devidos lugares"*.

Aí também há muita ilusão; os jogadores bem remunerados são poucos (como demonstra a tabela a seguir), mas a exposição constante de seus padrões de vida pela mídia passa a idéia de que é a vida da maioria.

(35) A Radio Marti e a TV Marti, nome do poeta herói da independência cubana, foram criadas no governo Reagan e são subsidiadas (US$ 13 milhões por ano) pelo governo dos EUA. A rádio iniciou suas operações em 1985 e a TV em 1990; funcionam 24 horas por dia com a finalidade de derrubar, através de informações que pretendem desestabilizadoras, o regime implantado em 1959.

(36) A frase original é: *"A guerra é a mera continuação da política por outros meios"*.

Tabela 1. Salários oficiais dos jogadores no Brasil.

Salário mínimo	Nº de jogadores	%
Até um	8.638	52,8
De um a dois	4.987	30,5
De dois a cinco	1.289	7,9
De cinco a dez	436	2,7
De 10 a 20	293	1,8
Mais de 20	701	4,3
Total	16.344	

Fonte: CBF, apud FSP , 14/2/99, c.4, p.1

O quadro econômico do futebol é semelhante à situação do país. O PNAD, realizado pelo IBGE em 1997, mostrou que apenas 1,8% dos brasileiros ganhava mais de 20 salários-mínimos; 16,7% recebiam até um salário-mínimo mensal, 12,2% entre um e dois salários-mínimos, e 40,9% foram classificados como *"sem rendimento"* (são sem remuneração fixa, trabalham para a própria família etc.). Cabe lembrar que o valor do salário-mínimo era de R$130,00 (pouco mais de US$ 107 em dezembro de 98 e o equivalente a US$69 em fevereiro de 99), quando o DIEESE calculava que, para uma família de quatro pessoas, o salário-mínimo de janeiro de 1999 deveria ser de R$ 880,00 (US$465,00).

O futebol é uma das nossas poucas apresentações eficazes de nação, o jogo do *"escrete canarinho"* nos dá aquela coesão imaginária imaginada para outros campos. O historiador francês Pierre Milza disse: *"O futebol contribui para a manutenção de um nacionalismo residual, dando espaço para bruscos e efêmeros crescimentos do chauvinismo durante os jogos internacionais"*. (apud Bertolotto 1998,8) O sociólogo Alain Touraine afirmou que

> *"Numa sociedade onde muitas pessoas perderam suas raízes, numa sociedade de produção e consumo, o esporte traz um elemento de identificação que corresponde a essa sociedade de massas, mas que cria relações de proximidade, em lugar de intensificar o desenraizamento"*. (Touraine 1998, 9)

Num mundo onde o capital está globalizado, e a principal potência procura impingir seu *modus vivendi* a todo o planeta, o futebol, por mais manipulado que seja, ainda é um tipo de apropriação nacional. Seria melhor se ele fosse somente diversão e que as associações esportivas não fossem dirigidas por aproveitadores, manipuladores ou mafiosos. Seria melhor que, como parte da indústria cultural do capitalismo, não fosse apropriada para servir aos interesses das grandes corporações transnacionais.

É claro que devemos lutar contra o fanatismo exacerbado. Em qualquer campo ele é perigoso, tanto no nacionalismo (há experiências amargas no século XX) quanto no fundamentalismo religioso (seja com a Bíblia, o Corão ou o Torá), pois sempre resulta em ódio cego, racismo e xenofobia. Mas, em que lugar a gente pode, somente gritando, mudar o dirigente ou o treinador? Onde, após uma semana de trabalho, a gente pode descarregar a tensão dirigindo termos deselegantes à progenitora do juiz? Onde pessoas desconhecidas se abraçam após um gol? E, se depois de tudo, o nosso time vence, é difícil ver um lugar com tanta alegria reunida. Por isso, apesar de tudo o que foi dito sobre a manipulação do esporte, a atitude mais racional é, no final de semana, vestir uma camisa preta e branca, pegar a bandeira e sair cantando[37]:

> *"Brasil está vazio na tarde de domingo, né?/ É!... / olha o sambão/ Aqui é o país do futebol...*
>
> *No fundo desse país, / Ao longo das avenidas, / Nos campos de terra e grama. / Brasil só é futebol. / Nestes 90 minutos de emoção e alegria / esqueço a casa / e o trabalho / a vida fica lá fora/ Brasil está vazio... (etc)*
>
> *A cama fica lá fora / a cara fica lá fora / a fome fica lá fora / a briga fica lá fora / grana fica lá fora / gaita fica lá fora / o tempo fica lá fora / o homem fica*

[37] *"Aqui é o país do futebol"*. Música de Milton Nascimento e Fernando Brandt para o filme *"Tostão, a fera de ouro"*; gravada na Odeon em 30/01/70.

lá fora / a conta fica lá fora / tudo fica lá fora..."

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLOTTO, Rodrigo. "O mundo entre duas traves". *Folha de S. Paulo.* São Paulo: Folha da Manhã, 21 jun. 1998, c.4, p. 8-9.

BERTOLOTTO, R., STAROBINAS, M. "Seleção partida ao meio." *Folha de São Paulo.* São Paulo: Folha da Manhã, 02 mai 1999, p.8, c.4.

BOMBIG, José Alberto. Primeiros clubes-empresas agonizam na 3ª divisão.*Folha de São Paulo.* São Paulo: Folha da Manhã, 30 abril 2000. p. 1 e 5, c.4.

CARDOSO, Maurício. "Futebol na raça". *Veja,* São Paulo: v.31, n.1, 07 jan. 1993. p. 54-63.

DECCA, M. Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano:* Brasil, 1880 a 1930. - São Paulo: Atual, 1991.

L.G.D.J. "Estrela - campeão 1948". *O Estafeta.* Piquete, v.2, a.II, n. 21, p.2, out./1998.

NEVES, Margarida de Souza, HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso:* o Brasil de 1870 a 1910. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1991.

NOSSO século. - São Paulo: Abril Cultural, 1980, v.1. 1900/1910.

SANTOS, Joel Rufino dos. *História política do futebol brasileiro.* - São Paulo: Brasiliense, 1981 (coleção tudo é história, 20).

TAMADA, Marcelo. "A bola rola (e o mundo gira)". *Ulysses.* São Paulo, v.2, n.2, p.4-5, maio 1998.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. "Nos hinos nacionais, raiva e ameaças". *Veja,* São Paulo, Abril, 24 jun. 1998, p. 142.

TOURAINE, Alain. "Esporte cria relações de proximidade". *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 21 jun. 1998. Folha da Manhã, p.9, c.4.

QUADRO CRONOLÓGICO

Datas (e governantes)	O Brasil nas Copas do Mundo	Fatos históricos mais marcantes
1863 (D. Pedro II)	O *foot-ball* foi criado na Inglaterra	Guerra de Secessão nos EUA
1894 (Floriano Peixoto)	Charles Miller chegou ao Brasil com duas bolas e um livro de regras	A Revolta da Armada no Rio de Janeiro e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul
1919 (Delfim Moreira e Epitácio Pessoa)	Brasil foi campeão sul-americano do futebol	Tratado de Versalhes; greves operárias em Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Niterói.
1930 (Washington Luís)	1ª Copa do Mundo, no Uruguai. O Brasil ficou em sexto lugar (o Uruguai foi campeão)	Júlio Prestes foi eleito mas um golpe colocou na presidência Getúlio Vargas. A gaúcha Iolanda P. Souto foi eleita Miss Universo. Carmen Miranda gravou seu primeiro disco *(Taí)*.
1934 (Getúlio Vargas)	Copa na Itália (a campeã); Brasil: 14º lugar.	Morreu Padim Ciço; foi fundada a USP; ocorreu a 1ª greve de funcionários públicos e começou, na China, a Longa Marcha liderada por Mao-tse-tung.
1938 (Getúlio Vargas)	Copa na França. A Itália foi campeã e o Brasil ficou em 3º lugar. O brasileiro Leônidas da Silva foi o artilheiro da competição (8 gols).	Morreram, em Sergipe, Lampião e Maria Bonita; foi fundada a UNE; a Alemanha nazista invadiu e anexou a Áustria; Graciliano Ramos publicou *Vidas Secas* e Carmen Miranda gravou a música *Paris* (usada, em 1998, para um comercial de sandálias)
1950 (Dutra)	4ª Copa, no Brasil, que perdeu na final para o Uruguai por 2x1. Inaugurado o Maracanã, o maior estádio do mundo (oficialmente, 173.850 pagantes no jogo final)	Adhemar Ferreira da Silva igualou o recorde mundial (16m) de salto triplo. Inaugurada a TV Tupi, a primeira da América Latina. Publicado o livro *Geopolítica da Fome*, de Josué de Castro.
1954 (Vargas e Café Filho)	Copa na Suíça. A Alemanha sagrou-se campeã, a Hungria foi o destaque e o Brasil o 5º lugar	Suicídio de Vargas. Por duas polegadas a mais nos quadris, Marta Rocha perdeu o título de Miss Universo. Bill Halley (*Rock around the clock*) e Elvis Presley (*That's all right, mama*) fizeram sucesso.
1958 (JK)	6ª Copa, na Suécia. Brasil foi o campeão e é, até hoje, o único a conquistar uma Copa fora de seu continente.	Maria Esther Bueno venceu em Wimbledon (o primeiro dos seus 20 títulos de *Grand Slam*), foi apresentado o primeiro automóvel fabricado por estrangeiros no Brasil (o Sedan, da DKW Vemag) e João Gilberto, Tom e Vinícius lançaram a bossa nova.
1962 (João Goulart)	7ª Copa, no Chile. Brasil bicampeão e Garrincha o destaque do Mundial.	Morreu Cândido Portinari, instituiu-se o 13º salário e o filme *O pagador de promessas* (de Anselmo Duarte) ganhou a Palma de Ouro em Cannes.
1966 (Castello Branco)	Copa na Inglaterra, a campeã. Brasil caiu na 1ª fase e ficou em 11º lugar.	A sonda *Surveyor I*, dos EUA, é o primeiro artefato a pousar na Lua. Foi instituído o FGTS; na TV estreou o programa *Jovem Guarda*, liderado por Roberto Carlos; *A Banda* (Chico Buarque) e *Disparada* (Vandré/Théo de Barros) venceram o IIº Festival da MPB
1970 (Médici)	9ª Copa, no México. Brasil tri-campeão. A taça Jules Rimet é nossa (depois foi roubada, o ouro derretido, ...)	Morreram Charles de Gaulle, Jimi Hendrix e Janis Joplin. Separação dos Beatles. Sequestrados, no Brasil, o cônsul do Japão e os embaixadores da Alemanha e da Suíça. Censura, repressão aos opositores e início da construção da Transamazônica.
1974 (Geisel)	Copa na Alemanha, que se sagrou campeã. O destaque foi o *carrossel holandês* e o Brasil ficou em 4º lugar.	Perón morreu, Nixon renunciou e João Havelange foi eleito presidente da FIFA (e ficou até 1998). Emerson conquistou o bi-campeonato na F-1 e a ponte Rio-Niterói foi inaugurada.
1978 (Geisel)	Copa na Argentina, que foi a campeã. Brasil, invicto e em 3º lugar, se considerou o *"campeão moral"*.	Morreram Paulo VI e João Paulo I; eleito João Paulo II. Nasceu o primeiro bebê de proveta. O AI-5 foi revogado e a censura à imprensa, suspensa.
1982 (Figueiredo)	Copa na Espanha. Itália campeã e o Brasil, com uma das melhores equipes, ficou em 5º lugar.	Morreu Elis Regina. Inauguração de Itaipu, foi lançado o CD, e houve a Guerra nas Malvinas.

1986 (Sarney)	Copa no México; Argentina campeã e Brasil em 5º lugar.	Lançado o Plano Cruzado. Epidemia de dengue no Brasil e acidente nuclear em Chernobyl.
1990 (Collor)	Copa na Itália, com a Alemanha sagrando-se campeã. O Brasil ficou em 9º lugar.	Morreram João Saldanha, Luiz Carlos Prestes e Cazuza. Ayrton Senna bi-campeão de F-1. A poupança dos brasileiros foi confiscada.Completou-se a unificação alemã e, após 27 anos, Mandela deixou a prisão.
1994 (Itamar Franco)	15ª Copa, nos EUA. O Brasil é tetra.	Morreram Ayrton Senna e Tom Jobim. Brasil: campeão mundial de basquete feminino. Lançado o Plano Real. Mandela foi eleito presidente da R.S.A.
1998 (FHC)	Copa na França, que foi campeã. Brasil foi vice pela segunda vez.	Quebra econômica dos *Tigres Asiáticos* e da Rússia. Monica Lewinsky ficou famosa. Ronaldo da Costa bateu o recorde mundial de maratona, no Japão. Lançado o filme *Central do Brasil*. FHC foi reeleito, o Viagra chegou ao Brasil, Ratinho e Tiazinha fizeram sucesso na TV, Pe. Marcelo Rossi foi campeão de vendas de CD, ...

ARTIGO

O CAMPO E A CIDADE?

THE COUNTRY AND THE CITY?

Vera Lúcia G. Silva RODRIGUES[1]

RESUMO

Artigo aborda as alterações das relações entre o campo e a cidade. Inicia mostrando que nem sempre indústria e agricultura estiveram separados. A seguir detalha como esta separação ocorre, tendo como referência o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura. Finalmente, trata da reunificação campo/cidade no período recente, agora num novo patamar.

Palavras-chave: *relação campo-cidade, modernização da agricultura, industrialização da agricultura, novo rural.*

ABSTRACT

The present article deals with changes in country-city relations. It starts showing that industry and agriculture has not always been separated. It then details how this division occurs, considering the capitalist development of agriculture process. Finally, it analyses the country-city reunification in recent period.

Keywords: *city-country-relations, agriculture modernization, agriculture industrialization, new rural*

INTRODUÇÃO

Não há dúvida que estamos habituados a pensar campo e cidade como coisas distintas. Entretanto, é correto afirmar que esta realidade vem se alterando profundamente nas últimas décadas. É neste sentido que podemos indagar se a agricultura e a indústria são hoje realidades tão separadas como eram nos tempos dos nossos avós.

O objetivo aqui é mostrar que embora sejam diferentes, agricultura e indústria, campo e cidade, são hoje realidades tão interligadas que não podem ser percebidas de forma dualista, como se uma nada tivesse a ver com a outra. Ao contrário, aquilo que chamamos de mundo rural hoje não tem nada a ver com aquela imagem do Jeca Tatu atrasado, preguiçoso e sem contato algum com a cidade. O rural é um novo rural,

(1) Doutora em Sociologia pela USP e professora do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas
E-mail: vera@bitline.com.br.

com um grande dinamismo e estreitos vínculos com o urbano.

Mais que isto, este novo quadro das relações campo-cidade só se torna inteligível se voltarmos no tempo e relembrarmos um pouco da história das relações da agricultura com a indústria.

Um primeiro ponto a ser destacado é que a agricultura e a indústria nem sempre estiveram separadas. Na verdade, esta separação só ocorre num período relativamente recente. Não é demais lembrar que o camponês executava os mais diversos tipos de trabalho. Ao mesmo tempo que plantava e cuidava das culturas, processava seus alimentos e produzia também grande parte dos utensílios domésticos que utilizava. Era assim que utilizava o seu tempo quando não estava ocupado nas lavouras, como no período do inverno. Neste sentido, além de agricultor era também um artesão. O artesanato doméstico complementava as atividades da família camponesa.

Pode parecer estranho, mas a separação cidade/campo só se deu num período relativamente recente, com o desenvolvimento capitalista da agricultura.

Tomemos como exemplo as fazendas de café. Dentro delas produziam-se não só o café - uma mercadoria agrícola para exportação- mas grande parte daquilo que era necessário para produzi-lo: manufaturas, equipamentos para transporte e até habitação. Afinal, os trabalhadores rurais não moravam no próprio local de trabalho, ou seja, na fazenda? Assim, dentro da própria fazenda estavam o carpinteiro, o pedreiro, o mecânico, o seleiro.

O que existia, portanto, eram os complexos rurais, onde a produção agrícola ocupava parte dos meios de produção disponíveis (recursos naturais, mão de obra escrava e bens de capital), sendo a outra parte destinada à produção de bens de consumo para a população local e dos próprios bens de produção.

As perguntas que se seguem são: o que mudou? Por que mudou?

A MODERNIZAÇÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Em poucas palavras: aos poucos este complexo rural vai perdendo a auto-suficiência que era a sua característica.

O principal produto agrícola que o Brasil produzia e exportava era o café. É o próprio complexo cafeeiro, principalmente paulista, que vai gerar uma grande demanda urbana. Ele mesmo acaba criando a necessidade de atividades complementares, agora fora da fazenda: bancos, estradas de ferro e fábricas têxteis para a produção dos sacos de juta.

É importante destacar que isto só aconteceu porque duas coisas coincidiram. De um lado havia disponibilidade de recursos excedentes, gerados pelo próprio café; de outro, novas possibilidades de inversão destes recursos.

Resumindo, a maior complexidade das atividades "não – agrícolas" engendradas no interior do complexo cafeeiro paulista tornou inviável que sua demanda pudesse continuar sendo satisfeita no interior das próprias fazendas. O resultado foi um aprofundamento da divisão do trabalho , passando as cidades a serem responsáveis por estas novas atividades.

Em outras palavras, à medida que o capitalismo vai se expandindo, campo e cidade vão se separando, isto é, passam a realizar atividades distintas, dentro de uma divisão do trabalho mais definida.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a conseqüência mais importante foi a proletarização do camponês, que se tornou um trabalhador exclusivamente agrícola. Ele deixa de ser proprietário de terras e passa a vender sua força de trabalho para os grandes

Colocado desta maneira, parece que estas mudanças no complexo rural foram tranqüilas e rápidas. Na verdade este foi um processo longo que se iniciou em meados do século XIX e só terminou um século depois.

Foi principalmente um processo bastante sofrido. Tanto é que váriosautores têm chamado o processo de modernização da nossa agricultura de modernização dolorosa.

Um marco importante nesta história foi o processo de modernização da agricultura a partir da Segunda Guerra Mundial. Ele significou uma transformação na base técnica da produção agropecuária através da utilização de tratores e fertilizantes cujo objetivo era naturalmente um aumento de produtividade.

Não é difícil imaginar que a modernização da agricultura tornou o processo de produção nas fazendas mais complexo: agora é necessário realizar compras industriais – adubos, fertilizantes, etc.- para poder produzir mercadorias agrícolas.

A transformação das matérias- primas se separa da agricultura e formam-se ramos industriais, cujas mercadorias são trocadas por produtos agrícolas.

Por exemplo : antes um colono lá no sul do Brasil produzia a uva e ele mesmo a transformava em vinho. Aos poucos porém as indústrias vinícolas vão se instalando e o que acontece? Os colonos passam a fornecer uvas para estas indústrias, deixando de fabricar o vinho. Agora sim este camponês transformou-se num agricultor pura e simplesmente. Rompem-se os laços que uniam agricultura e manufatura/ indústria. A indústria que estava no campo vai para a cidade.

Para esta idéia da modernização da agricultura não ficar tão abstrata vamos a alguns números. Entre 1967 e 1975, a utilização de fertilizantes aumentou mais de seis vezes, a de defensivos quase quatro vezes e a de tratores quase três vezes.

A modernização da agricultura significou, sob outro aspecto, que o processo de produção tornou-se mais passível de controle, menos dependente da natureza. Assim, na falta de chuva pode-se irrigar, quando o solo está ruim acrescenta-se nutrientes e outros produtos que melhoram sua qualidade.

Portanto, embora sem o nível de controle existente no processo de produção industrial, a agricultura aproximou-se muito dele neste sentido.

Em resumo, se é verdade que os complexos rurais duraram bastante, eles não permaneceram exclusivamente rurais indefinidamente. É neste sentido que podemos falar que foram substituídos pelos complexos agro-industriais. Aos poucos a agricultura e a indústria vão se reunificando novamente em torno destes novos aglomerados.

Eles surgem na década de setenta e significam uma nova reintegração da agricultura com a indústria. Só que agora sob uma nova forma . A agricultura passa a se integrar verticalmente com a indústria.

No período recente, principalmente após meados da década de sessenta, mais que se modernizar, a agricultura se industrializa. Sem muita complicação, isto quer dizer que agora a dinâmica que move a agricultura não é mais dada por ela mesma, mas pela própria indústria. Pode-se dizer que a agricultura deixa de existir enquanto setor autônomo. A acumulação industrial passa a comandar o ritmo e o modo de produzir da agricultura.

Imagine um pequeno produtor de tomates que fornece seu produto para a Cica. É a indústria, no caso a Cica, quem determina a variedade de tomate que ele tem que plantar, os insumos que ele deve utilizar, a quantidade a ser fornecida em cada época, etc. O mesmo acontece com o avicultor que fornece frangos para a Sadia. É ela quem fornece todas as especificações para o criador, inclusive a ração que vai utilizar. Da Sadia, é claro!

O que estamos enfatizando é que os complexos agro-industriais promovem uma dupla integração da agricultura com a indústria. De um lado, a agricultura compra adubos, defensivos, máquinas, etc. da indústria para poder produzir; de outro, a agricultura vende seus produtos para serem processados pela indústria.

Um exemplo de complexo agro-industrial já bastante completo é o citrícola. Nele estão integrados desde o pequeno citricultor até as grandes indústrias de suco de laranja que comercializam o suco concentrado no exterior.

É importante ressaltar que os complexos agro-industriais têm hoje uma importância que vai além do seu significado econômico. Eles estão servindo como aglutinadores dos interesses

daqueles que estão neles envolvidos. De alguma forma são eles que estão organizando os interesses destes personagens que surgem com a nova dinâmica da agricultura brasileira. Lá estão agricultores, empresários , comerciantes, os responsáveis pela pesquisa no setor, etc. É aí que estas diferentes forças se confrontam e se aliam, com a presença mais ou menos forte do Estado.

Resumindo, além de serem importantes do ponto de vista econômico , os complexos agro--industriais são hoje fundamentais para organizar os interesses em cada setor específico. Afinal, hoje não podemos falar mais de agricultura em geral. O complexo citrícola tem interesses diferentes do complexo sucroalcooleiro que por sua vez tem interesses distintos daqueles do complexo papel-celulose, e assim por diante.

Esta ênfase na modernização e industrialização da agricultura nos leva a uma oura indagação: será que não é correto afirmar que a agricultura é um setor "atrasado" e a indústria por sua vez um setor "moderno"?

Para refletirmos juntos um pouco sobre esta pergunta é necessário esclarecer alguns pontos sobre o papel da agricultura no processo de industrialização.

Primeiro ponto: não é porque a agricultura se modernizou que esta modernização não tenha sido extremamente conservadora. Parece contraditório, não é? Entretanto, a distribuição da posse da terra no Brasil é extremamente desigual. Poucos detêm uma grande quantidade de terra enquanto muitos não possuem terra sufi-ciente. A modernização da agricultura mantém esta situação de desigualdade anterior. Mais do que isto, ela agrava esta desigualdade à medida que as grandes propriedades são privilegiadas por possuírem maiores condições de implemen-tá-la: terra para dar como garantia, fazendas com uma área suficiente grande para poder utilizar esta tecnologia, por exemplo.

Resumindo, com a modernização, as propriedades tenderam a ficar cada vez maiores, agravando a questão fundiária.

A modernização da nossa agricultura foi conservadora também à medida que se limitou a algumas culturas específicas. Ficou limitada principalmente às culturas destinadas à exportação, chamadas de "modernas".

Ficou restrita ainda a algumas regiões. Neste sentido podemos dizer que a modernização da nossa agricultura, além de conservadora foi parcial. Não atingiu o conjunto de culturas, nem todas as regiões.

Isto sem contar que foi em grande medida sustentada pelo crédito rural subsidiado. E este crédito farto e barato ficou concentrado nas grandes fazendas.

Do ponto de vista do trabalhador, a modernização da agricultura significou a criação de formas cada vez mais precárias de acesso à terra: parceiros, meeiros.

O resultado final é bastante conhecido. São os "bóias-frias", que trabalham nas colheitas dos principais produtos agrícolas e moram nas cidades. Eles surgem já em meados dos anos 70 e como já não possuem terras, estão disponíveis para qualquer tipo de serviço. Assim, quando não estão realizando tarefas agrícolas trabalham como pedreiros, jardineiros, etc. O que todas estas tarefas têm em comum é exigir pouca qualificação.

O "bóia-fria" nos faz lembrar de um outro aspecto da parcialidade da modernização da nossa agricultura; ela não ocorreu no processo produtivo inteiro, ou seja, do seu início até o fim.

Para entender este último aspecto da nossa modernização parcial é só lembrar o que acontece com a cana, com a laranja, ou com o café. No seu cultivo nós usamos técnicas modernas para o plantio, tratos culturais, usamos adubos e defensivos. Ou seja, tudo muito moderno e voltado para poupar mão-de-obra. Mas na hora de colher, em grande medida ainda usamos o trabalho do volante. Apenas recentemente é que as colheitadeiras estão sendo utilizadas em maior escala, após um longo processo de testes e adaptações.

Modernizaçãozinha complicada esta da nossa agricultura, não?

De qualquer forma, é interessante prosseguirmos a discussão sobre a relação campo/cidade, agricultura/indústria, aprofundando

um outro ponto: a agricultura tem sido um obstáculo para o processo de industrialização?

Na verdade, durante muito tempo acreditou-se que sim. A agricultura não forneceria uma oferta de alimentos adequada e nem um mercado interno para o consumo de bens industriais.

Hoje já está claro que embora a modernização da agricultura tenha sido conservadora como vimos acima, isto não impediu a agricultura de cumprir seu papel na industrialização do Pais. Vejamos: no período 1967-75 a taxa média de crescimento da produção agrícola foi de 4.7% ao ano, mais que suficiente para atender o crescimento da demanda.

Com relação ao fornecimento de mão de obra, não há dúvidas de que ainda existem na agricultura muitos trabalhadores que mantém algum vínculo com a terra. Mas isto não significa que eles não estejam disponíveis para trabalhar nas grandes fazendas, nas usinas, nas indústrias. Ou seja, mesmo aqueles que não são "bóias-frias" e ainda têm um pedaço de terra são trabalhadores que já estão vinculados ao trabalho nas empresas capitalistas. Além dos exemplos já mencionados dos pequenos proprietários vinculados à Cica ou à Sadia, podemos citar o grande número de pequenos pro-prietários do Vale do Jequitinhonha, na divisa de Minas Gerais com São Paulo, que trabalham nas usinas de açúcar paulistas no período da safra. Decididamente a agricultura tem cumprido a sua "missão" de fornecer mão-de-obra para a indústria.

Não é portanto exagero afirmar que o problema da nossa modernização conservadora e parcial não foi impedir o desenvolvimento da indústria, mas sim manter e mesmo aumentar as desigualdades. Para que alguns se modernizassem muitos foram excluídos. Não tiveram a chance de participar do processo e de se vincular aos complexos agro-industriais.

De qualquer forma , quando se quer refletir sobre a questão da agricultura "atrasada" em oposição à indústria "moderna", é preciso ressaltar uma coisa que talvez não tenha ficado bem clara. Além de se modernizar, dolorosamente, nossa agricultura se "industrializou" num período mais recente.

Isto significa que a agricultura passa a fazer parte de toda uma cadeia produtiva, deixando por completo aquela imagem da fazenda auto-suficiente. A dinâmica agrícola do período recente não pode mais ser apreendida só a partir dos mecanismos internos da própria atividade agrícola (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira agrícola) e nem a partir da segmentação do mercado interno versus externo. Trata-se agora de uma dinâmica conjunta da indústria para a agricultura e da agricultura para a agroindústria (Graziano da Silva, 1996:26).

Este processo, que podemos visualizar de forma mais acabada nos complexos agro-industriais já mencionados, significa que no final a integração entre os capitais da agricultura e da indústria é tão forte que eles circulam entre estes dois setores.

Alguns exemplos: seis das maiores empresas nacionais em 1985 eram também grandes proprietárias de terras; considerando os maiores proprietários rurais em cada estado do país, destacam-se várias empresas industriais, financeiras e comerciais; duas das dez primeiras empresas estrangeiras no país (com atividades na metalurgia e na química) controlam grandes extensões de terra, principalmente no pólo urbano-industrial do Centro-Sul.

Resumindo, longe de atrapalhar, a agricultura foi cada vez mais se reintegrando à indústria, a ponto de que sua dinâmica hoje é dada pela própria indústria.

Em outras palavras, a agricultura se torna um ramo da própria indústria. Não pode mais ser considerada um setor autônomo, com mercado de trabalho e equilíbrio interno próprios. Ao contrário, integrou-se no restante da economia de tal forma que não pode mais ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (Graziano da Silva, 1999:1). No próximo item enfatizaremos as conseqüên-cias destas mudanças.

O NOVO RURAL

De maneira geral a grande conseqüência das mudanças anteriormente mencionadas,

aquela que se torna inclusive cada vez mais visível, é a criação daquilo que tem sido chamado de um novo rural.

O importante aqui para caracterizarmos este novo rural é que, quando analisamos hoje o meio rural, já não podemos pensar apenas nas atividades agropecuárias e agro-industriais. Novas atividades rurais surgem dando ao campo funções que ele não tinha anteriormente. Vejamos a coisa mais de perto.

O novo rural é composto fundamentalmente por quatro subconjuntos (Graziano da Silva, 1999: IX).

O primeiro deles, é uma agropecuária moderna, estreitamente vinculada às agroindústrias formando os complexos agroindustriais.

Em segundo lugar, um conjunto de atividades de subsistência, que ao contrário do primeiro é bastante rudimentar. Aí se encontram aqueles que foram excluídos pelo processo de modernização dolorosa, conservadora e parcial da nossa agricultura anteriormente mencionada. Aí estão todos os "sem-sem": trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, ou seja, sem nada.

Em terceiro lugar, um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas ao lazer, à moradia e a várias atividades industriais e de prestação de serviços.

Para ficar mais claro, estas atividades não agrícolas são atividades que embora ainda sejam realizadas no meio rural não dizem mais respeito ao cultivo de produtos agrícolas, ou seja, às atividades de plantar e colher no seu sentido restrito.

Podemos dar vários exemplos deste tipo de atividade. Os escritórios das fazendas, usinas, fábricas de suco de laranja são hoje informatizados. Isto significa que lá podemos encontrar além dos trabalhadores rurais propriamente ditos, as secretárias, os digitadores, os programadores de sistema, técnicos de vários tipos. Isto sem contar os pedreiros, carpinteiros e motoristas.

Na área do lazer e turismo um bom exemplo são os "pesque pague". Eles existem em grande número e têm sido freqüentados por uma população ávida por um lazer mais próximo da natureza. Os anúncios nas beiras das estradas do nosso interior indicam que estão proliferando. Não é demais lembrar que têm gerado uma grande quantidade de empregos não agrícolas: os fornecedores dos alevinos, de material para pesca, a cozinheira do restaurante, os responsáveis pela construção dos tanques, pelo estacionamento, etc.

Outro exemplo: vários proprietários em Bonito, Mato Grosso do Sul, aproveitaram as belas cachoeiras e rios de suas fazendas e transformaram-nas em atrações turísticas. O espaço rural se transforma e muitas atividades não agrícolas são geradas também: guias turísticos, donos de pousadas e hotéis.

Ainda com relação ao lazer e turismo e à expansão das atividades de comércio e serviços para o meio rural não podemos esquecer os complexos hípicos, os leilões e exposições agropecuárias e as festas de rodeio. Estas atividades do "negócio country", como tem sido chamado, movimenta bilhões de dólares. Calcula-se que só a festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, movimenta anualmente cerca de US$ 120 milhões, mais do que é movimentado pelo carnaval carioca.

Finalmente, temos formando este novo rural um conjunto de "novas" atividades agropecuárias mais intensivas, voltadas para um mercado menor e mais sofisticado. Aí podemos incluir a criação de aves nobres e exóticas (faisões, perdizes, codornas, avestruzes), abelhas, canários, rãs, capivaras, etc.

Podemos incluir também entre as "novas" atividades a floricultura e mudas de plantas ornamentais, o cultivo de cogumelo e a produção orgânica de ervas medicinais, estimulada pela própria indústria farmacêutica.

Na verdade, grande parte destas atividades já existiam; por isto é que estamos colocando as aspas no termo "novas". A diferença é que elas agora adquirem uma importância econômica que não tinham, já que eram consideradas atividades secundárias, ou mesmo *hobbies*.

Um outro aspecto para entendermos este novo rural é que as pessoas e principalmente as famílias do meio rural estão tendendo a ser

pluriativas. Isto significa que combinam atividades agrícolas com ocupações fora da agricul-tura.

A idéia de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários ou não, tanto dentro como fora da propriedade agropecuária. Ou seja, quando falamos em pluriatividade estamos considerando todas as atividades exercidas pelos membros da família, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das fazendas (Del Grossi e Graziano da Silva, 1998;26).

A presença cada vez maior da pluriatividade no meio rural deixa claro que a agricultura tende a se tornar uma atividade parcial. Ela absorve apenas parte do tempo do trabalho da família que, principalmente devido ao processo de mecanização, libera parte de seus membros para exercerem atividades não agrícolas. Atividades estas que, aliás, geralmente são melhor remuneradas, proporcionando um aumento da renda familiar.

Observa-se, então, que o mercado de trabalho passa a ser relativamente indiferenciado, combinando desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.).

É interessante ressaltar que do ponto de vista social e profissional esta indiferenciação do mercado de trabalho cria personagens difíceis de serem classificados. Em algumas situações, além de alternarem atividades agrícolas e não agrícolas, são, ao mesmo tempo, empregados e trabalhadores por conta própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, é importante fazer uma última pergunta que está incomodando muita gente atualmente. Afinal, o rural desapareceu? Não existe mais diferença entre campo e cidade?

É bem verdade que o

> *ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de "urbano" e "rural" em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. No entanto, tal processo não resulta, a nosso ver, numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um* ***continuum*** *dominado pela cena urbana* (Carneiro, 1998;53).

Em outras palavras, se temos certeza de que o desenvolvimento do capitalismo no campo trouxe consigo uma série de mudanças que justifica se falar em um novo rural, cujo espaço não se define mais pela atividade agrícola apenas, não existe esta mesma certeza com relação ao que persiste de rural no mundo de hoje.

Para alguns,

> *o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo* (Ianni,1997:60).

Para outros, ao contrário,

> *as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura- não se traduziram por nenhuma "uniformização" da sociedade que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na*

sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc. (Wanderley,1997:2).

Resumindo, muita pesquisa ainda tem que ser feita para termos mais clareza sobre o que ainda é rural no mundo moderno. É preciso admitir que novas identidades e novos modos de vida estão sendo construídos a partir desta nova realidade onde o rural e o urbano encontram-se reunificados num novo patamar. É pertinente continuar indagando onde pode estar a especificidade do espaço rural e de formas de produção e de vida no meio rural num contexto de "desruralização". Afinal, o rural e o urbano, longe de se constituírem pólos opostos, guardam especificidades, que não se anulam e que se expressam política e culturalmente (Wanderley, 1997:1).

É neste sentido que se torna importante discutir a questão da ruralidade, enfatizando como as mudanças no meio rural brasileiro relacionam-se com práticas sociais que possam reforçar ou enfraquecer identidades rurais. Em outras palavras, é importante continuar investigando como as transformações de uso da terra, mão-de-obra e geração de recursos relacionam-se com a construção de novas identidades. Identidades que hoje sabemos não serem rígidas ou imutáveis, estando num constante processo de construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura,* Rio de Janeiro, n.2, p.53-75, 1998.

DELGROSSI, M.E., e SILVA, J.F. Graziano. A pluralidade na agropecuária brasileira em 1995. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.2, p.26-37, 1998.

IANNI, O. A era do globalismo. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 1997.

SILVA, J. F. Graziano. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: zahar, 1981.

SILVA, J.F. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, UNICAMP/IE, 1996.

SILVA, J.F. Graziano. *O novo rural brasileiro,* Coleção Pesquisa, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1999.

WANDERLEY, M. N. Baudel *O lugar dos rurais no Brasil moderno. In:* Encontro Anual da ANPOCS, 21,Caxambú, 1997.

ARTIGO

AS REPRESENTAÇÕES GEOGRÁFICAS NO CONJUNTO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

GEOGRAPHIC REPRESENTATIONS AMONG THE SOCIAL REPRESENTATIONS

Antonio Carlos PINHEIRO[1]

RESUMO

Este artigo busca relacionar a teoria da representação de Lefebvre e a teoria das representações sociais com as representações geográficas, fazendo uma abordagem sócio-cultural da constituição das mesmas no espaço geográfico.

Palavras-chave: *representação, representação social, representação geográfica, geografia, espaço geográfico.*

ABSTRACT

This article tends to make a relation between the theory of the representations of Lefebvre and the theory of social representations, with the geographic representation, making a relation with the sociologic and cultural constitution of these in the geographic site.

Keywords: *social representation, geographic representation, geography, geographic site.*

INTRODUÇÃO

Na Geografia, a *representação* é fundamental. Desde os tempos mais remotos da constituição do conhecimento geográfico, estudiosos vêm se utilizando de mapas, gráficos e cartas para explicar o espaço geográfico. Entretanto, observa-se que a representação contida nestes recursos é basicamente entendida na sua forma gráfica, quase sempre valorizando os aspectos físicos do espaço, dados quantitativos ilustrados, e, contendo, ainda, a visão de pessoas a refletirem sua forma de ver o mundo.

O mapa é a representação mais utilizada na Geografia. Contudo, destacamos que esta forma de representação, assim como outras, contém um discurso, é "*...a imagem de uma concepção*" (Ferrara 1994:161). O mapa é a medida de uma escala de valores, de uma cultura. Historicamente, observa-se que este instrumento de representação tem sido utilizado para

(1) Professor dos Cursos de Geografia, Ciências Sociais e Turismo da PUC-Campinas, Coordenador do Curso de Geografia da PUC-Campinas
E-mail: cp@dglnet.com.br.

transmitir concepções e idéias. Exemplo marcante é a projeção de Mercator (a mais tradicional do Mapa-múndi), que, com base na Europa, representa o mundo colocando este continente no centro como referencial.

Pressupondo que a representação na Geografia é algo mais amplo do que a graficamente utilizada, quais são os referenciais para explicá-la? Também, considerando a Geografia, uma ciência que, entre outras coisas, aborda o espaço geográfico, como deve estudar as representações da sociedade, estabelecendo relações com a realidade física (material)? Na busca de uma explicação, apoiar-nos-emos como referencial inicial na *teoria das representações* de Henri Lefebvre.

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Moscovici segundo Farr (1995) desenvolveu na década de 60, na sua *Teoria das representações sociais,* uma reflexão que buscava superar a noção de *representações coletivas* de Durkheim. Para Moscovici, a questão principal que suscitou diversas interrogações está impregnada de contradições e dilemas, ou seja, as reflexões da relação indivíduo-sociedade, e como esta relação se constrói (Jovchelovitch, 1995). Tradicionalmente, na área da Psicologia Social e da Sociologia, as concepções estão dissociadas - individual-social, subjetivo-objetivo, quantidade-qualidade. O sujeito é fragmentado e a realidade é apenas algo externo que exclui as tensões entre o homem e o mundo que vive. Para Moscovici, os sujeitos sociais estão cotidianamente lutando para dar sentido ao mundo, para encontrar o seu lugar mediante uma identidade social.

Durkheim (1951), por meio da *teoria das representações coletivas*, apresenta as representações como impostas de fora do sujeito e das consciências individuais, pois estas existem como coisas. O autor afirma que *"... a independência, a exterioridade relativa dos fatos sociais com relação aos indivíduos é imediatamente aparente... levam de uma maneira visível a marca que denotam sua origem"*. (Durkheim, 1951:118). Esta proposição idealista, considerava o sujeito apenas como um re-ceptáculo, Durkheim afirmava que todos os fenômenos sociais se impõem ao indivíduo de fora para dentro. Lefebvre considera que as representações também vêm de dentro, é contemporânea da construção do sujeito, tanto na história de cada indivíduo como na gênese do indivíduo em escala social. Moscovici (1995), entende que as representações sociais são racionais, não por serem sociais, mas porque elas são coletivas, para ele é somente dessa maneira que os homens tornam-se racionais, um indivíduo isolado e só não poderia fazê-lo.

A *teoria das representações sociais* (Moscovici, 1995) centra seu olhar sobre a relação entre a sociedade e o indivíduo; busca recuperar um sujeito que valendo-se de sua atividade e relação com o objeto-mundo, constrói tanto o mundo como a si próprio. O coletivo encontra a sua mobilidade na dinâmica social, que é consensual; é reificado. Assim, este abre-se permanentemente para os esforços de sujeitos sociais que o desafiam e, se necessário, o transformam. A *teoria das representações sociais* estabelece uma síntese teórica entre fenômenos que, em nível da realidade, estão profundamente ligados. Envolve a construção de saberes sociais (cognição) e a construção de significação simbólica, que é simultaneamente um ato de conhecimento e um ato afetivo. A produção encontra-se nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infindável de lugares sociais (e no espaço geográfico?).

A REPRESENTAÇÃO NA PERSPECTIVA DE LEFEBVRE

Valendo-nos da leitura do livro *La Presencia y la ausencia* de Lefebvre (1983) observou-se que o autor faz uma revisão, passando por Kant, Heidegger, Hegel, Marx, Engels, Nietzsche, entre outros autores, para apresentar o conceito de representação. De outra forma, trataremos do tema centralizando a discussão na obra de Lefebvre, por considerá-la suficiente para o objetivo deste artigo.

O conceito de representação surge no contexto da história geral do conhecimento, da filosofia e da ciência. Lefebvre (1983) considera que todo conceito é descoberto durante uma investigação que desde o princípio implica um pressentimento e uma crítica da idéia que anteriormente tomava o lugar do novo conceito. Enquanto está sendo formado e formulado, o conceito se faz explícito durante este processo, entra em uma concatenação teórica e, ao mesmo tempo, descobrem-se seus limites e o pensamento crítico que o determina. Também pode suscitar novos conceitos - opostos e articulados - que tanto o limitam e o destroem, como o ampliam e o superam.

Demonstra, ainda, o autor supra citado que esta dupla capacidade - retrospectiva e perspectiva - é essencial para o processo de descoberta e construção do conceito. Todo conceito condensa uma gênese desde seu nascimento até o seu fim (se houver). A gênese não exclui em absoluto a análise de relações mais ocultas. Hegel, afirma Lefebvre (1983), apresenta o conceito como capaz de alcançar o absoluto, de superar o representado, e a representação teria a presença total por meio de todas as figuras da consciência. Lefebvre faz restrições à visão idealista de Hegel e destaca o fato de que o conceito de representação tenderia a um objetivo múltiplo: a) expor um conceito e situá-lo, b) fortalecer o conceito em geral e também circunscrever seus limites.

A crise do pensamento conceitual parece vago e sem sentido. Normalmente as pessoas querem evidências imediatas, comprovações. A contestação do conceito, seu caráter dinâmico, sua abertura e seus limites exigem ampla reflexão. Lefebvre (1983) relaciona esta dificuldade de procedimentos como parte da crise do "logos" europeu de origem cartesiana. Entretanto aponta um caminho, para o autor a crise se resolve na dialetização do racional, cedendo lugar ao vivido, articulando o lógico e o dialético na razão renovada.

Para Lefebvre, os pensamentos diversos e opostos são os que se transformam em representações. Os pensamentos, ou as determinações - relacionadas e opostas - em sua relação, caem na exterioridade do espaço e do tempo e chegam na esfera da representação. A identidade formal erige-se então em lei, e os términos contraditórios se manifestam um fora do outro em uma justaposição e sucessão.

As interações existentes no movimento, desapercebidas e ignoradas pelos diversos teóricos no contexto da ciência ocidental, historicamente, provocou uma distinção entre os fenômenos globais, separando-os em partes com características contrárias e independentes. Este distanciamento do pensamento do ser, criou várias dicotomias no conhecimento científico, como: *verdadeiro e falso - sujeito e objeto - corpo e espírito - sociedade e natureza, etc.* Em suas reflexões, Lefebvre, ainda que provisoriamente, identifica três visões resultantes desses processos: a) *visão otimista* - declara que a História e a Educação, ocupam o espaço para contribuir na compreensão deste vazio, que esta relação dicotômica - *presença e ausência* - formaram-se no pensamento conceitual; b) *visão pessimista* - apregoa que o abismo não pode ser evitado - a presença aproxima, mas nunca é alcançada; c) *visão mítica* - busca a presença perdida transcendendo a ausência e a representação.

O caminho percorrido pelos teóricos desembocaram na compreensão e definição do signo. Este pode ser considerado com um instrumento simbólico orientado para o sujeito? A lógica cartesiana caracterizava-o em duas idéias; da coisa que representa e outra, da coisa representada, esta visão formulou e ao mesmo tempo resolveu o problema. Seguindo esta explicação, considera-se que o signo e a significação através da palavra, por exemplo, se desprendem das coisas e do conhecimento em geral, tornando-se autônomas. O signo transforma-se em uma representação. Sendo uma representação redobrada, seu único conteúdo de representante é o que representa. Assim, o signo torna-se transparente, inteligível. A linguagem, enquanto signo, fica alijada de conteúdo, de materialidade, de sociabilidade. Dessa forma, o discurso se apresenta como necessários e suficientes na explicação dos fenômenos do mundo.

Em geral, a representação é um nome ou um fenômeno que acompanha uma sociedade

determinada, tal palavra ou uma série de palavras, tal objeto ou constelação de objetos e também uma coisa, ou um conjunto de coisas correspondentes a relações que estas coisas encarnam.

As representações podem distinguir-se dos símbolos, das recordações, dos mitos e relatos legendários do imaginário, das ilusões e dos erros? - pergunta Lefebvre! O autor resolve a questão explicando que as distinções devem provir delas mesmas e não de uma classificação arbitrária. As representações não se distinguem em verdadeiras e falsas, mas talvez em estáveis e móveis, em reativas e superáveis. Podem ser alegóricas - figuras redundantes e repetitivas e tópicos e em estereótipos incorporados de maneira sólida em espaços e instituições. A representação não pode reduzir-se nem a seu veículo lingüístico e nem a seus suportes sociais.

As representações formam um modo de comunicação específico que figura entre as demais modalidades de comunicação, como a linguagem falada e escrita, as formas plásticas, música, arquitetura, etc. O mundo moderno contém uma contradição cada vez mais manifesta em função do que se segue: a) abundância das representações e sua utilização exagerada; b) o esgotamento das representações, seu desgaste, o esforço para renová-las e, por outra parte, o esforço para aboli-las, seja o mais próximo (natureza - instituição - etc), ou o mais distante (metafísico - misticismo - etc).

Na perspectiva dialética, a verdade encontra-se no final do processo e é na obra (coisa) que se resolve a problemática da representação. Tanto na obra como na representação, os conceitos estão relacionados. As obras esclarecem as representações porque as atravessam, as utilizam e as superam. As representações esclarecem as obras porque é necessária e não suficiente, definida sobre e por uma superfície remetendo à prática, à produção, à criação. As obras, segundo Lefebvre, são consideradas todas as criações, produções - cidade - linguagem - instituições - cotidiano - etc.

O conceito de *produção* abarca as relações sociais e seus produtos e se encaixa no conceito de *reprodução*. É importante discernir e não separar os produtos e as obras na criação. A obra é única, mas plural, ou seja, resultante de uma multiplicidade reunida em uma totalidade. Mesmo sendo cópia, imitação, multiplicação, não deixa de persistir em sua unidade, em sua originalidade. Durante o tempo, o produto, por definição, é reprodutivo (repetitivo), pois a finalidade do dispositivo de produção (da técnica) é precisamente este.

Distinguir o produto da obra no que se refere ao espaço é algo um tanto complexo, pois a obra tem uma presença que não se situa entre a presença e a ausência, senão que as reúne fazendo dom de sua presença, completando um vazio ou uma virtualidade; uma ausência. Durante o tempo o produto permanece em meio as representações; a obra se situa além delas. As representações existem em torno de coisas se-guras - Instituições, símbolos, arquétipos. Elas interpretam a vivência e a prática. Intervém nelas sem por elas conhecê-las e nem dominá-las. Uma das possibilidades de compreendê-las, na visão de Lefebvre é por meio da análise.

Diante da exposição do significado da *teoria das representações,* como estabelecer um contato com a Geografia? Vamos refletir um pouco. Se o indivíduo constrói suas *representações* baseando-se nas relações que estabe-lece entre o coletivo, e o faz por intermédio de sua base material, ou seja, base física do mundo, das obras e dos produtos, consideramos que o espaço enquanto lugar de referência, de produção, de desenvolvimento da vida cotidiana é também uma fonte de imagens que, além de expressar a sociedade, é referência na construção de linguagens, de significados, de idéias, de pensamentos e de ações. Desta forma, ao mesmo tempo que reflete a realidade, alimenta o imaginário dos indivíduos pela sua constituição simbólica. Valendo-nos destas considerações, buscaremos desenvolver uma análise da relação sociedade-espaço e as representações dela resultantes.

A CONSTITUIÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES GEOGRÁFICAS

As *representações* sobre o espaço existem em forma de idéias e símbolos? A constituição

das representações resultam de influências? As *representações gráficas*, partem de uma seleção de idéias que, assimiladas, formaram a visão sobre determinado lugar? Diante destas indagações, responderíamos o seguinte: o mapa não é neutro, sabemos disso, toda *representação cartográfica* resulta de um contexto produzido por pessoas. A TV, enquanto veículo de imagens e idéias, ao mostrar um lugar de vida de um determinado grupo de maneira constante sobre um aspecto, está contribuindo para a formação de uma idéia, que, somada às *representações sociais* já existentes, constituirá uma visão sobre este lugar.

Através da TV, o sujeito não olha diretamente para a imagem real. A imagem televisiva resulta de um recorte da realidade que representa a idéia, ou a ideologia de quem a veicula. A imagem foi selecionada pelas pessoas que a dirigem, conforme seus interesses e objetivos. Assim, quem define o que será transmitido é quem detém o poder sobre os meios de comunicação. Evidentemente, esta imagem será assimilada conforme a posição do indivíduo na so-ciedade, formando o seu imaginário e a sua própria realidade. A percepção obtida será relativa ao contexto sócio-econômico--cultural.

Com base nas considerações acima, qual a relevância do entendimento do valor das imagens para a compreensão das *representações geográficas*? O professor na escola, ao descrever a natureza original de um país pode, conforme o valor atribuído, juntamente com outros aspectos, produzir uma idéia que, poderá ser a *representação geográfica* deste lugar para estas pessoas.

Kellner (1995:107), ao propor uma alfabetização crítica da imagem, contesta a noção de educação e alfabetização centrada na cultura impressa. O mesmo autor informa que na atualidade existem múltiplas formas de produção de imagens, pois só a TV, por exemplo, gera entre quinze e trinta imagens por minuto. Também afirma que, como nossa experiência e nossos eus são socialmente construídos e são sobrederminados por uma gama variada de imagens, discursos e códigos, torna-se importante aprender a decodificar e interpretar imagens, analisando tanto a forma como elas são construídas e operam em nossas vidas, quanto o conteúdo que elas comunicam em situações concretas (Kellner, 1995). O autor analisa a publicidade como uma prolífica e potente fonte de imagens culturais. Para ele, na atualidade, a publicidade está preocupada em vender estilos de vida e em vender posições de sujeitos desejáveis, com características associadas aos produtos.

O espaço para Lefebvre, segundo Seabra (1996), é, ao mesmo tempo, analisador e revelador da problemática da produção do espaço contemporâneo. A formulação de uma teoria unitária do espaço que sintetiza o natural (quadro físico), o mental (os espaços de representação e ou representação do espaço) e o social corresponde a uma prática espacial. O conceito de espaço social abarca três níveis do real: o percebido, o vivido e o concebido. O espaço produzido com a industrialização, no capitalismo, fragmentou os lugares por meio da especialização do seu uso. A Geografia, ao tentar entender este espaço, tradicionalmente o fez de forma separada, buscando valorizar as áreas em padrões hierárquicos. Este procedimento dificulta compreender o espaço-tempo engendrando pelas sociedades, ou seja, seus espaços de representação e suas representações do espaço. Seabra (1996:10) aponta a necessidade de *"... recuperar o caminho do método para vislumbrar uma abordagem do espaço que tenha sentido, pois pensar o espaço neutro, objetivo, enfim, como um continente para o qual se atribui conteúdos, é um erro"*.

Assim é importante, para compreender a problemática do espaço, relacionar o vivido, o percebido e o concebido. Como Lefebvre, Seabra (1996), considera que criticar e analisar o espaço nestas dimensões, pode modificar o espaço de representação dos habitantes, po-dendo fazer parte da sua prática social. Entretanto, na medida em que os habitantes tendem a fazer uma abstração da sua prática com e no espaço, vive e convive com a fetichização do espaço. Sobre esta questão, Seabra (1996:11) alerta que *"...nas circunstâncias em que as práticas*

espaciais são concebidas pelos moradores do espaço, desfazem-se os fetiches, as ilusões. Só a prática espacial concebida como tal tem uma potência".

A *representação geográfica* na sua abrangência, compreende as formas gráficas habituais, como as informações contidas nos mapas, cartas e gráficos, as teorias e idéias relativizadas sobre os lugares e o espaço social vivido, percebido, concebido e construído. Estas representações são construídas na relação do espaço social (real) com o imaginário e com as suas simbologias. Resulta, também, das experiências cotidianas comuns e das influências das idéias formuladas pelos geógrafos, sociólogos, economistas, publicitários, psicólogos, entre outros que, de uma forma ou de outra, referem-se ao espaço geográfico.

Sendo o espaço geográfico, o lugar apropriado pela sociedade - espaço para obtenção de recursos, de vida - é conseqüentemente, lugar de conflitos, lutas, disputas e conquistas. As *representações geográficas* também são elaboradas neste conjunto.

Que representações surgirá no sujeito que entende o mundo pronto, acabado e estático e ao mesmo tempo, experiência uma realidade dinâmica, na qual mudanças no espaço ocorrem cotidianamente? É possível afirmar que esta situação produz um conflito, uma contradição? Como entender a representação construída? Este problema evidencia uma coerção propositada?

Convencionalmente, o sujeito na sua vivência, conforma-se duvidando ora da realidade, ora das idéias. O noticiário da TV traz todos os dias fatos reais que se mesclam com os capítulos da novela das oito. A imagem torna-se com a TV mais real que a própria realidade (Soares 1993). Será que existe uma inversão, uma dissociação da qualidade e da quantidade no processo de assimilação das informações? Num certo sentido, existe uma confusão/difusão do real e do imaginário. O espaço real é duvidoso na sua essência e consistência e a imagem veiculada pela TV é cada vez mais nítida e verdadeira.

A Geografia, por meio de suas idéias, em cada momento histórico formula representações sobre o espaço do mundo. Observa-se que em cada tempo-espaço da história da humanidade, as idéias elaboradas contribuem para a construção de concepções. O idealismo marcante na Geografia Tradicional fomenta e influencia a visão de mundo, dando, ao mesmo tempo, um significado exterior e simbólico, fazendo que cada sujeito, individualmente, construa a sua representação com parâmetros gerais.

Embora, pelo senso comum, surjam idéias para explicar o mundo, que longe do conhecimento científico, produzem visões, por vezes a dicotomia existente entre senso comum e ciência afasta a possibilidade das teorias para explicar a realidade. As *representações geográficas* da população trabalhadora, no capitalismo, constroem-se muito mais no senso comum, com base nas experiências e relações com a vida cotidiana e com as influências recebidas pela TV, moral tradicional, religião - do que com as nomenclaturas científicas. Assim, estas podem ser utilizadas com maior efeito por especialistas e estudiosos, garantindo o controle por uma minoria. Acredita-se que esta realidade do mundo exterior seja objetiva. Esta idéia, como nos informa Gramsci (1991), é proveniente da visão científica predominante nas ciências naturais, reforçadas pelo positivismo, que contrasta com uma visão subjetivista que o senso comum não assimila como existente. Entretanto, a partir da perspectiva positivista, nota-se que na realidade do senso comum esta visão é bastante útil. Muitas idéias veiculadas pelo cristianismo, por exemplo, como a idéia de que o mundo, a natureza, o universo, foram criados por Deus antes da criação do homem e, que, portanto, o homem já encontrou o mundo pronto, catalogado e definido, no senso comum tornou-se uma *verdade*, uma solidez. Mesmo quando o sujeito não pratica a religião, ainda prevalece fortemente esta crença (Gramsci,1991). As representações deste sujeito comportam esta visão, pois compreendem uma subjetividade imanente, inconsciente. Poder-se-ia afirmar que se trata de uma objetividade *real* forjada nas imagens e nas ideologias?

Como as *representações geográficas* se apresentam para um determinado grupo? Quais os aspectos do espaço físico (material) que expressam estas construções? Os limites, a posição que este espaço possibilita, a circulação e até onde este grupo pode movimentar-se, formulará as suas representações. Ao olhar uma fotografia de um determinado lugar, através das representações já existentes, mais as informações contidas na própria imagem, poderá suscitar no sujeito diversas reações. A compreensão é sempre particular, mas ocorre considerando o montante de representações estocadas no imaginário, resultante das *representações sociais* que se formaram na relação com o grupo - influência cultural.

As *representações geográficas* existem em função da dinâmica constante da realidade. A sociedade na relação com o espaço geográfico, construído/desconstruído, expressa significados e assimila mudanças a cada instante. O confronto estrutura/superestrutura formula esquemas de pensamentos que vão adequando/transformando a visão de mundo, pois é assim que ocorre com o próprio mundo na atualidade. Este conjunto complexo, como define Gramsci (1991) contraditório e discordante reflete a totalidade das relações sociais de produção. As ideologias impregnadas na estrutura da realidade formalizaram as representações sociais e geográficas, ajustando seus significados para o espaço geográfico que contém em si a estrutura e a superestrutura do mundo real.

As *representações geográficas* são condicionadas, as percepções espaciais são imediatas, pois, não havendo mudanças físicas bruscas, o processo, em especial, considerando toda a ideologia que permeia as idéias, levam os grupos a internalizarem conforme as condições concretas que constroem sua vida. A tendência é observar o movimento no espaço quando este revela uma quantidade de acontecimentos que, juntamente com outras idéias, os vão explicitando, baseando-se tanto no indivíduo, como na sociedade. O aumento de pessoas vivendo nas ruas evidencia-se pela realidade físico-concreta; a *representação geográfica* deste fenômeno-social compõe-se de expressões de sentimentos internalizados que, no social, pode possibilitar análises da própria estrutura desta sociedade. Considerando que os comportamentos individuais refletem os comportamentos sociais, o espaço geográfico desta sociedade comporta muitas pessoas e ao mesmo tempo, as exclui. Desta forma, em edifícios luxuosos e arrojados, vêem-se nas suas marquises lugares de abrigo para muitas pessoas.

Em estudo realizado sobre *"A imagem do Rio de Janeiro no imaginário da TV"*, Egler (1995) conclui que a síntese da cidade no imaginário propagado pela TV, produz uma imagem da violência que pode ser amenizada com a preservação da natureza e de ações comunitá-rias e estatais em benefício das classes mais pobres. Para os movimentos sociais urbanos, o primado é o despejo previsto em lei. Para as greves é realizada a associação de uma imagem de abandono e de prejuízo social. Mas, afinal, é linda a cidade.

As *representações* originárias desta realidade, somadas ao contexto histórico e ao momento sócio-econômico, vão produzir em diversos grupos uma idéia, expressando conformismo ou indignação, isto em função dos interesses de cada grupo e das condições concretas de existência do indivíduo na sociedade.

A IMAGEM COMO REPRESENTAÇÃO

O imaginário, entendido como resultado da relação com a imagem física, mediatizada pelos conceitos elaborados na sociedade para dar significação a estes objetos, não é forjado no instante do cotidiano. Está vinculado diversas formas existentes e pré-existentes, não sendo apenas figuras materializadas, estáticas como uma fotografia, mas fundada no processo histórico. Atualmente, o estoque de imagens armazenadas que circula é intenso, seja veiculado pela televisão, nas ruas, ou já interiorizado pelas pessoas. Esta somatória de imagens produz nas pessoas a visão que estas têm da realidade. Castells (1974:141) afirma que *"...a cidade é a projeção da sociedade no espaço"*. Lefebvre (1991), ao falar da escrita, afirma que esta

possibilita a acumulação e a memória social, permite a organização social e a civilização, com base na divisão do trabalho social. A escrita foi a superestrutura primordial. Com base nesta idéia, Lefebvre afirma que a cidade nasceu como uma escrita feita no chão, pois, por meio dela, prescrevia sua força, sua capacidade administrativa, seu poder político-militar. Ainda, nesta linha, citaremos Baudrillard quando se refere à Lei (elemento ordenador da sociedade e do espaço), enquanto ordem de representação, pois argumenta que: "*...a Lei, seja a do significante, a da castração ou a da proibição social, pretende ser o signo discursivo de uma instância legal, de uma verdade oculta, que instaura por toda parte o proibido*" (Baudrillard 1991:150).

Para Baudrillard, a Lei é passível de interpretação e deciframento, tem uma finalidade determinada, é um texto que cai sob o peso do sentido e da referência. No espaço, este texto transforma-se em formas e estruturas, ao mesmo tempo enquanto lugar de existência e de formação de símbolos.

Ao citar a Dialética, Lefebvre (1991) indica que o pensamento e a consciência podem estar determinando o modo de vida dos indiví-duos, os quais são condicionados pelo modo de produção de suas vidas materiais. Entretanto, a produção das idéias está entrelaçada com a atividade material. As possibilidades de transformação do espaço pelos grupos sociais estão condicionados pelo contexto espacial dado, vivido, concebido e construído, que forma a consciência do mundo nos sujeitos sociais.

Todavia, considerando que o imaginário resulta das operações simbólicas, estas encontram-se mediatizadas por idéias e limitações materiais. O espaço das construções humanas sobre o real, em que a realidade pode ser expandida, redefinida e, eventualmente, ser transformada, exige que repensemos o caráter atribuído à relação entre o mundo material e o mundo simbólico. Novamente, voltamos a nos referir às dicotomias tradicionais na Ciência moderna arraigadas na visão cotidiana das pessoas.

As condições reais de vida e experiências existenciais são somadas às idéias veiculadas em diversos setores da sociedade. A TV, a escola, a religião contribuem para a formulação da visão de mundo. Esta é o resultado de conjunto, sendo condicionante dos movimentos e percepções da sociedade sobre o espaço geográfico que ocupam. Marx e Engels (1984), embora segundo Lefebvre (1983), aproximem a idéia de representação de ideologia, em que afirmam que as representações são produtos da mente humana e da divisão do trabalho, nos ensinam que as idéias são representações que os indivíduos formam da sua relação com a natureza ou da sua relação uns com os outros, ou sobre a sua própria natureza. Para eles, a produção das idéias e das representações está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, considerada a linguagem da vida material.

O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui ainda como o fluxo direto do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. de um povo. Marx e Engels (1984:21-22) põem em destaque que:

> "*... os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc, mas os homens reais, os homens que realizam, tais como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e do intercâmbio que a estas corresponde até às suas formações mais avançadas*".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas considerações deste artigo, acreditamos que as *representações*, ao buscar a totalidade na relação entre indivíduo-sociedade e destes com a natureza e espaço vivido, percebido, concebido e produzido, possibilita para a Geografia uma reflexão mais elaborada das *representações geográficas*. As relações entre a sociedade-espaço comportam as *representações do espaço e os espaço de representação*, podendo aprimorar sua

compreensão. O espaço geográfico, sendo uma categoria fundamental para ação/transformação, formação de idéias e, sobretudo, o lugar da realização da vida da sociedade pode ser decodificado, desfeitichizado, podendo, como afirma Milton Santos (1982:25) "*...revalorizar o trabalho e o próprio homem, para que ele não seja mais tratado como valor de troca*".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R.D., e PANINI, E.Y. O espaço geográfico ensino e representação, São Paulo : Contexto, 1989.

ANAIS - I ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA. Brasília: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1997.

BAUDRILLARD, Jean. Da sedução, Campinas: Papirus, 1991.

CARLOS, Ana Fani Alexandre. O lugar: modernização e fragmentação. In: *Fim de Século e Globalização* (Milton Santos-org), São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.

CASTELLS, M. La cuestion urbana. Madrid : Siglo Veintiuno 1974.

CORREA, R.L. O espaço urbano. São Paulo : Ática, 1986.

DURKHEIM, E. **Sociologia y Filosofia**. Buenos Aires : Guillermo kraft Ed. 1951.

EGLER, T. T C. A imagem do Rio de Janeiro na Televisão. In: **Problemas Geográficos de um Mundo novo**, São Paulo : HUCITEC/1995.

FARR, R.M.Representações sociais: a teoria e sua história. *In:* GUARESCHI, P., JOVCHELOVITCH S. (org.). **Textos em representações sociais** : Petrópolis: Vozes, 1995.

FERRARA, L.D'A. O mapa da mina. Informação: espaço e lugar. In SANTOS M. (Org.). **Fim de século e globalização** São Paulo: HUCITEC, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro : Civ. Bras.,1991.

GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais.** Petrópolis : Vozes, 1995.

JOVCHELOVICTH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais, *In:* GUARESCHI P., JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais.** Petrópolis : Vozes, 1995.

KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. *In:* SILVA, T.T. (Org.), **Alienígenas na sala de aula** Petrópolis : Vozes, 1995.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Porto : Publ. Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**. México : Fondo de Cultura Economica, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo : Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética.** Rio de Janeiro : Civ. Bras., 1991.

MARX & ENGELS. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo : Moraes, 1983.

MARX & ENGELS. **A ideologia alemã**. São Paulo : Moraes, 1984.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI P., JOVCHELOVITCH. S. (Org.). **Textos em Representações socias**. Petrópolis : Vozes, 1995.

PINHEIRO, A.C. e MASCARIN, S.R. **Problemas sociais da escola e a contribuição do ensino de Geografia**. *Revista Terra Livre. São Paulo,* n.11-12, 1996.

PINHEIRO, A.C. A construção da maquete dinâmica: uma estratégia sócio-histórica para o ensino de Geografia.Campinas, 1997. Dissertação Mestrado - Faculdade de Educação, PUC-Campinas, 1997.

RIDENTI, M. **Classes sociais e representação**. São Paulo : Cortez, 1994.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo : HUCITEC, 1982.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. 3º ed. São Paulo : HUCITEC, 1986.

SEABRA, Odette C.L. **O pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia**. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo : n.74, 1993.

SEABRA, Odette C.L. **A natureza natural do mundo**. *AGB em Debate*, n. 11, maio, 1996.

SIMIELLI, M.E.R *et al.* Do plano tridimensional: a Maquete como recurso didático.*Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo n.70, 1991.

SOARES, M.L.A. **A cidade de São Paulo no imaginário infantil Piedadadense**. *Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 8, abril 1993.

VYGOTSKY. **A formação social da mente**. São Paulo : Martins Fontes, 1988.

ARTIGO

ENTRE LA GLOBALIDAD Y LAS ASIMETRÍAS DE LA INTERDEPENDENCIA: LA NEGOCIACIÓN DE UN RÉGIMEN INTERNACIONAL SOBRE CAMBIO CLIMÁTICO[1]

BETWEEN GLOBALISM AND THE INEQUALITIES OF INTERDEPENDENCE: TRADE OF AN INTERNATIONAL REGIME ON CLIMATE CHANGE

Joaquín Alcaide FERNÁNDEZ[2]

SUMARIO

El presente trabajo tiene como objetivo analizar algunos de los más importantes factores que condicionaron la negociación de un régimen internacional sobre el cambio climático. En este sentido, se ofrece un panorama de los retos y de las dificultades que tuvieron ante sí los negociadores (globalidad de "efecto invernadero", diversidad de intereses nacionales en conflicto, necesidad de lograr un consenso que refleje un acuerdo equitativo, incertidumbre científica y socioeconómica, etc.). Estos retos y dificultades estuvieron presentes en la negociación de la Convención marco de las Naciones Unidas sobre cambio climático e influyeron en la formulación de los derechos y obligaciones contenidas tanto en dicha Convención cuanto en el protocolo de Kioto. La Convención instauró un marco formal de negociaciones (la Conferencia de las Partes) en el que esos retos y dificultades siguen marcando la pauta de las negociaciones tendentes, aún hoy día, al logro de la entrada en vigor del Protocolo de Kioto.

Palavras-chave: *globalidad, cambio climático, diversidade.*

ABSTRACT

The present article focuses on the analysis of some of the main determining factors that were presents in the negotiations opened in order to adopt an international regime on climate change. In this respect, the author offers a view of the

(1) Este trabajo fue originalmente presentado el 29 de abril de 1998 en el Seminário "A Negociação de un Regime Internacional sobre Alterações Climáticas: A Globalização e as Assimetrias da Interdependência", organizado por el Prof. Dr. José Manuel Pureza en el *Centro de Estudos Sociais* (CES) de la Facultad de Economíaa de la Universidad de Coimbra (Portugal), incluido en el Proyecto "A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização: Modernização Económica, Social e Cultural". Fue publicado por la Oficina del CES, Publicaçao Seriada Nº 130, en octubre de 1998. Esta versión ha sido puesta al día, labor para la que he contado con la ayuda de D. Jorge Alberto Oliva Fuente, alumno de doctorado de la Universidad de Sevilla.

(2) Doctor en Derecho y Licenciado en Ciencias Políticas. Profesor Asociado de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad de Sevilla (España). **alcaide@fder.us.es**

challenges and difficulties in the face of the negotiators (i.e., globally character of the "greenhouse effect", diversity of actors, diversity of national interests in conflict, need for achieving a consensus that reflects a fair agreement, uncertainties on the scientific and socioeconomic evidence, etc.). These challenges and difficulties were presents in the negotiation of the United Nations Framework Convention on Climate Change and indeed had influence on the formulation of the rights and duties content as much in such Convention as in the Kyoto Protocol. The Convention set up a formal framework for the negotiations (the Conference of the Parties) where those challenges and difficulties establish guidelines of the negotiations, wich actually have a priority: the general acceptance and entrance into force of the Kyoto Protocol.

Keywords: *globalism, climate change, diversity.*

INTRODUCCIÓN

La Convención marco de las Naciones Unidas sobre cambio climático (en adelante CMNUCC o Convención)[3] inauguró un proceso de negociaciones formales cuyo logro más reciente ha sido el Protocolo a la CMNUCC adoptado en el transcurso del tercer período de sesiones de la Conferencia de las Partes en la CMNUCC (CP.3)[4] y abierto a la firma desde el 16 de marzo de 1998 (en adelante Protocolo de Kioto o Protocolo). El Protocolo entrará en vigor 90 días después de haber sido ratificado por al menos 55 Estados que representen el 55% del total de emisiones de gases de efecto invernadero.

En este trabajo no se presenta un detallado análisis técnico-jurídico del contenido normativo e institucional de la CMNUCC[5] y el Protocolo de Kioto. Más bien, se pretende ofrecer un panórama de los retos y de las dificultades que tuvieron ante sí los negociadores del régimen internacional sobre cambio climático. No obstante, se mencionarán las principales soluciones de compromiso que recoge tanto la CMNUCC cuanto el Protocolo de Kioto.

En síntesis, el principal reto que afrontaban los negociadores se caracteriza por la necesidad de abordar un problema global del medio ambiente: el calentamiento atmosférico o "efecto invernadero" es un problema global en todas sus dimensiones. Las dificultades, por su parte, son inherentes a la búsqueda del necesario consenso, facilitado por la interdependencia pero que debe sortear la presencia de una diversidad de los intereses en conflicto en un sistema internacional fragmentado porque se edifica sobre la base de Estados soberanos. Los diferentes intereses nacionales predisponen a los Estados para aceptar o rechazar medidas que hagan frente al cambio climático (limitaciones de emisiones de gases de efecto invernadero y/o protección y mejora de los sumideros) y, en todo caso, la aceptación general de un acuerdo exige que éste sea equitativo y dé cabida a dichos intereses en el transcurso de las negociaciones. El acuerdo debe ser a un mismo tiempo resultado de un modo creativo de resolver problemas globales y satisfacer intereses comunes, por una parte, y, por otra, expresión del compromiso y la convergencia de intereses particulares. En otras palabras, la satisfacción de intereses comunes había de dar lugar a acuerdos que acogieran soluciones equitativas y, a un mismo tiempo, digirieran una cierta dosis de reciprocidad y carácter sinalagmático en las obligaciones y derechos.

Sin duda, la adopción del Protocolo de Kioto en CP.3 suspuso un paso adelante en la lucha para atenuar los efectos del cambio

(3) Adoptada el 9 de mayo de 1992 y abierta a la firma en Río de Janeiro, del 3 al 14 de junio de 1992, en el transcurso de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre medio ambiente y desarrollo, la CMNUCC entró en vigor el 21 de marzo de 1994.

(4) Kioto, del 1 al 11 de diciembre de 1997.

(5) En este sentido, véanse por ejemplo, D. Bodanski: "The United Nations Framework Convention on Climate Change: A Commentary", *YJIL*, 18 (1993), p. 451 ss.; W. Lang et H. Schally: "La Convention cadre sur les changements climatiques. Un élément du bilan normatif du Sommet de la Terre: la CNUED", *RGDIP*, 1993, p. 321 ss; y M. Castillo Daudí: "La protección internacional de la atmósfera: de la contaminación transfronteriza al cambio climático", *Cursos de Derecho Internacional de Vitoria-Gasteiz 1994*, p.111 ss.

climático. Todos los actores involucrados eran perfectamente conscientes que el camino que se abría iba a estar repleto de obstáculos[6]. El desarrollo del cuarto y quinto período de sesiones de la CP, en Buenos Aires (Argentina, 1997), y en Bonn (Alemania, 1999) así lo pone de manifiesto. Como expresó en Buenos Aires, durante el transcurso de la CP.4 -primera y única, hasta el momento, en celebrarse en un país en desarrollo ubicado en el hemisferio sur-, el Secretario Ejecutivo de la CMNUCC, Sr. Zammit Cutajar, el momento esencial será el sexto período de sesiones de la CP[7] que tendrá lugar en La Haya, Holanda, entre los días 13 y 24 de noviembre del presente año. En dicho encuentro se vislumbrará si es o no posible alcanzar la anhelada entrada en vigor del Protocolo de Kioto en 2002, en coincidencia con la celebración de la llamada "Cumbre de Rio+10", cuya fecha de celebración está prevista para abril de ese año. Sin duda alcanzar ese objetivo significaría, como significó la denominada "Cumbre de la Tierra" en 1992, otro hito en aras a la protección de la humanidad y de nuestra Tierra.

I. UNA DIMENSIÓN DE LA GLOBALIDAD DEL CAMBIO CLIMÁTICO: LAS DIVERSIDAD DE ACTORES Y ESCENARIOS DE LAS NEGOCIACIONES

Antes y durante las negociaciones formales, como signo de la globalidad, muchos actores participaron en múltiples escenarios en el debate sobre el cambio climático. La Conferencia de Río supuso un espaldarazo a la participación de las ONGs en las relaciones internacionales -en particular en los debates y negociaciones sobre problemas globales del medio ambiente (movimientos ecologistas y de desarrollo, industrias), y el "modelo de Río" se ha trasladado a los procesos de negociaciones posteriores, en particular sobre el cambio climático en el marco de la CP en la CMNUCC-. La frontera entre lo intergubernamental y lo no gubernamental se ha difuminado un poco más en el sistema internacional[8], llegando a imbricarse en escenarios como el Grupo Intergubernamental de Expertos sobre Cambio Climático (más conocido por sus siglas inglesas, IPCC[9]) y, sobre todo, en Conferencias Internacionales, como la II Conferencia sobre el Clima Mundial (Ginebra, 29 de octubre a 7 de noviembre de 1990), convocada sobre la base del I Informe de Evaluación del IPCC y que reunió a representantes de 137 Estados, de Organizaciones Internacionales Intergubernamentales, de ONGs y de empresas industriales, o como la propia Conferenciade Río.

La contribución de las ONGs a las negociaciones encaminadas a la elaboración de tratados internacionales sigue siendo limitada, no obstante, por la relevancia esencial del consentimiento de los Estados en la formalización de dichos tratados. En el momento de la creación del Comité Intergubernamental de Negociación (en adelante CIN), en cuyo seno se adoptó la CMNUCC, la Asamblea General incentivó la implicación de las ONGs, pero excluyó expresamente su participación formal en las negociaciones[10]. La CP.1, reunida en Berlín

(6) Así, por ejemplo el Sr. Stuart Eizenstat, Subsecretario de Estado para Asuntos de Economía, Empresa y Agricultura decía en su discurso ante la Comisión de Relaciones Internacionales del Congreso de los Estados Unidos el 13 de mayo de 1998: "...a pesar de su carácter histórico, el Protocolo de Kioto es sólo un paso dentro de un proceso largo. En esencia es un marco para la acción, una obra en construcción, y todavía nos aguardan muchos desafíos...". Servicio Cultural e Informativo de Estados Unidos (www.usia.gov/usis.html).

(7) CP.4, comunicado de prensa de 14 de noviembre de 1998.

(8) Una frontera que nunca ha sido impermeable, y no sólo por el hecho de que la formación interna de la voluntad exterior de un Estado (o de una organización regional de integración económica competente, como las CE) puede interpretarse como expresión del equilibrio entre los sectores no gubernamentales que presionan a un determinado Gobierno (u órgano comunitario competente). En el marco de la CE, por ejemplo, la posición de los grupos de presión de las industrias hecha pública a través de la UNICE poco tiempo antes de la (comunicado de 23 de octubre de 1997): la UNICE muestra su preocupación por el cambio climático... pero cree que la UE ha sobreestimado su capacidad para reducir emisiones y subestimado los costes económicos y la pérdida de competitividad. En este sentido, proponía la siguiente estrategia: a. donde participen los países desarrollados y los países en desarrollo que contribuyen de forma importante a las emisiones de gases de efecto invernadero (China, India, México, Corea, Brasil); b. de promoción del desarrollo energético duradero (difusión de nuevas tecnologías, I+D, acuerdos a largo plazo entre los poderes públicos y la industria; apoyo a los nuevos enfoques de mercado, como actividades conjuntas y permisos de emisiones negociables; e información y educación de los ciudadanos) y c. mantenimiento de la competitividad de la industria europea.
En general, sobre el papel desempeñado por las ONGs en el ámbito del Derecho Internacional, véase M. Bettati et P.-M. Dupuy (ed.): *Les ONG et le droit international*, Paris, 1986, y más concretamente en el ámbito del Derecho Internacional del medio ambiente, H. French: "The Role of Non-State Actors", en J. Werksman (ed.): *Greening International Institutions*, London, 1996, (Part VI: Environmental NGOs and International Institutions), p.251 ss.

(9) *Intergovernmental Panel on Climate Change*.

(10) R. 45/212, de 21 de diciembre de 1990.

CAD - FAU PUC-CAMPINAS

entre el 28 de marzo y el 7 de abril de 1995, admitió igualmente la participación como observadores, incluso con voz propia, de distintas organizaciones intergubernamentales y ONGs, siguiendo el modelo la decisión 1/1 adoptada por el Comité Preparatorio de la Conferencia de Río, y decidió facilitar los trámites para la obtención de credenciales por dichos observadores. Pero las negociaciones formales se entablan entre los representantes gubernamentales o de organizaciones regionales de integración económica competentes, como las Comunidades Europeas: bien en el CIN, bien en el llamado Grupo *Ad Hoc* del Mandato de Berlín (AGBM en siglas inglesas), en cuyo seno se negoció el Protocolo de Kioto.

Junto a la elaboración de normas jurídicas, el control de la aplicación del Derecho es otro de los ámbitos de acción de las ONGs. En este sentido, por último, las ONGs no sólo están presentes en la Conferencia de las Partes sino también participan como observadores en los trabajos de los órganos subsidiarios creados por la CMNUCC, esto es, en el órgano subsidiario de asesoramiento científico y tecnológico y en el órgano subsidiario de ejecución.

II. DOS DIFICULTADES PREVIAS DEL (Y ADICIONALES AL) PROCESO DE NEGOCIACIÓN: LAS INCERTIDUMBRES Y LOS LÍMITES TEMPORALES

Las negociaciones formales se enfrentaban con dos dificultades previas y, en cierto modo, adicionales: las incertidumbres científicas y socio-económicas y los límites temporales impuestos por el mandato dirigido a los negociadores.

1. LA CIENCIA DEL CAMBIO CLIMÁTICO

En la regulación del cambio climático, el Derecho Internacional está condicionado por el grado de conocimiento científico y socio-económico de una determinada realidad problemática[11]. De un lado, el factor de incertidumbre científica incluye las causas y las consecuencias del calentamiento atmosférico - así, la naturaleza, amplitud y seriedad del cambio climático; o el desarrollo futuro de las tecnologías que permitirían a las sociedades adaptarse a los futuros cambios-y de las medidas necesarias o apropiadas para hacerle frente. De otro, el factor de incertidumbre socio-económica se refiere a lo costes y beneficios de medidas alternativas, es decir, la valoración de los costes y los beneficios de opciones políticas alternativas - por ejemplo, la opción entre mitigar el cambio climático o adaptarse a él-, en particular teniendo en cuenta la variedad de actividades económicas implicadas y el hecho de que muchos de los costes surgirán sólo en el futuro, lo que evoca la pertinencia de la llamada "tasa de descuento" de los costes.

El carácter esencial del conocimiento científico como base de la acción político-jurídica consensuada hace necesario el previo consenso e imparcialidad de la comunidad científica y llama la atención sobre la sociología del conocimiento científico. De ahí la importancia de la decisión adoptada en 1988 conjuntamente por el Programa de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente (PNUMA) y la Organización Meteorológica Mundial (OMM) de crear el IPCC, donde participan más de 2.500 científicos, para evaluar la información relativa a los varios componentes científicos y socio-económicos del cambio climático y formular estrategias de respuesta realistas susceptibles de contenerse en una Convención sobre cambio climático.

Las conclusiones del IPCC (I Informe de Evaluación de 1990 y Suplemento de 1992, y II Informe de Evaluación de 1996) estuvieron en la base de las negociaciones de la CMNUCC y el Protocolo de Kioto, y entre ellas destacan: la pertinencia del principio de cautela[12]; la determinación del "potencial de calentamiento

(11) En general, J. Leggett: "Global Warming: The Scientific Evidence and its Implications", *Transnat'l L. & Contemp. Probs.*, 2 (1992), p.1 ss.

(12) De mantenerse durante más tiempo los porcentajes actuales de emisiones, las reducciones y los costes serían más drásticos en el futuro, y las serias consecuencias potenciales del cambio climático en el medio ambiente global son suficientes razones para empezar a adoptar estrategias de respuesta, que estarían justificadas incluso ante las actuales incertidumbres científicas.

atmosférico" (PCA, o GWP en siglas inglesas[13]) de los principales gases de efecto invernadero[14] y, a partir de ahí, su contribución relativa actual y en un período de 100 años[15]; y el nivel necesario de reducciones para estabilizar la concentración atmosférica de gases de efecto invernadero a los niveles actuales[16].

2. EL IMPERATIVO DEL CONSENSO Y EL FACTOR TEMPORAL DE LAS NEGOCIACIONES: LECCIONES APRENDIDAS

Los negociadores debían afrontar los retos y las dificultades en un tiempo muy limitado. Hay muchos aspectos que invitan a un análisis comparativo entre la CMNUCC y su Protocolo de Kioto y la Convención de las Naciones Unidas sobre Derecho del Mar de 1982 (y los Acuerdos de 1994 y 1995). Y no sólo porque ambos procesos se originaron en una propuesta de Malta. Ese análisis revelaría la medida en que los procesos de negociación se sirven de las lecciones del pasado. Pero el tiempo de que dispusieron los negociadores para la aprobación de uno y otro tratados, y el resultado de las negociaciones principales en términos de acuerdo (consenso) distingue ambos procesos. Es cierto que, a diferencia de la Convención de Jamaica, el mandato de los negociadores de la CMNUCC no respondía a una genuina codificación global, esto es, no se pretendía crear un régimen global de la atmósfera, sino que se limitaba a la protección contra los riesgos del calentamiento atmosférico y a las actividades humanas específicas que afectan a dicho problema. Pero también es cierto que, aunque se contaba con los precedentes de la Convención de Ginebra de 1979 sobre contaminación transfronteriza a larga distancia y, sobre todo, con el Convenio de Viena de 1985 para la protección de la capa de ozono y el Protocolo de Montreal, cuyas influencias se perciben en la CMNUCC y el Protocolo de Kioto, no existían normas previas, convencionales o consuetudinarias, sobre el cambio climático.

Las negociaciones sobre cambio climático tienen su origen en una propuesta de Malta acogida favorablemente por la Asamblea General de la ONU en 1988[17], pero el marco formal de las negociaciones fue el CIN, creado el 21 de diciembre de 1990 por la propia Asamblea General, con el mandato de negociar una Convención marco que contuviera compromisos apropiados y que se abriera a la firma durante la Conferencia de Río[18].

El CIN estaba en estrecho contacto con el Comité Preparatorio de la Conferencia de Río[19]. Pero las negociaciones -a diferencia, por ejemplo, de las relativas al Convenio de Viena de 1985 para la protección de la capa de ozono, celebradas en el seno del PNUMA- se llevaron al margen de los organismos internacionales existentes y mediante una fórmula que refuerza la influencia de los Gobiernos sobre los resultados de la negociación. En las negociaciones participaron delegaciones de 156 Estados, entre ellas 127 de países en desarrollo, y el CIN celebró seis sesiones entre febrero de 1991 y mayo de 1992 (Washington, Ginebra, Nairobi y

(13) *Global Warming Potential.*

(14) Sobre la base del más exacto conocimiento científico del impacto de una molécula de dióxido de carbono en el clima, el IPCC estimó el PCA de los gases de efecto invernadero, en particular del dióxido de carbono, metano y óxido nitroso. El PCA a 20, 100 y 500 años respectivamente es el siguiente: dióxido de carbono (1/1/1); metano (63/11/9); óxido nitroso (270/270/190); CFC-11 (4500/3400/1500); CFC-12 (7100/7100/4500); HCFC-22 (4100/1600/510); HCFC-134a (-/1200/-).

(15) Entre las contribuciones antropogénicas, las emisiones netas de dióxido de carbono originadas por la combustión de combustibles fósiles (carbón, petróleo y gas) y otras fuentes, como la deforestación, contabilizan el 50% aprox. y quizás 2/3 del PCA de las actuales emisiones antropogénicas de gases de efecto invernadero; las de metano, el 20% aprox.; y las de óxido nitroso, el 8% aprox. Los cálculos del IPCC estiman que, sobre la base del PCA y de las emisiones antropogénicas de 1990, la contribución relativa de diversos gases de efecto invernadero en un período de 100 años sería la siguiente: el dióxido de carbono, 61%; el metano, 15%; el óxido nitroso, 4%; CFCs, 11%; HCFC-22, 0.5%; y otros, 8.5%.

(16) Dióxido de carbono, 60%; metano, 15-20%; óxido nitroso, 70-80%; CFC-11, 70-75%; CFC-12, 75-85%; HCFC-22, 40-50%.

(17) R. 43/53, de 6 de diciembre de 1988. También, R. 44/207, de 22 de diciembre de 1989.

(18) R. 45/212, de 21 de diciembre de 1990; R. 46/169, de 19 de diciembre de 1991; y R. 47/195, de 23 de diciembre de 1992.

(19) Dado que el cambio climático figuraba en el primer plano de los temas propuestos para el plan de trabajo de la Conferencia de Río (R. 43/196, de diciembre de 1988 y 44/228, de 22 de diciembre de 1989, de la Asamblea General), el Comité Preparatorio de la Conferencia, presidido por el embajador R.T.B. Koh, mantuvo un estrecho contacto con el CIN. De hecho, si se comparan los principios del art. 3 de la CMNUCC con los principios de la Declaración de Río se puede comprender que se solapan y se influyeron mutuamente durante los procesos paralelos de elaboración.

Nueva York), cuatro en 1991 y dos en 1992. Cada sesión se celebraba en el transcurso de dos semanas por mandato de la Asamblea General. En su última sesión antes de Río (Nueva York), a semejanza de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Derecho del Mar, el CIN trabajó sobre un texto único de negociación[20] y, aunque estaba formalmente previsto un procedimiento de votación, siguió el método del consenso.

De este modo, el primer éxito de la CMNUCC es que fue adoptada por consenso en el CIN (9 de mayo de 1922), lo que explica su gran acogida en la Conferencia de Río[21], su pronta entrada en vigor y su aceptación por los Estados: cerca de 180 Estados y la CE son partes en la CMNUCC.

Por otra parte, el 7 de abril de 1995, en la CP.1[22] se adoptó la decisión de adecuar los compromisos de limitación cuantitativa de emisiones de gases de efecto invernadero y adoptar un Protocolo u otro instrumento legal tan pronto como fuera posible en 1997 (decisión 1/CP.1: "Mandato de Berlín"). El Protocolo de Kioto se adoptó en la CP.3 el 11 de diciembre de 1997.

3. TÉCNICAS JURÍDICAS AL SERVICIO DEL CONSENSO: EL "ACUERDO MARCO" Y LA TÉCNICA DILATORIA

La búsqueda del consenso en tan poco tiempo explica dos técnicas jurídicas a que recurrieron los negociadores: por una parte, la técnica del tratado-marco; por otra, más específicamente, técnicas dilatorias en la solución de puntos controvertidos.

3.1 Los tratados-marco como instrumentos característicos de la protección jurídica-internacional del medio ambiente

Los retos y dificultades presentes en las negociaciones sobre cambio climático sólo pueden ser superados con el consenso de los Estados mediante una Convención marco que combine dimensiones normativas e institucionales y cuya adopción constituya un primer paso en un proceso continuo, adaptándose a las distintas situaciones de los diferentes países. Las incertidumbres y los límites temporales de la negociación mencionados explican el por qué de la necesidad de una normativa flexible y susceptible de adaptarse a las nuevas revelaciones científicas y, en este sentido, la preferencia por los tratados-marcos que incorporen un régimen internacional[23].

De entre las diversas técnicas jurídicas satisfacen la necesidad de adaptabilidad y flexibilidad normativa (los tratados-marco, procedimientos flexibles de enmienda[24] y reuniones periódicas de las partes[25]), los tratados-marco tienen una significación particular. El tratado-marco debe tener tres elementos esenciales[26]: 1. una declaración de objetivos, principios y obligaciones generales; 2. mecanismos de negociación y adopción de protocolos adicionales; y 3. medidas adicionales encaminadas a incitar la adopción voluntaria de compromisos nacionales, permitir el control del cumplimiento de esos compromisos, y movilizar la opinión pública interna e internacional. La

(20) Síntesis de los proyectos elaborados por los dos grupos de trabajo, uno sobre compromisos, y otro sobre mecanismos, co-presididos cada uno de ellos por los representantes de dos Estados.

(21) De los 176 Estados que asistieron a la Conferencia, 158 y la Comunidad Europea (CE) firmaron en Río la CMNUCC.

(22) Después de Río, el CIN no dejó de funcionar, sino que sirvió como organismo preparatorio para la CP.1.

(23) Sobre la teoría de los regímenes internacionales, véase por ejemplo M. List and V. Rittberger: "Regimen Theory and International Environmental Management", en A. Hurrel and B. Kingsbury: *The International Politics of the Environment*, New York, 1992, p.85 ss.

(24) Esto es, que mitiguen las exigencias de la soberanía/consentimiento en la asunción de obligaciones (p.e., sistemas de mayorías, simples o cualificadas; *contracting out*).

(25) Para examinar la aplicación de la normativa y llevar a cabo modificaciones o elaborar instrumentos adicionales. Estas reuniones pueden ser complementadas con grupos de trabajo intersesionales, y por reuniones informales o iniciativas propuestas por algunos Estados o por la Secretaría. Estos mecanismos se han creado incluso en aquellos tratados adoptados en el marco de instituciones preexistentes (Organización Marítima Internacional y PNUMA).

(26) E.L. Richardson: "Climate Change: Problemas of Law-Making", en A. Hurrel and B. Kingsbury (eds.): *The International Politics of the Environment*, *op. cit.*, p.166 ss.

técnica del tratado-marco, protocolos y anexos[27] se contrapone al enfoque de un único tratado general (por ejemplo, la Convención de Jamaica[28]) y crea un régimen en dos o sucesivas etapas (por ejemplo, Convención de Barcelona de 1976, Convención de Viena de 1985, Convención de Basilea de 1989): en este sentido, la CMNUCC establece únicamente el objetivo, los principios y reglas generales, la estructura institucional... pero las obligaciones sustantivas concretas, en particular las relativas a la cuantificación de limitaciones, no eran adecuadas y requerían ulterior concreción. La CMNUCC contiene los principios generales; mecanismos de investigación y observación y de recopilación de información; el foro y el calendario para negociaciones sobre asuntos específicos que se habrían de plasmar en protocolos, sujetos a mecanismos formales de examen y revisión (art. 17 CMNUCC).

La técnica del tratado-marco, sin embargo, tiene sus pros y sus contras[29]. La principal ventaja de esta técnica es que permite participar a aquellos Estados que, por una parte, no quieren comprometerse desde un principio, y, por otra, por razones de orden político (opinión pública, etc.) no quieren permanecer al margen del régimen. El tratado-marco incita un proceso gradual que facilita a los Estados ser partes desde un principio pues no necesariamente concreta reducciones de emisiones u obligaciones de proteger y mejorar sumideros. El tratado--marco es, en este sentido, un "mínimo común denominador" (que no necesariamente establece las mismas obligaciones a todos los Estados partes) y los protocolos adicionales o de enmienda se encargan eventualmente de establecer obligaciones más específicas. La adopción del tratado crea un "momentum" e incita el compromiso de continuar la investigación científica. Los avances científicos, la presión de la opinión pública y el simple paso del tiempo pueden reducir la resistencia política a asumir obligaciones específicas mediante la adopción de los protocolos y facilitar el cumplimiento de dichas obligaciones. En definitiva, la dinámica de la cooperación puede llevar a los Estados más reacios a participar (cooperar) en una medida más amplia de la prevista en un principio. Sin embargo, el proceso promovido por un tratado-marco generalmente se alarga mucho en el tiempo y, a veces, puede reducirse simplemente a un compromiso formal simbólico pero falto de contenido. En este sentido, los tratados-marco pueden ser criticados no desde la perspectiva de la rapidez con que son negociados, adoptados y aceptados, y cuantos Estados son partes en ellos, sino desde la perspectiva de la rapidez y efectividad con que los Estados mejoran el medio ambiente de forma tangible.

El hecho de que se precise a la CMNUCC expresamente como Convención "marco" (a diferencia de otras, que no obstante cumplen esa función) pone de manifiesto que no se concibe más que como un primer paso (del mismo modo se expresaron los líderes políticos en diciembre pasado respecto del Protocolo de Kioto). No obstante, la CMNUCC es más que un simple tratado-marco: de una parte, la solución de compromiso entre los países industrializados (partidarios unos y detractores otros de establecer limitaciones cuantitativas, en especial de dióxido de carbono) y los países en desarrollo resultó en unas obligaciones asumidas por los países industrializados en virtud del artículo 4.2 que, bien que poco concretas, superan con creces las disposiciones de una simple Convención marco; de otra, se instituyó un órgano encargado de controlar la aplicación de tratado, creado solamente por el Protocolo de Montreal en el

(27) Técnica introducida en el Derecho Internacional del Medio ambiente en la propuesta de la delegación española para proteger el medio ambiente marino del Mediterráneo, durante la III Conferencia Diplomática de los Estados mediterráneos sobre el Derecho del Mar (Atenas, marzo de 1974). En general, A.Ch. Kiss: "Les traités-cadres: une technique juridique caractéristique du droit international de l'environnement", *AFDI*, XXXIX 1993, p.792 ss.

(28) Si bien, para Kiss la Parte XII de la Convención de Jamaica puede, en cierta medida, considerarse como un tratado-marco ("Les traités-cadres:...", *op. cit.*, p.795).

(29) Para un análisis de las ventajas y debilidades del enfoque adoptado actualmente para la elaboración de tratados internacionales sobre el medio ambiente regional (p.e. Convención de Barcelona de 1976) y global (p.e., Convención de Viena de 1985 y Convención de Basilea de 1989), es decir, el enfoque del tratado-marco (*convention-protocol approach*), y del por qué no es suficiente, así como para la formulación de diversas recomendaciones en orden a mejorar la efectividad de las negociaciones internacionales sobre medio ambiente: L. Susskind and C. Ozawa "Negotiating More effective International Environmental Agreements", en A. Hurrel and B. Kingsbury (eds.): *The International Politics of the Environment*, *op. cit.*, p.142 ss.

régimen relativo a la protección de la capa de ozono.

3.2 La negociación continúa: remisión de cuestiones controvertidas a la CP

Los negociadores, además, retrasaron la decisión sobre los puntos más controvertidos que fueron incapaces de solucionar (por ejemplo, la identificación de los gases de efecto invernadero distintos del dióxido de carboono; las metodologías de cálculo de las emisiones por fuentes y la absorción por sumideros de los distintos gases de efecto invernadero; la adecuación de la cuantificación de limitaciones; las actividades de aplicación conjunta; el mecanismo multilateral consultivo; el mecanismo financiero; etc.), y los remitieron a la Conferencia de las Partes. Esta técnica dilatoria permite incorporar esas decisiones ulteriores en el consenso de base de la CMNUCC, aunque sólo sean adoptadas por los Estados que ya hubieran ratificado la Convención, por lo que, en sí misma, dicha técnica fomenta la ratificación o aceptación por los Estados de la CMNUCC.

4. LA POLÍTICA DEL CAMBIO CLIMÁTICO: ENTRE LA GLOBALIDAD Y LAS ASIMETRÍAS DE LA INTERDEPENDENCIA

La globalidad del cambio climático -como en general, todas las manifestaciones de la globalización[30] - juega un doble papel, positivo y negativo. Es positiva la percepción de la interdependencia entre los Estados e, incluso, la participación de múltiples actores en diversos escenarios en el debate sobre el cambio climático, lo que pone de manifiesto que es realmente una preocupación común a toda la humanidad. Sin embargo, las implicaciones socio-económicas de las medidas necesarias o apropiadas para hacer frente al cambio climático provoca el recelo de los Estados (y grupos industriales), temerosos de una pérdida de competitividad en una economía mundial globalizada. Esas implicaciones socio-económicas están en la esencia de las estrategias de negociación adoptadas por los diferentes Estados y grupos de Estados.

4.1. El cambio climático es una preocupación común a toda la humanidad

Los cambios del clima de la Tierra y sus efectos adversos son una preocupación común de toda la humanidad, y el sistema climático debe protegerse en beneficio de las generaciones presentes y futuras (Resoluciones de la Asamblea General[31] y Preámbulo de la CMNUCC). El cambio climático, y otros problemas del medio ambiente global, a diferencia de los problemas medioambientales transfronterizos, se caracterizan por su carácter global y por suscitar la realidad de la interdepedencia entre todos los Estados sin excepción.

El carácter global del cambio climático se explica principalmente por una constatación simple: la atmósfera es una e indivisible y el origen del calentamiento atmosférico radica en múltiples actividades humanas, dejándose sentir sus efectos sobre todos y cada uno de los Estados. De este modo, sólo puede hacérsele frente sobre la base de la cooperación de todos, o al menos un alto porcentaje de los Estados. En este sentido, en un sistema político fragmentado y conflictual construido sobre la base de Estados soberanos, la interdependencia surgida del cambio climático opera ciertamente como un incentivo para la cooperación. La generalidad de Estados acepta una secuencia básica: la interdependencia requiere la cooperación y, tras las pertinentes negociaciones, la adopción bien de un tratado internacional en sentido estricto (principios y

(30) Sobre la repercusión de la dimensión global del medio ambiente en su regulación jurídica internacional, J.M. Pureza: "El medio ambiente como patrimonio común de la humanidad", texto de la conferencia pronunciada en la Universidad de Sevilla, 24 de mayo de 1994 (mímeo), y más generalmente "Direito Internacional e Globalização: Ambiguidades e Opções", conferencia pronunciada en la Universidad de Sevilla, 12 de febrero de 1998.

(31) La propuesta de Malta sugería la consideración de la atmósfera como patrimonio común de la humanidad, pero la Asamblea General prefirió acuñar la expresión "preocupación común de la humanidad" (R. 43/53, 44/207, 45/212, 46/169, y 47/195). Sobre el análisis del medio ambiente desde la perspectiva del concepto de patrimonio común de la humanidad, J.M. Pureza: "El medio ambiente como patrimonio común de la humanidad", *cit.*

normas jurídicas) o bien de un régimen internacional (esto es, un tratado internacional que no sólo incorpore principios y normas jurídicas, sino también una estructura institucional).

Las actuales incertidumbres científicas y socio-económicas acerca del cambio climático y de las medidas necesarias o apropiadas para hacerle frente no deben ser obstáculo ante la seriedad de los (previsibles) efectos del calentamiento atmosférico. E, incluso, salvaguardan la interdependencia como incentivo de la cooperación, porque de ese modo ningún Estado tiene la certeza de que está a salvo de los efectos adversos del cambio climático y todos tienen un incentivo para cooperar.

2. PERO (HOY POR HOY) A UNOS ESTADOS PREOCUPA MÁS QUE A OTROS

El cambio climático puede preocupar a toda la humanidad pero, no obstante, la retórica de la interdependencia no garantiza el logro de un consenso acerca de las soluciones precisas. Las negociaciones son complejas porque, en primer lugar, en el debate subyacente están presentes distintas fuerzas políticas portadoras de distintos intereses, en el interior de los Estados y en su proyección exterior. Es importante tener en cuenta que las negociaciones formales son dirigidas por los representantes de los Gobiernos y que la posición de algunos de ellos gobiernos, en particular de los países occidentales, está sometida a mayores presiones por parte de la sociedad civil, siendo más sensibles a las exigencias de la opinión pública[32]. Asimismo, la política interna de los Estados tiene su repercusión en las negociaciones[33].

En segundo lugar, porque se celebran en un contexto general (la sociedad internacional actual) marcado esencialmente por una gran asimetría política, económica y social (el conflicto Norte-Sur) y por la globalización de la economía mundial. Las implicaciones socio-económicas del cambio climático (contribución histórica de los países industrializados; interacción contaminación-sobrepoblación-pobreza, señalada en el "Informe Brundtland" y en la Conferencia de Río) y de las medidas necesarias o apropiadas para hacerle frente dificultan el consenso por la repercusión que las exigencias de la interdependencia puede tener en el desarrollo y la competitividad de los distintos países en una economía mundial globalizada. En este sentido, la interdependencia no sólo incentiva la cooperación, sino que en sí misma es también fuente de (nuevos) conflictos, principalmente basados en la aparición de nuevos resortes de poder e influencia y en el hecho de que los Estados tienen en cuenta sus deberes para con las generaciones presentes y futuras, pero también los costes y beneficios que reporta hacer frente al cambio climático.

La interdependencia rara vez es rigurosamente simétrica. O, lo que es lo mismo, el cambio climático afecta y preocupa a todos, pero no a todos por igual: preocupa a unos más que a otros, porque sus riesgos no son simétricamente percibidos y porque no suscita simétricas sensibilidades. Las asimetrías en torno al cambio climático son "exógenas" (la división Norte-Sur) y "endógenas" al propio calentamiento atmosférico (definidas principalmente bajo dos parámetros: las causas y los previsibles efectos adversos del cambio climático) y, de acuerdo con el principio de las "responsabilidades comunes pero diferenciadas" y de las diferentes capacidades[34], se habrían de trasladar a la distribución (equitativa) de la carga de las medidas de mitigación y adaptación necesarias para hacerle frente[35].

(32) En un sentido radicalmente contrario, por ejemplo, las palabras del Primer Ministro de Malaisia en el *Foro de la Sociedad Asiática* (1991): "democracia, derechos humanos y ecología no son sino obstáculos que los países industrializados intentan poner en el camino de sus futuros competidores".

(33) En este sentido, por ejemplo, la política interna ha favorecido la flexibilidad en la posición negociadora de los EEUU con el cambio de la Administración Bush a la Administración Clinton. No obstante, el Presidente Clinton tiene serias dificultades para ganarse la adhesión del Congreso norteamericano.

(34) Principio 27 de la Declaración de Río y art. 3 CMNUCC.

(35) Sobre la repercusión del discurso de la equidad en las negociaciones y la CMNUCC, véase H. Shue: "The Unavoidability of Justice", en A. Hurrel and B. Kingsbury (eds.): *The International Politics of the Environment*, *op. cit.*, p. 373 ss; y Th.M. Franck: "Ozone Depletion and Global Warming: Instances of Fairness in International Law", en *El Derecho Internacional en un mundo en transformación*, Liber Amicorum en homenaje a E. Jiménez de Aréchaga, II, Montevideo, 1994, p. 849 ss.

2.1 En función de una asimetría "exógena" al cambio climático: la desigualdad socio-económica entre el Norte y el Sur. La posición de los países en transición a economías de mercado

No es una novedad la distinta sensibilidad que sobre el medio ambiente en general muestran los países desarrollados y los países en desarrollo. La posición de los países en desarrollo ha evolucionado sustancialmente desde la Conferencia de Estocolmo: hoy otorgan más importancia a la protección del medio ambiente y a la adopción de modelos de desarrollo económico más sostenible. Pero sigue predominando su prioridad por el desarrollo económico. Por muchas razones, el desarrollo no puede ser sacrificado a cambio de la estabilización del medio ambiente y pocos defienden en y desde el Sur que el desarrollo económico no es tal desarrollo si no es sostenible.

En el Comité Preparatorio de la Conferencia de Río y el CIN se reflejaron esas distintas sensibilidades sobre el cambio climático. En este sentido, la sensibilización del Norte otorgó al Sur una capacidad de influencia que les confería una posición sólida para la defensa de sus intereses. Debe tenerse en cuenta que mientras los países industrializados han tenido éxito en la determinación del orden de prioridades de la agenda internacional, los países en desarrollo no han tenido tanto éxito en asegurar prioridad a los problemas del desarrollo estrechamente asociados con el medio ambiente, y que la determinación misma del ámbito u objeto de las negociaciones sobre cambio climático (¿cambio climático o cambio climático y desarrollo económico?) y de las medidas apropiadas (¿limitación de emisiones o protección de sumideros?) dependía de la respectiva capacidad de influencia del Norte y el Sur.

Los problemas globales del medio ambiente, como el cambio climático, proporcionan al Sur nuevos resortes de influencia y poder de intercambio. Ese poder se incrementa por la perspectiva de las (previsibles) contribuciones futuras de gases de efecto invernadero por los países en desarrollo, por lo que dicho poder es esencialmente "negativo": socavar los acuerdos sobre limitaciones cuantitativas, es decir, las reducciones de emisiones de gases de efecto invernadero acordadas por países industrializados pueden ser fácilmente neutralizadas mediante el incremento de emisiones en unos pocos países en desarrollo en tanto que "free riders". En este contexto, los países en desarrollo están en una buena posición para exigir una distribución equitativa tanto de los costes de las medidas necesarias para prevenir o mitigar el cambio climático cuanto para hacer frente o adaptarse a los daños inevitables o imprevistos resultantes del cambio climático. En primer lugar, por la responsabilidad histórica y presente de los países industrializados. En segundo lugar, por la capacidad de influencia que les otorga la preocupación del Norte y la relevancia de las (posibles) contribuciones futuras.

No obstante, los países en desarrollo menos desarrollados (por ejemplo, Haití, Mali, Etiopía, Sudán o Chad) no tienen a diferencia de los países en desarrollo más poblados (por ejemplo China, India, Brasil e Indonesia) la suficiente influencia, porque su (posible) contribución futura al calentamiento atmosférico no sería significativa. Pero sería doblemente injusto[36] que los países industrializados se lavasen las manos ante los daños ocasionados a los países menos desarrollados resultantes del cambio climático. No obstante, para que los países menos desarrollados se vieran beneficiados en la negociación era necesaria la solidaridad entre los países del Tercer Mundo, poniendo el poder y la influencia de los países en desarrollo más poblados al servicio de los países menos desarrollados.

(36) En primer lugar, porque podría admitirse -incluso sin señalar al colonialismo como la causa de la situación de pobreza de dichos países- que los países menos desarrollados pueden verse presionados para cooperar en un acuerdo injusto como consecuencia de la débil posición en que están por un contexto injusto (así, por ejemplo, Haití no tiene capacidad de influencia porque no está extensamente poblado, y no puede afrontar los daños imprevistos porque es pobre). En segundo lugar, porque aunque dudemos de la veracidad del cambio climático, no hay duda que si éste resulta ser cierto los principales responsables son los países industrializados. Por eso, sería doblemente injusto que los países industrializados se lavasen las manos ante los daños ocasionados a los países menos desarrollados resultantes del cambio climático. Sobre todo porque esos daños imprevistos o inevitables atañen a intereses vitales de los países menos desarrollados, por cuanto por su condición de países pobres casi todos los grandes problemas (por ejemplo, daños en la agricultura) -y a veces, incluso, los pequeños problemas- amenazan la vida de la población.

De este modo, la influencia y el poder de los países en desarrollo plantea una situación distinta a la de la década de los años 70, cuando fracasó la reivindicación de la instauración de un Nuevo Orden Económico Internacional. Pero esa influencia y poder tienen límites: en primer lugar, deben ser ejercidos con prudencia, porque el coste para muchos países en desarrollo de socavar la cooperación en el cambio climático puede ser sustancial, por la vulnerabilidad de los países en desarrollo (por ejemplo, la necesidad de agua en China) y, en general, por su dependencia de los países industrializados en otras materias. La influencia del Sur puede ser contrapesada, por tanto, por el amplio abanico de recursos de poder disponibles por los países industrializados. En segundo lugar, entre los países en desarrollo también existen diferentes prioridades medioambientales, y los países industrializados tienen la oportunidad de explotar las divisiones, integrando en sus posiciones a ciertos países en desarrollo particularmente importantes.

En realidad, la posición de los países en desarrollo estuvo lejos de seguir la estrategia de "doble o nada" (o se negocia simultáneamente sobre el cambio climático y la instauración de un orden internacional más justo o no se negocia nada), que beneficiaría particularmente a los más pobres de entre los países en desarrollo. Por otra parte, tampoco aceptaron disociar las negociaciones sobre cambio climático y sobre el reparto equitativo de las cargas, porque esta estrategia hubiera desaprovechado el poder e influencia de los países en desarrollo. Los países en desarrollo como India, Brasil, México, China o Malaisia consideran que son demasiado pobres para contribuir actualmente de modo significativo al efecto invernadero y para producir energía eficientemente en términos de gases de efecto invernadero, y denuncian la responsabilidad histórica de los países industrializados por la concentración de gases de efecto invernadero en la atmósfera. No obstante, algunos de estos países se muestran receptivos a la adopción de medidas frente al efecto invernadero con la ayuda de los países industrializados, porque tienen serias razones para creer que serían las primeras víctimas del efecto invernadero (por ejemplo, países africanos, Bangladesh, India, Maldivas, países sudamericanos). Estos países necesitan hacer frente al efecto invernadero y están dispuestos a hacerle frente con la ayuda de los países industrializados. Pero otros países en desarrollo eran más reacios, porque perjudicaría injustamente el desarrollo, y los resultados del calentamiento atmosférico les serían irrelevantes (por ejemplo, Malaisia).

En este sentido, las demandas del Sur ("Grupo de los 77" y China) al Norte son: en primer lugar, dado que los países industrializados son los principales responsables del efecto invernadero, deben asumir principalmente las limitaciones de emisiones, tomando la iniciativa de las mismas (por ejemplo, reduciendo emisiones de dióxido de carbono). La Convención no debe obstaculizar el desarrollo de los países del Sur, permitiéndose el aumento de sus emisiones de gases de efecto invernadero, eventualmente hasta llegar al mismo nivel de emisiones per cápita que los países desarrollados. La filosofía subyacente es que las emisiones de gases de efecto invernadero son un indicador de industrialización y, por tanto, de bienestar. Así, los países en desarrollo no tendrían que limitar (inmediatamente) sus emisiones, sino que, por el contrario, la protección del medio ambiente global debe acomodar la necesidad de futuro desarrollo del Sur (por aumento de población y por la necesidad de superar los actuales niveles de pobreza). El Norte debe crear el "espacio medioambiental" necesario para el desarrollo del Sur. Una posición a la que se oponía EEUU (en particular la actual mayoría del Congreso norteamericano), para el que los países en desarrollo debían sumarse al compromiso desde el principio ("un problema global debe ser resuelto globalmente").

En segundo lugar, que los países industrializados proporcionen asistencia financiera y tecnológica para costear las medidas que habrán de adoptar los países en desarrollo para hacer frente al cambio climático y para la adaptación al cambio climático, de tal modo que no tengan que desviar fondos destinados al desarrollo. La solución no debe ser exigir a los países en desarrollo el desvío de recursos destinados al desarrollo a cambio de

compensación, sino prever transferencias financieras y tecnológicas denominadas en la jerga de Naciones Unidas "adicionales" que se faciliten en el momento y la cuantía necesarias para evitar que los países en desarrollo desvíen sus recursos destinados al desarrollo para la prevención del cambio climático. Ésta solución se contempla, por ejemplo, en el artículo 10 del Protocolo de Montreal, enmendado en Londres en 1990.

Los países en transición a economías de mercado tenían una difícil posición, en la frontera entre el Primer Mundo y el Tecer Mundo (de ahí que hoy más que nunca puedan ser englobados como el "Segundo Mundo"). Su interés es identificarse con los países en desarrollo, pero estos países del Sur los identifican con los países industrializados. En efecto, por sus emisiones históricas y actuales de gases de efecto invernadero, comparten con los países industrializados (OCDE) la responsabilidad principal del calentamiento atmosférico y, por tanto, deben reducir o limitar sus emisiones; pero, por otra parte, sus economías no les capacitan para la transferencia de recursos financieros y tecnológicos.

2.2 En función de asimetrías "endógenas" al cambio climático

En sí mismo, el cambio climático pone de manifiesto una desigual contribución de los Estados (causas del cambio climático) y una desigual repercusión entre los Estados (efectos del cambio climático). En general, las causas y efectos del cambio climático provocan un posicionamiento de los Estados en consonancia con la división Norte-Sur; pero la negociación trasciende el conflicto Norte-Sur desde el momento en que determinados países en desarrollo son extremadamente sensibles en favor (en particular "países AOSIS") y en contra (en particular "países OPEP") de las medidas apropiadas para hacer frente al cambio climático.

2.2.1 *Las causas del cambio climático. La "querella" sobre la contribución actual y la importancia de la (previsible) contribución futura*

Las causas del cambio climático se reducen esencialmente a la emisión de gases de efecto invernadero, y sobre todo dióxido de carbono, y a la degradación de sumideros, en particular los bosques. En este sentido, en la negociación han pesado tanto los argumentos conectados con las contribuciones históricas y presentes, cuanto los argumentos conectados con las (posibles) contribuciones futuras.

Es indiscutible que la contribución histórica es responsabilidad exclusiva de los países industrializados. En la actualidad sigue existiendo una enorme asimetría entre el Norte y el Sur en términos de empleo de recursos existentes y contribuciones relativas al cambio climático (como también al agotamiento de la capa de ozono). Porcentualmente, los países industrializados, con el 16% de la población mundial, emiten el 48% de los gases de efecto invernadero: los principales emisores de dióxido de carbono son EEUU (23.7%), los países de la antigua URSS (18.6%), China (10.1%) y Japón (4.7%)[37]. Los países desarrollados en conjunto emitían en 1990 el 63% de las emisiones globales de dióxido de carbono, gas que constituye el 80,5% del total de emisiones de estos países. En emisiones per cápita, EEUU emite 5.07 toneladas per cápita de dióxido de carbono (230 millones de personas en EEUU emiten el mismo volumen de gases de efecto invernadero que otros 4.000 millones de personas); Reino Unido, 2.8 t.; Japón emitió 2 t. per cápita en 1987; Francia, 1.7 t.; e Italia, 1.84 t. Los países en desarrollo emiten menos de 0.5 t. per cápita.

No obstante, de modo interesado se ha deslizado una "querella" sobre la contribución actual al cambio climático[38], con importantes

(37) En la "Cumbre Económica" de 1990 (Houston, Texas), Japón se opuso, junto a EEUU y Reino Unido, a aceptar un compromiso en firme para limitar las emisiones de dióxido de carbono, aunque en octubre de 1990 el Gobierno japonés se comprometió a estabilizar sus emisiones per cápita en los niveles de 1990. En relación al tamaño de su economía (10% del producto mundial bruto), Japón ha disminuido considerablemente sus emisiones durante las dos pasadas décadas; de ahí que Japón se oponga a las propuestas de reducción de emisiones que no tengan en cuenta su esfuerzo en el pasado.

(38) De una parte, un Informe de 1990-1991 del *World Resources Institute* (WRI), una ONG ubicada en Washington y compuesta por expertos independientes, aunque muy cercana a la Administración de los EEUU. Dicho informe fue contestado en 1991 por investigadores del *Centre for Science and Environment* (CSE) de Nueva Delhi, en particular por Anil Agarwal y Sunita Nerain. Véase A. Liepietz: "Enclosing the Global Commons: Global Environmental Negotiations in a North-South Conflictual Approach", en Bhaskar and Glyn (coords.): *The North, the South and the Environment. Ecological Constraints and the Global Economy*, London, 1995, p.118 ss.

implicaciones políticas y de equidad, pues se pretende resituar (cuando no desplazar) la responsabilidad principal en el cambio climático. En primer lugar, en lo que hace a las emisiones de gases de efecto invernadero, poniendo el acento no sólo en el dióxido de carbono (del que EEUU es el principal emisor, porcentualmente y per cápita), sino también en el metano (las emisiones de dióxido de carbono son algo más de seis veces mayores que las emisiones de metano en EEUU; por el contrario, en India, las emisiones de metano son dos veces mayores que las de dióxido de carbono). El dióxido de carbono permanece en la atmósfera entre 50 y 150 años y el metano, aunque tiene un PCA más elevado, permanece aproximadamente 3 años. El control del ciclo del metano podría esperar. Los investigadores de Nueva Delhi (CSE) basaban su crítica a la inclusión del metano entre los gases de efecto invernadero (propuesta del WRI) en un argumento ético: la emisión de metano es una necesidad (alimentación) y la emisión de dióxido de carbono es un lujo (industria y transporte), en particular en los países menos desarrollados de entre los países en desarrollo (no los países de nueva industrialización) y sus ciudadanos (no sus élites)[39].

En segundo lugar, poniendo el acento en las emisiones netas, y no las emisiones brutas[40], y proponiendo una asignación sesgada de los sumideros (no sobre la base de una fórmula per cápita, sino sobre la base de una fórmula proporcional a las emisiones brutas), en particular los situados más allá de la jurisdicción de los Estados. El resultado es impactante: la contribución del Sur es casi equivalente a la contribución del Norte (incluidos los antiguos países socialistas), siendo los principales contaminadores EEUU, países de la antigua URSS, Brasil, China e India. El informe del CSE critica esa injusta distribución de sumideros, pues implica que se beneficie a los que más contaminan y, por el contrario, se perjudique a los más pobres, los menos desarrollados y menos responsables de la contaminación actual y que más probablemente incrementarán su población, que, además, tendrán menos posibilidades de incrementar sus emisiones. La crítica de los investigadores de Nueva Delhi se dirigía principalmente a la distribución de los sumideros de dióxido de carbono entre los distintos países: se proponía un criterio más equitativo basado en una distribución proporcional a la población actual (fórmula per cápita). De este modo, la estructura de las emisiones netas cambia completamente, y consecuentemente la distribución de la carga que implica hacer frente al cambio climático. Por último, en tercer lugar, poniendo el acento en las emisiones de dióxido de carbono provinientes de la deforestación y, en general, en la contribución al cambio climático de la degradación de sumideros se responsabiliza a países como Brasil o Malaisia y se les señala para que adopten medidas para la protección y mejora de los sumideros.

Por otra parte, como expuse anteriormente, la importancia de la (previsible) contribución futura reside en complementar la influencia (si no constituir su componente principal) que adquiere el Sur por la preocupación ecológica del Norte. Esa previsible contribución futura al cambio climático se traduce, en efecto, en el interés/necesidad de los países industrializados de incorporar a los países en desarrollo en los esfuerzos de cooperación. De lo contrario, el fracaso en la promoción de formas más sostenibles de desarrollo económico en el Sur, en particular en los países en desarrollo más poblados (China, India, Indonesia), socavaría muchas de las medidas destinadas a hacer frente al cambio climático adoptadas por el Norte (por ejemplo, si las emisiones de dióxido de carbono de China e India alcanzaran los niveles de EEUU, las emisiones mundiales se triplicarían).

2.2.2 *La negociación trasciende el conflicto Norte-Sur: los efectos (adversos) del cambio climático*

En función de los (previsibles) efectos del aumento sustancial de las concentraciones de gases de efecto invernadero en la atmósfera, de la intensificación del efecto invernadero y del calentamiento adicional de la superficie y la atmósfera de la Tierra (principalmente la

[39] Esta crítica al "enfoque integral" (o *comprenhensive approach*) tendrá eco en el seno del CIN (véase *infra*).
[40] Las emisiones netas son las emisiones por fuentes menos la absorción por sumideros.

elevación de la temperatura 0.3 grados C por década, es decir, entre 1.5 grados C y 4 grados C dentro de 100 años, con la mejor estimación en torno a los 3 grados C y, como consecuencia, elevación del nivel del mar entre 50 y 60 cm.), existen distintas percepciones de la amenaza del cambio climático. Unos Estados perciben el cambio climático como una amenaza directa e inmediata: los países insulares (países AOSIS[41]) y costeros, y los países africanos amenazados por la sequía y la desertificación. Los países AOSIS no ejercieron tanta influencia en las negociaciones como el número de Estados interesados hubiera sugerido, pero no obstante emergieron como una fuerza política y alcanzaron muchos de sus objetivos originales. Otros Estados, por el contrario, tienen menos incentivos para la cooperación: por ejemplo, los países donde se espera que varíe poco la temperatura (incluso se llega a advertir que algunos Estados se beneficiarían del cambio climático, porque la elevación de la temperatura sería más pronunciada en el zonas cercanas a los polos, y menos en las zonas próximas al ecuador) o donde los costes de adaptación serían menores, bien porque no están tan amenazados por los efectos adversos, bien porque tienen mayor capacidad para adaptarse.

2.2.3 *Y las cargas socio-económicas de las medidas de respuesta al cambio climático*

Para la distribución de los costes de las medidas necesarias para hacer frente al cambio climático, en particular las limitaciones cuantitativas de las emisiones y la protección y mejora de los sumideros, sería relevante, desde una perspectiva socio-económica, la correlación entre los costes de la eliminación de las causas y los beneficios (prevención de riesgos), por una parte, y por otra, la correlación entre los costes de prevención/mitigación del cambio climático (medidas apropiadas en los sectores energético y de transportes, agricultura, etc.) y los costes de adaptación al cambio climático. En este sentido, habría que distribuir los costes y beneficios económicos y sociales que habrían de surgir por la necesidad de abandonar formas tradicionales de desarrollo caracterizadas por elevados niveles de empleo de energía, la explotación intensiva de recursos naturales y la contaminación extensiva.

A. Mitigación y adaptación. Análisis económicos y crítica

Desde determinados ámbitos económicos occidentales se arguye que el (posible) impacto del cambio climático sería pequeño en los países industrializados, mientras que la reducción radical de las emisiones de gases de efecto invernadero sería enormemente costosa. Además, los países industrializados estarían mejor capacitados -en términos tecnológicos, económicos y sociales- para adaptarse al cambio climático. De ahí que, para algunos economistas, el impacto económico del cambio climático a duras penas justifica la alarma creada y, desde luego, no sugiere la adopción de medidas drásticas[42].

Estos análisis económicos que propugnan «no hacer nada» son susceptibles de crítica[43]: en particular, porque subestiman los costes en el Norte de una crisis en el Sur (por ejemplo, migraciones[44]); sobreestiman los costes de la prevención del efecto invernadero; y aplican una "tasa de descuento" que es aceptable para las actuales preferencias de un individuo, pero no tanto entre generaciones presentes y futuras.

(41) *Association of Small Island States.*

(42) Desde esta perspectiva económica, en primer lugar, a diferencia del cálculo de una reducción necesaria del 60% de las emisiones de dióxido de carbono para estabilizar la composición de dióxido de carbono de la atmósfera en su nivel actual, estimado por el IPCC, la cuestión del porcentaje de emisiones de gases de efecto invernadero (cuyo exceso está caracterizado por ser un tipo particular de "externalidad") que debe reducirse es una cuestión de los relativos costes y beneficios de cursos de acción alternativos. Y, a la luz de la información disponible actualmente, una reducción de las emisiones de dióxido de carbono de esa magnitud excedería con mucho la que estaría justificada por los costes de dicha reducción en comparación con el daño producido de no llevarse a cabo tal reducción. En segundo lugar, el calentamiento global se caracteriza igualmente por la dimensión temporal y el problema asociado de la "tasa de descuento" apropiada; por las incertidumbres presentes y la teoría de la adopción de decisiones bajo incertidumbre; y, por último, por el aspecto internacional, dado que por definición el calentamiento global afecta a todos los países y es un fenómeno al que todos los países contribuyen (W. Beckerman: "Global Warming and International Action: An Economic Perspective", en A. Hurrel and B. Kingsbury: *The International Politics of the Environment, op. cit.*, p. 253 ss.)

(43) A. Liepietz: "Enclosing the Global Commons...", *op. cit.*, p.118 ss.

(44) Las iniciativas adoptadas por los países CE se explican en parte por su sensibilidad a las responsabilidades de su liderazgo para con los países en desarrollo, pero también por los peligros que se ciernen sobre sus fronteras meridionales respecto de desórdenes demográficos y geográficos.

B. Limitación o reducción de emisiones de gases de efecto invernadero y protección y mejora de los sumideros

La carga de las limitaciones cuantitativas de las emisiones de los diferentes tipos de gases de efecto invernadero sería desproporcionada de unos países a otros: así, por ejemplo, las limitaciones de emisiones de dióxido de carbono serían con probabilidad desproporcionadamente onerosas para EEUU o Canadá, países con poca densidad de población que dependen (y disponen) en gran medida de los combustibles fósiles, y para los países OPEP; por el contrario, las limitaciones de emisiones de óxido nitroso y metano afectarían más, aunque también en diferentes grados, a los Estados cuyas economías dependen en gran medida del sector primario.

En relación con los costes de las medidas apropiadas para hacer frente al cambio climático, la predisposición de los países industrializados a adoptar limitaciones cuantitativas es correlativa a sus respectivos niveles de consumo de energía per cápita, emisiones de dióxido de carbono y eficiencia energética en relación con los gases de efecto invernadero: en este sentido, de mayor a menor predisposición encontraríamos, en primer lugar, a Suiza, Suecia y Francia, despúes a otros países escandinavos, Canadá, Bélgica, Alemania y Japón, y, por último, EEUU, Reino Unido y España. La eficiencia de su producción y consumo energéticos en términos de gases de efecto invernadero habilita a Suiza, los países escandinavos, Japón y los países de la CE (menos en el caso de Reino Unido y España, englobados no obstante en la llamada "burbuja medioambiental" comunitaria) para aplicar limitaciones cuantitativas. Algunos de estos países (antiguos países EFTA, Francia) pueden incrementar su eficiencia energética en términos de gases de efecto invernadero más rápidamente que su producción de energía. Entre los países industrializados, EEUU emerge sin embargo como país más reacio a adoptar medidas drásticas (limitaciones cuantitativas) para hacer frente al cambio climático, puesto que, como en los países del antiguo bloque soviético, la R. de Sudáfrica y China, o en las petromonarquías, el bienestar en EEUU es correlativo a las emisiones de gases de efecto invernadero. Si aceptáramos como criterio global de desarrollo sostenible el equilibrio entre las emisiones antropogénicas de gases de efecto invernadero y la capacidad de absorción de los sumideros, y si consideráramos una población mundial de 10.000 millones en 2040, el promedio sostenible de emisiones sería de 500 kg. de carbón per cápita. Es decir, diez veces menos de lo que sólo EEUU produce en la actualidad.

Por otra parte, las limitaciones y reducciones de gases de efecto invernadero plantean un problema adicional: el de los probables criterios para cuantificar las limitaciones y reducciones. La fórmula per cápita[45] y/o la fórmula PIB[46] plantean un dilema: por un lado, si se tomara uno u otro criterio como base, los países que tienen un porcentaje de emisiones muy superior a la media (por ejemplo, EEUU) deberían reducir sus emisiones sustantivamente, lo que sería políticamente poco factible; por otro, si el objetivo se establece para hacerlo aceptable a los EEUU, las emisiones globales se incrementarían sustantivamente, porque los Estados con bajos porcentajes de emisiones lo incrementarían hasta los niveles de EEUU. De ahí que la práctica internacional (por ejemplo, Protocolo de Montreal) tienda a recoger la fórmula país por país[47] y niveles históricos o actuales de emisiones.

En fin, como también señalé anteriormente, si se tienen en cuenta las emisiones de dióxido de carbono provinientes de la deforestación y, sobre todo, la contribución al cambio climático de la degradación de sumideros, la carga de las medidas necesarias para hacer frente al cambio climático sería desproporcionada para países como Brasil o Malaisia, en cuyos territorios se encuentran las mayores reservas forestales aún existentes y que representan la principal fuente de riqueza de dichos países.

(45) Este criterio expresa un principio equitativo: favorece a países con mucha población en relación a sus emisiones, tanto países en desarrollo (por ejemplo, India) como países que emplean combustibles no fósiles, como la hidroelectricidad y la energía nuclear (por ejemplo, Francia).

(46) Este criterio prima la eficiencia energética (y económica): favorecería a los países que emplean la energía eficientemente (por ejemplo, Francia, Japón)

(47) Sin perjuicio de la posible cooperación entre los Estados para el cumplimiento de sus compromisos cuantificados de limitación de emisiones.

IV. EL PROCESO DE NEGOCIACIÓN COMO PROCESO DE DISTRIBUCIÓN EQUITATIVA DE LAS CARGAS ECONÓMICAS Y SOCIALES: SOLUCIONES DE COMPROMISO

Los problemas globales del medio ambiente, y entre ellos el cambio climático, requieren una respuesta o solución global. Pero una solución realmente global debe incorporar el principio de equidad como nuevo elemento del campo normativo del Derecho Internacional; un principio que refuerza la legitimidad de las normas jurídicas y matiza el principio clásico de la reciprocidad de derechos y obligaciones[48]. La equidad y la reciprocidad no solo deben moldear los derechos y obligaciones asignados a los países del Norte, de un lado, y, de otro, los países del Sur, sino también entre los países industrializados y entre los países en desarrollo, estando dichos compromisos diseñados en función de la protección del sistema climático en beneficio de las generaciones presentes y futuras. En este sentido, la fase interministerial de la II Conferencia sobre el Clima Mundial fue incapaz de adoptar compromisos concretos, pero la Declaración final de la Conferencia subrayaba la necesidad de negociar cuanto antes una Convención marco y formulaba unas recomendaciones que tuvieron el consenso de todos los participantes. Estos principios de base son: la responsabilidad predominante de los países industrializados; la necesidad de proporcionar recursos financieros y tecnológicos a los países en desarrollo; el principio de precaución; y la importancia significativa de los bosques como sumideros de gases de efecto invernadero. La Conferencia detectó, no obstante, los obstáculos que imposibilitaban el consenso: implicaciones económicas del cambio climático; incertidumbre científica sobre los gases de efecto invernadero y su influencia sobre el clima global; y un cierto desinterés de la opinión pública. En este contexto se iniciaron las negociaciones formales.

1. OBJETIVO, PRINCIPIOS Y COMPROMISOS

En el transcurso de las negociaciones se aceptaron tres presupuestos de base, incorporados en el párrafo 3 del Preámbulo de la CMNUCC: a. La mayor parte de las emisiones históricas y actuales de gases de efecto invernadero han tenido su origen en los países desarrollados; b. Las emisiones per cápita en los países en desarrollo son todavía relativamente reducidas; y c. La proporción del total de emisiones originadas en los países en desarrollo aumentará para permitirles satisfacer a sus necesidades sociales y de desarrollo.

Admitidos esos presupuestos, el principal debate entre los países desarrollados y los países en desarrollo se centró pues en la transferencia de recursos financieros y tecnológicos. Los países desarrollados aceptaron desde un principio el deber de transferir recursos financieros y tecnológicos; pero sus transferencias financieras deben mirar hacia el futuro y no hacia el pasado, es decir, pagan porque tienen mayor capacidad para pagar y no por su responsabilidad histórica.

Los países desarrollados acordaron igualmente tomar la iniciativa para combatir el cambio climático y sus efectos adversos, y abandonaron la exigencia de que la obligación de proporcionar recursos financieros requeriría compromisos de los países en desarrollo de reducir emisiones y proteger y mejorar sumideros.

1.1. Régimen asimétrico de obligaciones

La CMNUCC recoge el principio de las responsabilidades comunes pero diferenciadas y de las respectivas capacidades (Preámbulo y art. 3.1), incorporado también a la Declaración de Río (principio 7), y, conforme al mismo, el artículo 4 de la CMNUCC plantea un régimen asimétrico de obligaciones y derechos. Un régimen asimétrico que posteriormente ha sido confirmado en el Protocolo de Kioto.

1) La obligación de adoptar medidas relativas a las limitaciones de emisiones y la

[48] Th.M. Franck: "Ozone Depletion and Global Warming: Instances of Fairnes in International Law", *op. cit.*, p.849 ss.; J.M. Pureza: "El medio ambiente como patrimonio común de la humanidad", *cit.*, y "Direito Internacional e Globalização...", *cit.*

protección y mejora de sumideros se asigna a las partes desarrolladas del Anexo I (art. 4.2 CMNUCC), ofreciéndose flexibilidad a los países en proceso de transición a una economía de mercado (art. 4.6 CMNUCC), mientras que tan sólo se reservan unas obligaciones generales como régimen uniforme para todas las partes (art. 4.1 CMNUCC).

El Protocolo de Kioto ha venido a precisar y cuantificar la obligación de los países desarrollados (arts. 2 a 9, en particular art. 3) y, haciendo mención al principio de las responsabilidades comunes pero diferenciadas y las prioridades, objetivos y circunstancias concretos de si desarrollo nacional y regional, simplemente reafirma los compromisos de todas las partes (art. 10).

2) Las partes desarrolladas del Anexo II se obligan a proporcionar recursos financieros y tecnológicos a los países en desarrollo (párrafo 3 del art. 4 CMNUCC), en particular a los países menos adelantados (párrafo 9 del art. 4 CMNUCC). Por un lado, los "gastos convenidos"[49] para cumplir las obligaciones asumidas por los países en desarrollo (párrafo 3 del art. 4 CMNUCC): deben ser recursos "nuevos y adicionales" y significar una corriente de fondos "adecuada y previsible". La importancia de esta obligación se pone de manifiesto por el condicionamiento a la misma del cumplimiento de las obligaciones asumidas por los países en desarrollo (art. 4.7 CMNUCC). Por otro, transferencia de recursos para hacer frente a los costos que entrañe su adaptación a los efectos adversos del cambio climático (art. 4.4 CMNUCC).

El artículo 11 del Protocolo de Kioto contempla en los mismos términos esta obligación, en particular en su párrafo 2. Además, se prevé que la Conferencia de las Partes del Protocolo se asegure que una parte de los fondos procedentes de las actividades de proyectos certificadas en el marco del "mecanismo de desarrollo limpio" se utilice para cubrir los gastos administrativos y ayudar a las partes que son países en desarrollo particularmente vulnerables a los efectos adversos del cambio climático a hacer frente a los costos de la adaptación (art. 12.8 del Protocolo).

Por otra parte, los países en desarrollo propusieron en el CIN la creación de un nuevo mecanismo financiero bajo la autoridad colectiva de las Partes, mientras que para los países desarrollados el "Fondo Mundial para el Medio Ambiente" ("GEF" en las siglas inglesas[50]) serviría como mecanismo financiero de la Convención. La solución de compromiso se recoge en los artículos 11 y 21.3 CMNUCC: mecanismo financiero bajo la dirección de la CP y gestionado provisionalmente -en tanto se negocia el mecanismo definitivo- por el GEF.

El Protocolo de Kioto contempla que las partes del Anexo II también podrán facilitar, y los países en desarrollo podrán obtener, recursos financieros por conductos bilaterales o regionales o por otros conductos multilaterales (art. 11.3).

3) Las partes desarrolladas del Anexo II tomarán todas las medidas posibles para promover, facilitar y financiar la transferencia de tecnologías y conocimientos prácticos ambientalmente sanos, o el acceso a ellos, a otras partes, especialmente los países en desarrollo, a fin de que puedan aplicar las disposiciones de la Convención (art. 4.5 CMNUCC) y el art. 10 del Protocolo (párrafo 1 del art. 11 del Protocolo de Kioto).

4) Al llevar a la práctica sus compromisos, y de conformidad con el párrafo 8 del artículo 4 CMNUCC y el párrafo 1 del artículo 11 del Protocolo de Kioto, todas las partes estudiarán a fondo las medidas necesarias (inclusive financiación, seguros, y transferencia de tecnología) para atender a las necesidades y preocupaciones específicas de las partes que son países en desarrollo derivadas de los efectos adversos del cambio climático (por ejemplo, países insulares pequeños o países con zonas expuesas a la sequía y a la desertificación) o del

[49] El párrafo 3 del art. 4 CMNUCC se refiere a totalidad de los gastos convenidos que efectúen las partes que son países en desarrollo para cumplir sus obligaciones de transmisión de información relacionada con la aplicación (art. 12.1) y la totalidad de los gastos adicionales convenidos resultantes de la aplicación de las medidas establecidas en el párrafo 1 del art. 4 y que se hayan acordado entre una parte que es un país en desarrollo y la entidad internacional o las entidades internacionales a que se refiere el art. 11.

[50] *Global Environmental Facility*. El Fondo Mundial para el Medio Ambiente fue creado conjuntamente por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, el PNUMA y el Banco Internacional de Reconstrucción y Desarrollo (Banco Mundial).

impacto de la aplicación de las medidas de respuesta (por ejemplo, países cuyas economías dependen en gran medida de los ingresos generados por la producción, el procesamiento y la exportación de combustibles fósiles y productos asociados de energía intensiva, o de su consumo)[51]. De conformidad con el párrafo 10 del artículo 4 de la CMNUCC, tomarán en cuenta la situación de las partes, en especial las partes que son países en desarrollo, cuyas economías sean vulnerables a los efectos adversos de las medidas de respuesta a los cambios climáticos, en especial los países cuyas economías dependen en gran medida de los ingresos generados por la producción, el procesamiento y la exportación de combustibles fósiles y productos asociados de energía intensiva, o de su consumo, o del uso de combustibles fósiles cuya sustitución les ocasione srias dificultades.

1.2 Limitaciones cuantitativas (i): enfoque integral vs. enfoque sectorial

Partiendo del régimen asimétrico de obligaciones y derechos entre los países en desarrollo y los países desarrollados, existía acuerdo relativo a la pertinencia del principio de cautela (art. 3.3 CMNUCC). Pero entre los países desarrollados, los países CE y EFTA, por una parte, y, por otra, EEUU, deducían distintas conclusiones de la aplicación de dicho principio.

Para la CE y los países EFTA, los países desarrollados (OCDE) debían estabilizar en los niveles de 1990 las emisiones totales de dióxido de carbono provinientes de los sectores energético y de transportes para el año 2000 ("enfoque sectorial"). Los países en desarrollo podrían incrementar sus emisiones, con el compromiso de incrementar su eficiencia energética. Sin embargo, EEUU propuso un "enfoque integral"[52], argumentando el carácter prematuro de las limitaciones cuantitativas; el interés de las emisiones de todos los gases de efecto invernadero (no sólo dióxido de carbono), provinientes de todos los países (no sólo de los países desarrollados) y de todas las fuentes o sectores (no sólo energético y de transportes), incluida la deforestación; y el interés de la absorción por los sumideros. La esencia[53] y los fundamentos[54] del enfoque integral fueron razonablemente aceptados en el seno del CIN, pero dicho enfoque retrasaría notablemente la adopción de compromisos cuantificados de limitación de emisiones.

1.3 Limitaciones cuantitativas (ii): del acuerdo "imposible" (1992) al Protocolo de Kioto (1997)

La solución de compromiso entre el enfoque sectorial y el enfoque integral recogida en la CMNUCC fue considerada inadecuada desde la CP.1, por lo que las negociaciones prosiguieron hasta la adopción del Protocolo de Kioto.

1.3.1 *La negociación hasta Río*

El enfoque integral fue apoyado en el CIN por EEUU, Canadá, Australia, Nueva Zelanda y muchos de los países nórdicos. Aunque era considerado poco equitativo por las delegaciones de algunos países en desarrollo[55], las delegaciones aceptaron en general las ventajas teóricas del enfoque integral y éste recibió

(51) Países insulares pequeños; países con zonas costeras bajas; países con zonas áridas y semiáridas, zonas con cobertura forestal y zonas expuestas al deterioro forestal; países con zonas propensas a los desastres naturales; países con zonas expuestas a la sequía y a la desertificación; países con zonas de alta contaminación atmosférica urbana; países con zonas de ecosistemas frágiles, incluidos los ecosistemas montañosos; países cuyas economías dependen en gran medida de los ingresos generados por la producción, el procesamiento y la exportación de combustibles fósiles y productos asociados de energía intensiva, o de su consumo; y los países sin litoral y los países en tránsito.

(52) La literatura jurídica norteamericana es abundante sobre este planteamiento. Entre otros, véanse L. Gurusnamy: "Global Warming: A Comprehensive Approach", *Transnat'l L. & Contemp. Probs.*, 2 (1992), p. 113 ss., y "A True Comprehensive Approach", *Ariz. J. Int'l & Comp. L.*, 9 (1992), p. 115 ss.; y R. Stewart and J. Wiener: "The Comprehensive Approach to Global Climate Policy: Issues of Design and Practicality", *Ariz. J. Int'l & Comp. L.*, 9 (1992), p. 83 ss.

(53) Una completa contabilidad las influencias antropogénicas en el cambio climático, y su contribución relativa al efecto invernadero, por una parte, y, por otra, flexibilidad para adoptar las medidas más rentables.

(54) La fundamentación es triple. Desde el punto de vista medioambiental, la respuesta debe ser tan amplia como el problema y debe evitarse el "desplazamiento" de la actividad económica contaminante (por ejemplo, del dióxido de carbono al metano). Desde una perspectiva económica, la flexibilidad permite a cada Estado seleccionar la combinación de controles de fuentes y sumideros que son más rentables para alcanzar la estabilización o la limitación de emisiones de gases de efecto invernadero (efectividad costes-beneficios de las medidas de respuesta). Y desde una perspectiva política, la rentabilidad económica y social facilitaría el acuerdo sobre limitación de emisiones de gases de efecto invernadero.

(55) Para esas delegaciones, las emisiones de dióxido de carbono no son camparables a las emisiones de metano provinientes de la agricultura de subsistencia, porque éstas son "emisiones de subsistencia" y no pueden controlarse sin causar daños sociales y económicos irreparables.

expresamente una favorable acogida en el Preámbulo (pará. 18) y el artículo 3.3, e implícitamente en el artículo 4 CMNUCC... No obstante, suscitó algunas divergencias entre los Estados.

En primer lugar, entre los mismos promotores del enfoque integral no existía acuerdo sobre la inclusión o no de gases de efecto invernadero controlados por otros tratados internacionales, en particular por el problema de la "doble contabilidad"[56]. En este sentido, EEUU era partidario de incluir los CFCs, pero finalmente -y tras las nuevas revelaciones científicas en el seno del IPCC[57]- el artículo 4 CMNUCC excluye los gases de efecto invernadero controlados por el Protocolo de Montreal.

En segundo lugar, unos países eran partidarios de considerar las emisiones netas (EEUU, CANZ, Finlandia, y Brasil), mientras que otros defendían la contabilización de las emisiones brutas (Suiza, Alemania, Austria[58]). La Convención no se pronuncia expresamente sobre emisiones brutas o netas: se refiere varias veces como un todo a "las emisiones antropógenas por las fuentes y la absorción por los sumideros", pero cuando establece el compromiso/no compromiso de los apartados a) y b) del párrafo 2 del artículo 4 sólo se refiere a «emisiones». Desde luego, la Convención tampoco se pronuncia sobre las propuestas de la India de distribuir los sumideros globales sobre una base per cápita[59] o de los países insulares del Pacífico de atribuir a los Estados los sumidores ubicados en sus zonas económicas exclusivas. Por tanto, el CIN no resolvió estas cuestiones y, en definitiva, declinó aceptar el principio propuesto de que los Estados tienen igual derecho a los sumideros oceánicos (y no trató posibles criterios de distribución) y rechazó la propuesta de definir con más precisión los sumideros.

En tercer lugar, los Estados occidentales que presionaron para la adopción de un enfoque sectorial, argumentando que el enfoque integral era poco factible debido a las incertidumbres sobre las fuentes, los sumideros y el PCA de los gases de efecto invernadero distintos del dióxido de carbono. Entre los países en desarrollo, los países OASIS suscribieron la propuesta de la CE, mientras que los países OPEP pusieron en cuestión incluso la necesidad de estabilizar o reducir las emisiones de los países desarrollados, en particular las emisiones de dióxido de carbono. No obstante el fracaso del liderazgo de la CE[60], y debido a las incertidumbres científicas, en el CIN nunca fue considerada seriamente la estabilización o reducción de emisiones de gases de efecto invernadero distintos del dióxido de carbono, excepto quizás el metano, y la protección y mejora de los sumideros[61].

En la primavera de 1991, Reino Unido adoptó en el CIN un papel mediador entre las posiciones enfrentadas lideradas por la CE y por EEUU (el "enfoque integral por etapas"). Por su parte, otros países OCDE (como Japón) propusieron en junio de 1991 reducir el rigor de la formulación de los compromisos (desplegar "los mejores esfuerzos" para la limitación de emisiones). Finalmente, en mayo de 1992, de la mediación del Reino Unido surgió la propuesta aceptada y recogida en la Convención: la solución de compromiso consistió en un objetivo último de la Convención que no precisa niveles de

(56) En efecto, algunos países se oponían a la inclusión de los CFCs controlados por el Protocolo de Montreal para los cálculos integrales, porque contabilizar en relación con las medidas necesarias para hacer frente al cambio climático reducciones exigidas por el Protocolo de Montreal constituiría una "doble contabilidad".

(57) En el Suplemento del I Informe del IPCC (1992) se reafirmaron las principales conclusiones contenidas en el I Informe, pero se advertía que probablemente el ritmo neto de calentamiento atmosférico sería menor que el predicho en 1990 por los efectos de los sulfatos y el agotamiento de la capa de ozono. El IPCC restó crédito en 1992 a la importancia a corto plazo de los CFCs (CFC-11, CFC-12 y HCFC-22) como gases de efecto invernadero; sin embargo, su importancia como gases de efecto invernadero no ha sido definitivamente descartada a más largo plazo.

(58) Para estos países, centrarse en emisiones netas, como en general el enfoque integral, sería bueno en teoría pero poco factible por el momento debido a las incertidumbres relativas a la absorción de gases de efecto invernadero por los sumideros.

(59) De este modo, India tendría unas emisiones netas negativas debido a su abundante población y sus relativamente bajas emisiones.

(60) Las principales razones para este fracaso serían, de una parte, que el enfoque sectorial expresa la superioridad ecológica del paradigma tecnológico de Japón y Europa del Norte (Francia, Alemania y los países escandinavos), pero dicha superioridad aún no se traduce en un liderazgo político que pueda llevar a EEUU a aceptar un compromiso contrario a sus intereses. Si se quería que la Convención fuera aceptada por los principales emisores de dióxido de carbono (en particular EEUU), la propuesta de la CE no podía ser incluida en la misma. De otra, la debilidad interna de la propuesta CE, con la diferencia entre el Norte ecológico, de un lado, y, de otro, la periferia atlántica y mediterránea.

(61) La Declaración de Noordwijk, relativa a los sumideros, propuso el objetivo global de crecimiento forestal de 12 millones de hectáreas por año al comienzo del siglo XXI... Este objetivo es políticamente inviable porque el mayor impacto recaería sobre los países en desarrollo, en cuyo territorio están la mayor parte de los bosques.

estabilización[62] ni plazos[63] para alcanzarla (art. 2), acompañado por un "cuasi"-objetivo" y un "cuasi"-plazo" (o "compromiso-no compromiso") asumidos por los países desarrollados (apartados a y b del párrafo 2 del art. 4)[64]. La lectura del párrafo 2 del artículo 4 puede hacerse, a un mismo tiempo, desde la óptica europea y norteamericana. El cumplimiento de estas ambiguas cuasi-limitaciones cuantitativas está, además, rodeado de flexibilidad para todos los países desarrollados[65], y en particular para los países desarrollados en proceso de transición a una economía de mercado[66].

1.3.2. *La etapa de transición*

La Convención previó expresamente el examen de la adecuación de los apartados a) y b) del párrafo 2 del artículo 4 por la CP.1[67]. Como quiera que el "compromiso" previsto en la Convención sólo alcanzaba hasta el año 2000 (amén de que no fueron respetados por los Estados concernidos y la CE), el primer período de sesiones de la CP adoptó la decisión 1/CP.1 ("mandato de Berlín"). En este sentido: concluye que los apartados a) y b) del párrafo 2 del artículo 4 no son adecuados; y acuerda iniciar un proceso de (re)negociación, teniendo en cuenta todos los gases de efecto invernadero, sus emisiones por fuentes y absorción por sumideros y todos los sectores relevantes, para reforzar los compromisos de los países desarrollados para limitar y reducir las emisiones de gases de efecto invernadero más allá del año 2000 (por ejemplo, año 2005, 2010 y 2020). Esta decisión se adopta en el bien entendido que de ningún modo se exigirían nuevos compromisos a los países en desarrollo, y que el proceso debía culminar tan pronto como sea posible en 1997, con vistas a que los resultados sean adoptadas por la CP.3.

La CE prosiguió el liderazgo ejercido en el CIN (y el Comité Preparatorio de la Conferencia de Río) en el seno del AGBM: propuso una reducción los niveles de 1990 en un 15% de las emisiones de dióxido de carbono, metano y óxido nitroso para el año 2010[68], con un objetivo intermedio del 7,5% en el año 2005[69], considerando que los países en desarrollo sólo deben vincularse a ese compromiso en una etapa ulterior. Los países en desarrollo en general (el Grupo de los 77, de los que Tanzania se erigió en portavoz, y China) apoyaron los objetivos de reducción propuestos por la CE, añadiendo un objetivo de reducción del 35% para el año 2020 y proponiendo la instauración de un fondo que

(62) "...lograr... la estabilización de las concentraciones de gases de efecto invernadero en la atmósfera a un nivel que impida interferencias antropógenas peligrosas en el sistema climático".

(63) "... debería lograrse en un plazo suficiente para permitir que los ecosistemas se adapten naturalmente al cambio climático, asegurar que la producción de alimentos no se vea amenazada y permitir que el desarrollo económico prosiga de manera sostenible".

(64) El CIN adoptó un lenguaje ambiguo en el art. 4.2. a) y b): "niveles... de emisiones antropógenas de dióxido de carbono y otros gases de efecto invernadero no controlados por el Protocolo de Montreal", sin especificar si los niveles de emisiones de gases de efecto invernadero deben considerarse colectivamente (enfoque integral) o individualmente (enfoque sectorial). No obstante, se singulariza el dióxido de carbono y se excluyen los gases de efecto invernadero controlados por el Protocolo de Montreal. El "cuasi-objetivo" establecido en el apartado b) se formula así: "con el fin de volver... a los niveles de 1990". Se establece que la finalidad toma como referencia a los niveles de 1990. Pero, ¿cómo interpretar el término "volver"? Volver y estabilizar no tienen el mismo significado. Un Estado podría hipotéticamente alegar que, una vez hubiera vuelto a los niveles de 1990, le estaría permitido incrementar las emisiones. El "cuasi-plazo" establecido en el apartado a) es aún más ambiguo: la Convención simplemente afirma que los países desarrollados reconocen que "el regreso antes de fines del decenio actual a los niveles anteriores..." contribuiría a modificar las tendencias a más largo plazo de las emisiones. Pero, ¿cuáles son los "niveles anteriores"? ¿Los niveles de 1990? En definitiva, como se cuestiona Bodansky ("The United Nations Framework Convention...", *op. cit.*, p. 451 ss.), ¿crea la Convención limitaciones cuantitativas obligatorias? El art. 4.2 expresa que los países desarrollados "adoptarán" políticas nacionales y "tomarán" las medidas correspondientes de mitigación del cambio climático, "limitando" sus emisiones antropógenas de gases de efecto invernadero y "protegiendo y mejorando" sus sumideros y depósitos de gases de efecto invernadero (apartado a) y que "presentarán" información acerca de esas políticas y medidas, así como acerca de las proyecciones resultantes con respecto a las emisiones antropógenas por las fuentes y la absorción por los sumideros de gases de efecto invernadero (apartado b). Pero el lenguaje de las "cuasi-limitaciones cuantitativas" es menos coercitivo: el cuasi-objetivo es considerado un "fin", y el cuasi-plazo es caracterizado con verbos más descriptivos que coercitivos, "demostrarán que", "están tomando", "reconociendo que", "contribuiría".

(65) El apartado a) del art. 4.2 precisa que deben tenerse en cuenta "las diferencias de puntos de partida y enfoques, estructuras económicas y bases de recursos de [los países desarrollados], la necesidad de mantener un crecimiento económico fuerte y sostenible, las tecnologías disponibles y otras circunstancias individuales, así como la necesidad de que cada [país desarrollado] contribuya de manera equitativa y apropiada a la acción mundial para el logro [del objetivo de la Convención]".

(66) Art. 4.6 CMNUCC.

(67) Apartado d) del párrafo 2 del art. 4, inspirado en el elogiado art. 6 del Protocolo de Montreal. La CP adoptará "medidas apropiadas, que podrán consistir en la aprobación de enmiendas a los compromisos estipulados en los incisos a) y b)". La Convención no precisa, sin embargo, si esas enmiendas pueden consistir en la aprobación de limitaciones cuantitativas más estrictas o menos rigurosas, o si para ello sería necesario la adopción de Protocolos.

(68) Consejo de Ministros de Medio Ambiente, 3 de marzo de 1997.

(69) Consejo de Ministros de Medio Ambiente, 19 y 20 de junio de 1997.

financie los esfuerzos de reducción de los países en desarrollo, alimentado por los países desarrollados que no cumplan los compromisos previamente marcados. No obstante, los 36 países OASIS sometieron a la CP.1 un proyecto de protocolo con la propuesta de reducción por los países desarrollados del 20% de emisiones de dióxido de carbono para el año 2005.

Sin adoptar una postura definitiva, países como Japón, EEUU y Australia hicieron un frente común a la posición europea, orientándose a objetivos de reducción muy inferiores, cuando no a una mera estabilización no vinculante: así, por ejemplo, Japón proponía una reducción del 5% de los niveles de 1990 en el período 2008-2012, y EEUU prentendía una estabilización de las emisiones de gases de efecto invernadero (no sólo dióxido de carbono, metano y óxido nitroso, sino también hidrofluorocarbono o HFC, perfluorocarbono o PFC y hexafluoruro de azufre) entre el 2008 y el 2010 al mismo nivel de 1990, aunque posteriormente se manifestó dispuesto a aceptar un compromiso directamente proporcional a lo que el resto de países estén dispuestos a aceptar.

1.3.3 *El Protocolo de Kioto*

La CP.3 adoptó finalmente el Protocolo a la CMNUCC, estableciendo un sistema de "canasta de gases" que incluye, por un lado, al dióxido de carbono, óxido nitroso y metano, y, por otro, a los denominados gases industriales de larga duración: HFC (hidrofluorocarbonos), PFC (perfluorocarbonos) y SF6 (hexafluoruro de azufre), El Protocolo prevé una media de reducción de emisiones de gases de efecto invernadero por los países desarrollados del 5,2% de los niveles de 1990[70] para el año 2010. Más precisamente, para el (primer) período de compromiso (años 2008-2010) se prevé una reducción del 8% para los países miembros de la UE[71] y la mayoría de los países del Este y el Centro de Europa, de un 7% para EEUU, de un 6% para Japón y Canadá, mientras que estabilizan sus emisiones Nueva Zelanda, Rusia y Ucrania, y pueden incrementarlas Noruega (1%), Australia (8%) e Islandia (10%).

1.4 Limitaciones cuantitativas (iii): la eco-tasa y las actividades de aplicación conjunta

¿Cuáles son los instrumentos a disposición de los Estados para permitir el cumplimiento de las obligaciones de reducción de emisiones? Entre las posibles medidas nacionales, se barajan la regulación directa; la propiedad o gestión pública de los recursos; los impuestos (eco-tasa), los permisos de emisión negociables, los subsidios, etc. Dos de estas medidas (eco-tasa y sistemas de aplicación conjunta) han sido discutidas en el marco de la negociación sobre cambio climático. La eco-tasa era la opción que propugnaba la CE; los sistemas de aplicación conjunta, y en concreto los permisos negociables de emisión, están en el ámbito de intereses de los EEUU y tienen como precedente la "racionalización industrial" prevista en los artículos 2.5 y 2.8 a) del Protocolo de Montreal enmendado.

1.4.1 *La eco-tasa*

El establecimiento de un impuesto (o eco-tasa) es uno de los instrumentos económicos que pueden facilitar reducciones rentables de emisiones: la imposición podría medirse en equivalencia de dióxido de carbono, teniendo en cuenta el PCA de los distintos gases de efecto invernadero, y aplicarse directamente sobre los gases, las fuentes o los sumideros. El debate sobre la eco-tasa adquiere trascendencia internacional desde el momento que se propone su definición multilateral.

No obstante, el establecimiento de dicha tasa plantea dos tipos de problemas, unos directos y otros indirectos. En primer lugar, su adaptación a las diversas circunstancias nacionales. Pero también la preferencia de muchos países por otras medidas nacionales para alcanzar sus objetivos de reducción de emisiones (por ejemplo, regulación directa, derechos de emisión negociables, control del Estado sobre los recursos). En segundo lugar, el destino y control

(70) Es posible tomar los niveles de 1995 para los HFC, PFC y hexafluoruro de azufre

(71) La Comisión de las CCEE pretende que la UE siga desempeñando un papel clave, por lo que propone una reducción unilateral superior. No obstante, dos países candidatos a la adhesión (Hungría y Rumanía) no suscriben las posiciones de los países miembros de la UE.

de los ingresos. ¿Control por una autoridad internacional? En el marco de la CE, donde principalmente se ha discutido y se discute el establecimiento de la eco-tasa, la propuesta tiende a que cada país controle los ingresos resultantes por ellos recaudados en concepto de eco-tasa.

De cualquier modo, las medidas adoptadas para combatir el cambio climático, y en particular la eco-tasa, incluidas las medidas unilaterales, no deberían constituir un medio de discriminación arbitraria o injustificable ni una restricción encubierta al comercio internacional (párrafo 5 del art. 3 CMNUCC).

1.4.2 *Las actividades de aplicación conjunta*

Por otra parte, EEUU subordinaba las negociaciones de Kioto a los acuerdos de intercambio de emisiones y la aplicación conjunta por parte de los países desarrollados y los países en desarrollo, mientras que para la CE esos acuerdos debían ser abordados en una etapa ulterior y como instrumentos para complementar (no sustituir) los compromisos de los países desarrollados.

El presupuesto de partida para la admisibilidad de las actividades de aplicación conjunta es el siguiente[72]: puesto que los gases de efecto invernadero permanecen en la atmósfera durante cierto tiempo y se desplazan globalmente, lo que importa es reducir, y no tanto dónde se reducen las emisiones totales de esos gases. De ahí que su razón de ser sea la rentabilidad[73], lo que facilitaría la adopción de un acuerdo internacional amplio sobre limitaciones (al reducir los costes de alcanzar unas determinadas limitaciones cuantitativas) y ayudaría a resolver dos problemas centrales: limitar las enormes contribuciones (futuras) de gases de efecto invernadero de los países en desarrollo, de una parte, y, de otra, proporcionar un modo efectivo y eficiente de transferir recursos financieros y tecnológicos de los países desarrollados a los países en desarrollo (a través del sistema de comercio de permisos de emisiones)[74].

Lógicamente, estas ventajas se potencian o tienen sentido en la medida en que su ámbito de aplicación englobe a los países en desarrollo[75]. Esto traería consigo, sin embargo, el peligro de la posibilidad de abusos o acuerdos fraudulentos y del eco-colonialismo[76]. Pero existen alternativas teóricas a estos riesgos: estipular el carácter suplementario de estas medidas; optar no por la venta sino por el alquiler de los permisos, limitando su duración o el porcentaje de permisos que pueden ser alquilados; o aplicar una tasa de descuento sobre las reducciones obtenidas a través de estas actividades en países en desarrollo. Por eso, la primera cuestión en el diseño de un sistema de actividades de aplicación conjunta es determinar su ámbito de aplicación: regional (por ejemplo, CE); entre países desarrollados (que asumen compromisos de limitación de emisiones y protección y mejora de sumideros); o universal, entre países desarrollados y países en desarrollo.

El diseño de ese sistema depende igualmente del criterio de limitación de las emisiones: bien sobre una base regional, estableciendo objetivos conjuntos, que se alcanzan colectivamente por un grupo de países (creando las llamadas "burbujas", en cuya virtud reposa el compromiso político de la CE de limitación de emisiones en el conjunto de la comunidad: la "burbuja comunitaria"); y/o bien sobre la base de emisiones país-por-país. De acuerdo con esta última fórmula son posibles dos sistemas: el sistema llamado de "derechos o permisos de emisión negociables" (o sistema de

(72) En general, véase S. Briceño y A.G. Chueca: "Las actividades de aplicación conjunta de la Convención marco sobre el Cambio Climático", *REDI*, 1995, p.101 ss.

(73) Debido a las diversas circunstancias nacionales, los costes de las medidas de reducción de emisiones puede variar sustancialmente de una país a otro. En este sentido, un estudio auspiciado por la OCDE basado en el objetivo de reducción por todos los países del 20% de emisiones de dióxido de carbono de los niveles de 1990 para el año 2020, señala que la flexibilidad para invertir en otros países permite una reducción del 40% de los costes económicos totales.

(74) El estudio de la OCDE muestra que, por ejemplo, China podría recibir 60.000 millones de dólares norteamericanos hasta el año 2020.

(75) Los países en desarrollo tienden a emplear la energía menos eficientemente y, en consecuencia, pueden alcanzar reducciones de emisiones más baratas.

(76) Por una parte, los países desarrollados podrían guiarse por la práctica poco equitativa de alcanzar todos sus objetivos en los países en desarrollo; y por otra, podrían acaparar todos los permisos de emisiones de los países en desarrollo y, sobre todo, las generaciones futuras de los países en desarrollo verían comprometido su futuro por la política de gobernantes poco escrupulosos.

créditos), que precisa la distribución de derechos de emisión (resolviendo problemas técnicos y políticos[77]) y la creación de un mercado de derechos de emisión; y el sistema de proyectos, bilaterales o multilaterales, en el que no hay un mercado libre de derechos o permisos de emisión sino proyectos de actividades que permiten la reducción de emisiones, de modo que un país podría alcanzar -al menos parcialmente- sus propios objetivos de emisiones a través de proyectos que acomete en otros países.

A. El CIN

En el transcurso de las negociaciones, Argelia (y parece que del Grupo de los 77) mantenía una tesis restrictiva de las actividades de aplicación conjunta, limitada a los países desarrollados; por el contrario, la propuesta de Noruega perseguía sacar el mejor provecho a las actividades de aplicación conjunta (rentabilidad y transferencia de recursos financieros y tecnológicos a los países en desarrollo) y, en este sentido, preveía un sistema de proyectos de actividades de ámbito universal. Para contrarrestar los peligros de abusos o ecocolonialismo, Alemania sugirió que a las unidades de reducción obtenidas por proyectos de reducción de emisiones en países en desarrollo se aplicara un descuento, de modo que se incitara a los países desarrollados a adoptar medidas nacionales de reducción de emisiones y que la aplicación conjunta sólo sería atractiva cuando la diferencia de costes excediera la tasa de descuento.

Dos mecanismos complementarios para promover la aplicación conjunta fueron discutidos en el CIN, pero ninguno fue adoptado. Por una parte, Noruega propuso la creación de un órgano ("cámara de compensación") que conectara proyectos de actividades de reducción de emisiones en los países en desarrollo con inversores o patrocinadores entre los países desarrollados y controlara y verificara la reducción de emisiones. Muchas delegaciones apoyaron esta propuesta, pero no fue incorporada a la Convención por falta de tiempo para su estudio y porque su inserción parecía prematura. Por otra, algunas delegaciones discutieron el establecimiento de un sistema de "derechos o permisos de emisión negociables"[78]. EEUU inicialmente apoyó esta idea, pero después adoptó una posición neutral porque tomó conciencia de que este sistema sólo tendría razón de ser si la Convención estableciera limitaciones cuantitativas de emisiones, a lo que EEUU se oponía abiertamente. Esta propuesta, más ambiciosa y compleja que la creación de una "cámara de compensación", no fue seriamente considerada para su inclusión en la Convención, puesto que el compromiso/no compromiso previsto en la Convención era demasiado ambiguo como base para los derechos de emisión negociables. Además, los países en desarrollo critican el sistema de créditos de base universal porque supondría la transferencia de contaminación mediante una simple operación económico-financiera.

No obstante, los proponentes de un sistema de aplicación conjunta prevalecieron en el CIN: de ahí su buena acogida -aunque tan sólo esbozada- en la Convención (art. 3.3; art. 4.2, apartados a y b; y art. 12.8). La inserción de una referencia en el artículo 3 permitiría interpretar que las actividades de aplicación conjunta pueden ser llevadas a cabo entre países desarrollados y países en desarrollo. Pero su referencia más precisa en el artículo 4.2 lleva a la interpretación de que sólo es posible entre países desarrollados (tesis de Argelia y el Grupo de los 77), incluso entre sólo los países incluidos en el Anexo II.

B. La decisión 5/CP.1

El art. 4.2 d) de la CMNUCC previó que la CP.1 adoptara criterios para la aplicación conjunta. Entre la adopción de la CMNUCC y la CP.1, tras la entrada en vigor de la Convención, el CIN celebró nuevas sesiones para preparar la CP.1. En la IX sesión del CIN se solicitó a la

(77) Técnicamente debe resolverse el problema de cuántos derechos o permisos de emisión se distribuirían; políticamente interesa a quién se atribuirían los derechos de emisión, es decir, ¿sobre qué base se distribuirían?: las opciones son distribuirlos en proporción a las emisiones actuales, en proporción inversa al consumo per cápita de combustibles fósiles, en proporción a la renta per cápita o sobre la base de un criterio per cápita.

(78) De acuerdo con este sistema, los Estados obtendrían inicialmente unos derechos de emisiones distribuidos de acuerdo con un criterio consensuado. Los Estados podrían entonces emitir el total o una parte del volumen de gases de efecto invernadero permitido, vendiendo o alquilando en el segundo supuesto sus derechos de emisión restantes. Este sistema permite la eficiencia (incitando reducciones donde es más rentable) y podría salvaguardar la equidad (a través de un criterio equitativo de distribución inicial de derechos de emisión: por ejemplo, per cápita).

Secretaría Provisional de la CMNUCC el estudio de un enfoque por etapas, comenzando por una etapa piloto o experimental, y de los objetivos, los criterios y los arreglos institucionales, para que la CIN pudiera examinarlo en sucesivas sesiones (X y XI sesiones).

La Secretaría Provisional elaboró dos documentos ("Asuntos relativos a los compromisos: criterios para la aplicación conjunta"): el primero (enero de 1994) limitaba las actividades a las partes del Anexo I y contemplaba un limitado papel de los órganos, en particular del órgano subsidiario de ejecución[79]; el segundo documento contemplaba la posibilidad de una base universal[80].

Sobre la base de las respuestas de las partes y del estudio de la Secretaría Provisional, se adoptó la decisión 5/CP.1, donde la CP decide establecer una etapa previa ("etapa experimental") para actividades de aplicación conjunta entre partes del Anexo I y, sobre una base voluntaria, con países que no sean partes del Anexo I que lo soliciten. En esta etapa previa, las actividades no pueden atribuir a ninguna de las partes en ellas créditos que reduzcan o limiten las obligaciones convencionales. Los criterios rectores para las actividades de aplicación conjunta serían: la voluntariedad; la compatibilidad con el desarrollo; la mensurabilidad de los resultados y su carácter beneficioso a largo plazo; y la adicionalidad de los recursos financieros aportados.

Entre los arreglos institucionales, el precedente instaurado por el Protocolo de Montreal enmendado limita la comunicación de informes a la Secretaría de la Convención de Viena de 1985, mientras que la decisión 5/CP.1 prevé la participación en esta etapa experimental de la CP, la Secretaría y los órganos subsidiarios.

C. El Protocolo de Kioto

Hoy día las actividades de aplicación conjunta siguen en la "etapa experimental". Sin embargo, sobre la base de la cuantificación de las limitaciones de emisiones, el Protocolo de Kioto diseña tres sistemas de actividades de aplicación conjunta:

1) Un sistema de transferencia y adquisición entre partes desarrolladas de "unidades de reducción de emisiones" resultantes de proyectos encaminados a reducir las emisiones antropógenas por las fuentes o incrementar la absorción antropógena por los sumideros en cualquier sector de la economía, a los efectos de cumplir los compromisos cuantificados de limitación (párrafos 10 y 11 del art. 3 y art. 6)[81].

2) Un sistema de transferencia y adquisición entre partes desarrolladas de "fracciones de cantidades atribuidas", es decir, derechos de emisión negociables (párrafos 10 y 11 del art. 3 y art. 17)[82].

3) Un sistema de adquisición por las partes desarrolladas de "unidades certificadas de reducción" en el marco de un "mecanismo de desarrollo limpio" (art. 3.12 y art. 17). El mecanismo tiene el propósito, de una parte, de ayudar a los países en desarrollo a lograr un desarrollo sostenible y contribuir al objetivo último de la Convención (beneficiándose de las actividades de proyectos que tengan por resultado reducciones certificadas de las emisiones) y, de otra, ayudar a las partes desarrolladas a dar

(79) Doc. A/AC.237/49.

(80) Doc. A/AC.237/66.

(81) Las transferencias y adquisiciones se prevén entre partes desarrolladas (que podrán autorizar a personas jurídicas a que participen, bajo la responsabilidad de la parte que autoriza), previo cumplimiento de las obligaciones previstas en los arts. 5 y 7, de modo que las unidades de reducción de emisiones se sumarán a la cantidad atribuida a la parte que las adquiera y se deducirá de la cantidad atribuida a la parte que las transfiera; la adquisición de unidades de reducción será suplementaria a las medidas nacionales; los proyectos deberán ser aprobados por las partes participantes; y permitirá una reducción de las emisiones por las fuentes, o un incremento de la absorción por los sumideros, que sea "adicional" a cualquier otra reducción u otro incremento que se produciría de no realizarse el proyecto; y la CP del Protocolo podrá establecer otras directrices para la aplicación de este sistema, en particular a los efectos de la verificación y presentación de informes.

(82) Las partes desarrolladas pueden participar en operaciones de comercio de derechos de emisión a los efectos de cumplir sus compromisos cuantificados de limitación de emisiones, de modo que las fracciones de cantidades atribuidas se sumarán a la cantidad atribuida a la parte que las adquiera y se deducirá de la cantidad atribuida a la parte que las transfiera; esas operaciones serán suplementarias de las medidas nacionales que se adopten para cumplir sus compromisos cuantificados de limitación y reducción de emisiones; y la CP determinará los principios, modalidades, normas y directrices pertinentes, en particular para la verificación, la presentación de informes y la rendición de cuentas en relación con el comercio de los derechos de emisión.

cumplimiento a sus compromisos cuantificados (conforme lo determine la CP del Protocolo)[83]

2. ESTRUCTURA INSTITUCIONAL Y CONTROL DE LA APLICACIÓN

Entre los países OCDE existía el acuerdo sobre la necesidad de institucionalización de un régimen internacional sobre cambio climático (reuniones periódicas de las partes; órganos científicos y de ejecución; sistema de informes; mecanismos para resolver cuestiones relativas al cumplimiento de la Convención). Asimismo, los países AOSIS presionaron para la creación de fuertes mecanismos institucionales y de aplicación.

Sin embargo, para los países en desarrollo semi-industrializados (India, China, Brasil), por una parte, la estructura institucional debería ser mínima (una CP y una Secretaría), porque los países en desarrollo como grupo no tienen los recursos y el personal necesario para una representación adecuada en otras instituciones; por otra, recelaban de las propuestas para establecer fuertes mecanismos de control, examen y cumplimiento, porque serían controlados por el Norte, que los usarían para criticar a los países en desarrollo e interferir en su derecho soberano al desarrollo.

La CMNUCC, finalmente, creó una CP como órgano supremo de la Convención (art. 7), auxiliado por órganos subsidiarios de asesoramiento científico y tecnológico y de ejecución, de composición intergubernamental y representación universal de las partes en la Convención (arts. 9 y 10), ejerciendo la Secretaría las funciones administrativas (art. 8). Estos mismos órganos se prevén en el Protocolo de Kioto, aunque aquellos que tienen composición intergubernamental sólo estarán integrados por representantes de los Estados partes en el Protocolo (arts. 13 a 15). Junto a estos órganos, se prevén mecanismos financieros cuyo diseño definitivo está aún sujeto a negociaciones (arts. 11 CMNUCC y 11 Protocolo), y el "mecanismo de desarrollo limpio" creado por el Protocolo de Kioto estará dirigido por una junta ejecutiva cuya composición tampoco se prevé en el Protocolo (art. 12).

El control de la aplicación de la CMNUCC y del Protocolo de Kioto se sustenta sobre la base del sistema de informes, cuyo examen es competencia de las respectivas CP, asesoradas por los órganos subsidiarios (arts. 4 y 12 CMNUCC y 7, 8 y 12 Protocolo[84]). Este sistema de informes será tanto más eficaz cuanto que se desarrolle una "cultura de la comunicación"[85] entre las Partes. Tanto la Convención cuanto el Protocolo prevén un "mecanismo consultivo multilateral" para la resolución preventiva de cuestiones relacionadas con la aplicación de la Convención (arts. 13 CMNUCC y 16 Protocolo) y el Protocolo prevé la creación de "procedimientos y mecanismos apropiados y eficaces para determinar y abordar los casos de incumplimiento de las disposiciones del Protocolo" (art. 18). Estos mecanismos deben facilitar el cumplimiento de los compromisos y el seguimiento de dicho cumplimiento, pero sus competencias y composición deben ser negociadas en el seno de las respectivas CP. Por último, ambos instrumentos prevén idéndicas disposiciones relativas al arreglo de controversias e igualmente debe negociarse la adopción de los Anexos previstos (arts. 14 CMNUCC y 14 Protocolo).

(83) Las unidades de reducción certificada de emisiones se agregarán a la cantidad atribuida a la parte que las adquiera, y las que se adquieran en el período comprendido entre el año 2000 y el comienzo del primer período de compromiso (2008) podrán utilizarse para contribuir al cumplimiento en el primer período de compromiso; la reducción de emisiones resultante de cada actividad de proyecto deberá ser certificada por las entidades operacionales que designe la CP del Protocolo sobre la base de: i) la participación voluntaria acordada por cada parte participante; ii) unos beneficios reales, mensurables y a largo plazo en relación con la mitigación del cambio climático; y iii) reducciones de las emisiones que sean adicionales a las que se producirían en ausencia de la actividad de proyecto certificada. Podrán participar en el mecanismo para un desarrollo limpio entidades privadas o públicas, tanto en las actividades de proyectos que tengan por resultado reducciones certificadas de las emisiones cuanto en la adquisición de unidades certificadas de reducción de emisiones, con sujeción a las directrices que imparta la junta ejecutiva del mecanismo.

(84) En el Protocolo de Kioto, la obligación de informar se contempla en el art. 7 y el examen de la información se encomienda a equipos de expertos (art. 8) en el marco del examen de las comunicaciones previstas en el art. 12 de la Convención. El equipo de expertos informa a la CP en calidad de reunión de las Partes en el Protocolo y ésta adoptará sobre cualquier asunto las "decisiones que sean necesarias" para la aplicación del Protocolo.

(85) W. Lang et H. Schally: "La Convention cadre sur les changements climatiques...", *op. cit.*, p.333.

3. DESPUÉS DE KIOTO

En noviembre de 1997 se reúne en Buenos Aires la CP.4 con el objetivo de fortalecer la aplicación de la CMNUCC y preparar la futura puesta en vigor del Protocolo de Kyoto[86]. A tale efectos, se adoptó el denominado "Plan de Acción de Buenos Aires", que incluye esencialmente cuestiones relativas a la financiación y a la transferencia de tecnología.

En lo referente a la financiación, este plan hace referencia al papel que debe cumplir el GEF y a su misión de proveer de fondos a países en desarrollo, teniendo en miras colaborar en la elaboración de programas nacionales sobre cambio climático que sean compatibles con los respectivos programas nacionales de desarrollo sostenible[87]. El GEF debe, en particular: apoyar la capacidad de evaluación de las tecnologías requeridas para alcanzar los compromisos de los países en desarrollo según la CMNUCC, así como la identificación de las fuentes y proveedores de dichas tecnologías[88]; promover el manejo por parte de los Estados no partes del Anexo I de dichas actividades y proyectos[89], y facilitar el intercambio y el acceso a la información tanto a nivel nacional como regional[90]. Asimismo se promovió una mayor efectividad del sistema y que el GEF simplifique y haga más expeditos sus procedimientos de aprobación e implementación de proyectos financiados por dicho Fondo[91].

Por lo que hace a la transferencia de tecnología, en primer lugar, debe destacarse el reconocimiento del papel sumamente importante que juega el sector privado en el desarrollo, transferencia y financiación de tecnología. Se solicita a las Partes incluidas en el Anexo II que tomen las medidas necesarias para promover, facilitar y financiar la transferencia de tecnología limpia y *know-how* a países en desarrollo[92], apoyando a su vez la creación y el fortalecimiento de las instituciones apropiadas en países en desarrollo que permitan esa transferencia de tecnología y de *know-how* de manera eficiente[93]. Asimismo, se solicita a las Partes incluidas en el Anexo I que asistan a los Estados Partes en desarrollo en sus esfuerzos de construir las estructuras institucionales adecuadas que permitan mejorar la eficiencia energética y la utilización de energías renovables a través de la cooperación bilateral y multilateral[94]. Y, explícitamente, se urge: a las Partes incluidas en el Anexo I a que en sus actividades de transferencia de tecnología tomen en cuenta el apoyo para desarrollar y aumentar las capacidades endógenas y tecnológicas de los países en desarrollo[95]; a las Partes incluidas en el Anexo II a proveer a las partes en desarrollo una lista de tecnologías y de *know-how* adecuadas para lograr una correcta adaptación y mitigar los efectos del cambio climático[96]; a los Estados no Partes en el Anexo I a remitir una lista de sus necesidades prioritarias de tecnología (especialmente aquellas tecnologías claves para afrontar el cambio climático en sectores particularmente importantes de sus economías nacionales)[97]; y, asimismo, tanto a los Estados Partes desarrollados como no desarrollados, a crear el medio adecuado que estimule la inversión del sector privado en la transferencia de tecnología y *know-how* a los países en desarrollo y a que promuevan la aplicación de *know-how* endógeno[98]. Finalmente, invita a todas las Partes y a las Organizaciones Internacionales y ONGs interesadas a identificar proyectos y programas que incorporen el factor cooperación en la transferencia de tecnología y que puedan servir de modelo para la aplicación de tecnologías limpias[99].

(86) Decisión 1/CP.4
(87) Decisión 2/CP.4, 1.e)
(88) Decisión 2/CP.4, 1.g) i)
(89) Decisión 2/CP.4, 1.g) ii)
(90) Decisión 2/CP.4, 1.g) iv)
(91) Decisión 2/CP. 4, 3.b)
(92) Decisión 4/CP. 4, 3.a)
(93) Decisión 4/CP.4, 3.b)
(94) Decisión 4/CP.4, 4.a)
(95) Decisión 4/CP.4, 7.a)
(96) Decisión 4/CP.4, 7.b)
(97) Decisión 4/CP.4, 7.c)
(98) Decisión 4/CP.4, 9.d)
(99) Decisión 4/CP.4, 8

Cabe destacar que durante el desarrollo de la CP.4 se trató la cuestión de la puesta en funcionamiento del mecanismos de desarrollo limpio, decidiéndose poner como fecha límite para la toma de decisiones respecto a esta cuestión la CP.6[100].

Un año mas tarde, en noviembre de 1999, tuvo lugar CP.6, nuevamente en Alemania, en esta oportunidad en la ciudad de Bonn. Decidida a continuar el trabajo iniciado conforme al Plan de Acción de Buenos Aires, centró su atención en estimular el trabajo de los órganos subsidiarios, tanto el Órgano Subsidiario de Implementación (SBI) cuanto el Órgano Subsidiario de Asesoramiento Científico y Tecnológico (SBSTA), con miras a tomar las decisiones que ejecuten el Plan de Acción de Buenos Aires durante el desarrollo de la CP.6, como así también estimular e intensificar el proceso de negociaciones en todos los aspectos, siempre teniendo en miras la entrada en vigor del Protocolo de Kioto tan pronto sea posible[101]. Durante el transcurso de esta reunión se establecieron una serie de líneas directrices para la preparación de los informes por parte de los Estados Partes incluidos en el Anexo I, fijándose noviembre de 2001 como fecha límite para la presentación de la tercera comunicación nacional[102], y se urgió a los Estados Partes incluidos en el Anexo I que no hubieran remitido su primera y segunda comunicación nacional a que lo hagan tan pronto sea posible[103].

Asimismo durante la CP.5 se procedió al análisis de las primeras comunicaciones nacionales de los Estados que no están incluidos en el Anexo I, concluyéndose que tales Estados están cumpliendo con los compromisos asumidos en virtud del artículo 4 de la CMNUCC, y la puesta a disposición de la CP los inventarios de emisiones antropogénicas y la absorción por parte de los sumideros de los gases de efecto invernadero no controlados por el Protocolo de Montreal[104]. No obstante, se llamó la atención sobre algunas dificultades en lo que se refiere a la cantidad y calidad de los datos disponibles. Con el fin de superar estas dificultades, se decidió establecer un grupo de consultivo de expertos en comunicaciones nacionales de Estados no partes en el Anexo I[105], habiéndose de revisar las líneas directrices para la redacción de tales comunicaciones durante la CP.7[106]. Entonces se establecerá también la frecuencia con que deben ser remitidas tales comunicaciones[107].

Pero del análisis de estos últimos períodos de sesiones de la CP se desprende que las posiciones de los distintos Estados o grupos de Estados mantienen el rumbo de las negociaciones precedentes a la adopción del Protocolo de Kioto.

Los Estados Unidos mantienen su posición de avanzar en la puesta en práctica de los mecanismos de flexibilidad sin cuantificar las reducciones internas. Además, persiste en su advertencia de que no ratificará el Protocolo en tanto no se logre una participación significativa de los países en desarrollo[108].

Por su parte, los Estados miembros de la Unión Europea mantienen su opinión de que deben ponerse en práctica los mecanismos de flexibilidad, pero limitando éstos en función de las medidas internas, esto es, sólo se pueden utilizar los mecanismos flexibles como complemento de las medidas internas y en un porcentaje no superior al 50 %[109]. Los Estados miembros de la Unión Europea siguen desempeñando el papel de nexo entre los países en desarrollo y otros países desarrollados, mostrándose más comprensivos ante los

(100) Decisión 7/CP.4, 1
(101) Decisión 1/CP.5, párrafo 3
(102) Decisión 4/CP.5, 2
(103) Decisión 4/CP.5, 4
(104) Decisión 7/CP.5, 3.a)
(105) Decisión 8/CP.5, 3
(106) Decisión 8/CP.5, 1.b)
(107) Decisión 8/CP.5, 1.d)
(108) Véase al respecto el informe del Servicio de Investigaciones del Congreso de los Estados Unidos, elaborado por Susan Fletcher, analista principal de la División de Política de Recursos Naturales y Medio Ambiente, Política Ambiental Internacional. Servicio Cultural e Informativo de Estados Unidos (www.usia.gov/usis.html).
(109) Comisión Europea (98) 503. Comunicación de la Comisión al Consejo y al Parlamento Europeo.

problemas que se presentan a corto plazo a los países en desarrollo y asumiendo que son los países desarrollados los que deben llevar la delantera en el proceso de reducción de emisiones.

Por último, en el seno del denominado G77+China, un grupo en realidad integrado por unos 137 Estados, siguen coexistiendo diversas posiciones que responden a una variada gama de intereses. Los grandes países emisores (como India, China o Brasil) insisten en que, conforme al principio de responsabilidades comunes pero diferenciadas, sean los países desarrollados, esto es, los que más han contribuido históricamente al cambio climático con sus emisiones, los que deben tomar al menos en esta primera etapa las medidas acordes para contrarrestar los efectos perniciosos de tales emisiones. Sin embargo, la diversidad de posiciones se debe particularmente a la posición del grupo de países OPEP, que ha adoptado en el seno de los períodos de sesiones de la CP una clara actitud obstruccionista, lo que ha generado en el propio seno del G77 una serie de fricciones internas. Incluso, muchos de los Estados que no pertenecen a la OPEP pero sí al G77 han comenzado a cuestionarse la conveniencia de su alianza con los países OPEP.

CONCLUSIONES

La toma de conciencia universal de una realidad problemática global es un buen punto de partida para la acción. El régimen internacional instaurado para hacer frente al cambio climático posibilita el necesario marco de acción, con un objetivo (art. 2 CMNUCC) y unos principios que deben guiar esa acción futura (art. 3 CMNUCC). El régimen asimétrico de obligaciones es un buen reflejo de las distintas circunstancias nacionales en presencia -si bien dicho régimen resulta excesivamente casuístico- y la vaguedad de las obligaciones asumidas por los países desarrollados en 1992 se contrapesa con la creación de una estructura institucional en cuyo seno se pueden adaptar y perfeccionar dichas obligaciones -como ha ocurrido con la cuantificación de las limitaciones de emisiones recogidas en el Protocolo de Kioto.

La aceptación universal de la CMNUCC en un corto período de tiempo es en sí misma una señal del éxito de las negociaciones. Pero la prevención y corrección de los riesgos inherentes al cambio climático dependerán de la aceptación del Protocolo de Kioto y, sobre todo, del cumplimiento de las limitaciones cuantificadas de emisiones. La eficacia del régimen internacional no se debe medir por el grado de aceptación de las obligaciones, sino por la medida en que efectivamente se procede a mejorar el conocimiento científico y socio-económico y a limitar o reducir las emisiones globales de gases de efecto invernadero.

Pero, por el momento, el primer objetivo debe ser la entrada en vigor del Protocolo de Kioto. No obstante, hoy por hoy, el estado de las negociaciones hacen vislumbrar un futuro sombrío y parece poco probable que la meta de 2002 pueda alcanzarse. Habrá que aguardar hasta la CP.6, en noviembre del presente año, para asistir al desarrollo de las siguientes etapas y esperar que, en las negociaciones, las Partes tengan en cuenta el principio de efectividad, esencial en esta materia, y logren acercar sus posiciones y así llegar a un consenso, que sin ninguna duda beneficiará a todos y a cada uno de quienes habitamos y, sobre todo, de quienes habitarán este planeta.

UNA MAESTRÍA DE MENTES Y CORAZONES[1]

A MASTER DEGREE OF MINDS AND HEARTS

Doraci Alves LOPES[2]

A MODO DE PRESENTACIÓN...

Soy socióloga y profesora del área de Ciencias Sociales en Sao Paulo, Brasil. Participo desde el 17 de enero y hasta el 31 de marzo del presente año, de la I Maestría de Cooperación Internacional al Desarrollo y Acción Humanitaria, promovida por el Departamento de Derecho Internacional de la Universidad de Sevilla, y desarrollada en la Universidad Internacional de Andalucía, sede Iberoamericana de La Rábida.

Mis tesis de maestría y doctorado en sociología urbana, analizan históricamente las condiciones de vida y los movimientos sociales de trabajadores sin techo, desplazados económicos, que insisten en resistir colectiva y precariamente ante la pobreza y la exclusión social.

UNA VISIÓN HUMANA E INTERNACIONALISTA PARA UNA EXPERIENCIA DE INTERCAMBIO CULTURAL...

Disfruto como profesional de una beca de intercambio cultural académico, una oportunidad fundamental en términos de ampliación de mis conocimientos personales y de socialización futura en el campo de mi trabajo, sea con mis alumnos, sea en nuevas investigaciones.

Quisiera destacar, en primer lugar, la experiencia única vivida con el grupo de estudiantes, profesionales de diversas áreas de conocimientos y de diez países de la América Latina, contando también con la participación activa de cuatro españoles.

Además, debo enfatizar la capacidad del cuerpo de profesores doctores, la preocupación por la organización del proceso pedagógico, que procuró trabajar la teoría y la práctica de conocimientos, tanto en temas de Cooperación al Desarrollo, como en los de Asistencia Humanitaria. Así, de los conceptos básicos, fundamentales, se pasó a ejercicios, ensayos de proyectos a partir del sustrato teórico impartido anteriormente, casi siempre adquirido y practicado mediante discusiones en grupos y con toda la clase.

Varios expertos de reconocidos organismos internacionales y españoles, como también ONGs, ayudaron decisivamente el trabajo de la maestría, complementando con informaciones y enseñanza de proyectos, las maneras de situarse en la práctica de la cooperación al desarrollo o ayuda humanitaria en nuestros países. Por lo tanto, pensamos tanto desde un punto de vista oficial, -gubernamental-, como desde la

(1) O presente artigo foi publicado em 30 de março de 2000, pelo diário ***HUELVA Información***, Andaluzia, Espanha. Foi solicitado pela Assessoria de Imprensa da Sede Iberoamericana Santa Maria de La Rábida (Huelva), que pertence à Universidade Internacional de Andalucía. O objetivo foi apresentar uma avaliação pessoal do intercâmbio cultural.

(2) Doutora em Sociologia. Professora e Coordenadora do Curso de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas. PUC-Campinas. *E-mail:* doracilopes@hotmail.com

perspectiva de la sociedad civil, en sus organizaciones políticas y sociales.

Muchas veces percibimos en esos momentos, la construcción de un conocimiento colectivo mayor, no previsible al comienzo. Proceso gradual que nos aproximó, nos identificó en ciertas inquietudes políticas, económicas, culturales, sociales, con el presente y el futuro del mundo contemporáneo, teñido de intensos contrastes. Por lo tanto, no nos detuvimos solamente en los problemas de la América Latina, sino también en los desafíos, contradicciones y cambios del derecho internacional.

Preocupaciones comunes pasaron a ser compartidas día a día en la clase, entre alumnos y profesores. Las conversaciones continuaban en el espacio del comedor, en el intervalo del café, y seguían inflamando lo más interno de nosotros por los nuevos conocimientos y por ese confrontarse con la experiencia de cada uno de los participantes envueltos en esta aventura de estudios.

Paseamos por tantos países de la América Latina: del Sur, Central, del Norte, comparamos con España, Andalucía y otras regiones. Vimos la relación de España y Portugal y su historia en la Unión Europea. Miramos también con principios humanistas y democráticos otros continentes, reflexionando siempre sobre las responsabilidades y objetivos de los Organismos Internacionales, como la ONU y los que la componen o giran alrededor.

Concebimos simbólicamente una unidad a veces latinoamericana, y otras veces iberoamericana, mientras comparábamos y relacionábamos Latinoamérica con la Unión Europea. A partir de estos intereses y contradicciones mutuos, vivimos algunos instantes de pérdida de la identidad exclusivamente "nacional". Esto fue una vivencia sentida más vivamente acá en España, una emoción gratificante al ser reconocida, registrada, dentro de mí, de nosotros, individual y colectivamente.

Esta construcción conjunta del conocimiento no ocurrió, sin embargo, tranquilamente. Compartimos también conflictos, visiones distintas, tensiones mutuas, confrontaciones políticas, teóricas y algunas perplejidades culturales.

Pero, pasado el momento crucial del confrontamiento, retomamos el hilo del tejido fino de la solidaridad del grupo para continuar a compartir una angustia positiva, contenida en toda práctica social de convivencia entre identidades culturales tan próximas, pero al mismo tiempo distantes, plurales.

No podemos olvidar la importancia que adquirió en esos momentos el acompañamiento realizado por el Director y las Coordinadoras en el transcurrir del curso, haciéndose accesibles a los estudiantes y escuchando a cada uno y al grupo como un todo, siempre que fue necesario.

UN FINAL INCONCLUSO Y PROMISORIO. UN FINAL QUE ES UN COMIENZO ...

...Pues descubrimos que no existe un "final" para este grupo. Proliferan planes de encuentros entre muchos participantes del curso, continuidad de amistad, de viajes futuros. Son también planes para trabajos académicos, incluso de formación de una ONGD. Propuestas de convenios conjuntos con España se conciertan, significando una continuidad del intercambio de conocimientos, desde la distancia.

Entiendo que esta maestría seguirá provocando un efecto multiplicador y dinamizador sobre sus temas centrales: Cooperación al Desarrollo y Asistencia Humanitaria, aproximando los países de la América Latina a España y a la Unión Europea.

Termino añadiendo que la preocupación de la dirección de la Universidad no fue indiferente a nuestra cotidianeidad en La Rábida, organizando diversas actividades culturales. Vimos presentaciones magnificas, como la peña femenina flamenca de Huelva, el concierto de piano, un show de tango, películas de arte crítica y documentales sobre diversos países latinoamericanos. Recuerdo incluso una pieza de teatro en el día de las mujeres, por no contar las fiestas de cumpleaños entre nosotros.

Además, viajes a la Sierra de Huelva, Córdoba, y paseo nocturno para ir a enterrar "el Choco" despidiendo el Carnaval local. Todo esto acompañados por el trabajo, corrección y paciencia de muchos funcionarios de La Rábida que, juntos, proporcionaron una estadía a recordar...

Esta es una visión personal, pero creo traducir gran parte de las experiencias de mis compañeros de clase en la aventura que fue este periodo de maestría en la España andaluza.

Volvemos renovados y más convencidos en nuestra perspectiva y lucha diaria por una educación para la paz y por el derecho humano al desarrollo de todos pueblos del mundo.

Por esto destaco el nombre del Rector Pe. José Benedito de Almeida David para expresar mi agradecimiento a todas las personas de la PUC-Campinas que me proporcionaran a oportunidad de vivir un tiempo tan rico.

Finalmente agradezco vivamente el conjunto de la maestría, en especial al Doctor Juan Antonio Carrillo Salcedo, porque puede simbolizar, con su incansable motivación y carisma, la unión entre mentes y corazones de profesores y estudiantes[3].

(3) La revisión de este texto la realizó gentilmente mi compañero de curso, Fernando García, sevillano que actualmente vive en Bolivia.

A NATUREZA DO ESPAÇO: TÉCNICA E TEMPO, RAZÃO E EMOÇÃO. Milton Santos. São Paulo: HUCITEC, 1986. 308p.

Não há espaço global e sim espaços de globalização, não existe um tempo global e único mas somente um relógio mundial, e as redes globais transportam o universal ao local . Mas são as redes locais as constituidoras das condições técnicas do trabalho direto. Os vetores da hegemonia criam localmente uma desordem, suas normas são indiferentes aos contextos nos quais se inserem pois sua finalidade é o mercado global, a mais-valia universal. Pontos distantes são unidos, pela telecomunicação, numa mesma lógica produtiva, estabelecendo processos globais. O *mundo*, ativo através das empresas gigantes, é um conjunto de *possibilidades* dependente das *oportunidades* ofertadas pelos lugares; ele necessita da mediação dos lugares pois estes é que lhe oferecem a possibilidade de realização, de se tornar *espaço*. A ordem global procura impor uma única racionalidade e os lugares vão responder conforme os modos de sua própria racionalidade. Alguns serão incluídos e outros não; há um *exército de reserva de lugares*? O que é o espaço geográfico hoje? Existe uma racionalidade do espaço? O que é a atual globalização? Nas novas realidades , quais as relações entre técnica e espaço, entre espaço e tempo?

A estas, e a outras questões, é que o geógrafo Milton Almeida dos Santos procura responder neste livro, completando um projeto iniciado com a publicação de **Por uma Geografia Nova** em 1978. Este baiano da pequena Brota de Macaúbas, um advogado apaixonado pela Geografia, doutorou-se nesta disciplina na Universidade de Estrasburgo (França) em meados da década de 1950. De volta ao Brasil, e já como professor catedrático, fundou o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais na Universidade Federal da Bahia onde trabalhava. Exerceu cargos no governo de seu estado e no governo federal (foi subchefe da Casa Civil do governo Jango) e, com o golpe de abril de 1964, permaneceu cem dias preso em Salvador, sem nenhuma acusação formal. Liberto, deixou voluntariamente o país e passou a ter, no exterior, uma brilhante carreira. Foi professor em várias universidades de diversos países, prestou consultoria , sobretudo a respeito de problemas urbanos, à ONU e a governos, e fez parte do conselho editorial de revistas como *Antipode* e *Herodote*. De volta ao Brasil em 1977, foi consultor de planejamento, professor, mediante convite, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em 1984, passou a ser, através de concurso, professor da USP, onde trabalha atualmente.

Em reconhecimento a décadas dedicadas ao magistério e à pensar geografia, em 1994 recebeu, na França, o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud. De suas atividades resultaram mais de trinta livros, diversos traduzidos em vários idiomas, e alguns escritos e publicados primeiramente em outra língua, como **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo** (1971) e **O espaço dividido** (1975). Para a história da geografia brasileira, um dos livros mais significativos foi **Por uma geografia nova,** publicado no mesmo ano (1978) do Encontro Anual dos Geógrafos promovido pela AGB em Fortaleza (CE); nele trata de um de seus temas de maior interesse: a questão da teoria e do método, a questão do espaço geográfico. Propõe, neste livro, uma geografia marxista mas com base em um marxismo renovado. Afirmava vivermos, naquela época, num *período tecnológico*, no qual a técnica subverteu as relações existentes e que tinha nas empresas transnacionais o seu veículo de

afirmação histórica, sendo ciência, pesquisa, tecnologia e *mass-media* seus pilares. Na introdução afirmava ser o livro o primeiro de *"um projeto ambicioso"*, uma série de cinco livros consagrada ao tema *O espaço humano*; não escreveu os cinco mas parece ter concluído o projeto com **A natureza do espaço.**

O livro, uma tentativa de condensar os resultados de uma vida de pesquisas e reflexões, foi escrito em três anos (1994 a 1996); é dividido em quatro partes e quinze capítulos e, como diz o autor na Introdução, possui como desejo explícito *" a produção de um sistema de idéias que seja, ao mesmo tempo, um ponto de partida para a apresentação de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo da geografia"*. (p.15) Resulta de insatisfações referentes ao próprio objeto de trabalho do geógrafo, ao fato de, na Geografia, o tempo aparecer, na prática, separado do espaço, e ao tratamento dado por esta disciplina ao período atual. Como o mundo é um só e uma disciplina é uma parte, autônoma mas não independente, do saber geral, o desafio está em separar um campo particular da realidade total, um campo capaz de se mostrar autônomo e que permaneça, simultaneamente, integrado nessa realidade. Alicerça sua análise o método dialético de base marxista, é coerente ao mesmo no desenrolar do livro e, talvez, graças ao seu fundamento teórico-metodológico, consegue atingir, a contento, seu objetivo.

O principal propósito é a caracterização precisa e simples do espaço geográfico, e o ponto de partida é a noção de espaço como *"um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações"*. Desta noção, procura reconhecer as categorias analíticas internas (como paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, espaço produzido ou produtivo, rugosidades, formas-conteúdo), levanta a questão dos recortes espaciais (debatendo problemas como região e lugar, rede e escalas) e discute a questão da racionalidade do espaço, propósitos que pressupõem o reconhecimento de alguns processos básicos que, originariamente, são externos ao espaço (como técnica, ação, objetos, normas e eventos, universalidade e particularidade, totalidade e totalização, símbolos e ideologia, e outros). Tendo como eixo o fenômeno técnico, visto como um todo, e a partir das condições da técnica atual (informacional), define o atual meio geográfico como *técnico-científico-informacional*.

A primeira parte (*Uma ontologia do espaço: noções fundadoras*) é dividida em seis capítulos e trata das técnicas, do tempo e da intencionalidade, presentes nos objetos e nas ações. Concebe as técnicas como sistemas demarcadores de diversas épocas e como algo onde o *humano* e o *não-humano* são inseparáveis. São elas *"um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço"* (p.25) e as técnicas nos dão a forma principal da relação homem-natureza, de intermediação da união, no trabalho, entre espaço e tempo. Fundamentos possíveis de uma teoria do espaço – *" o espaço é formado de objetos técnicos"* –, as técnicas são datadas e se constituem numa medida do tempo. Entretanto, a consideração das técnicas de produção de modo isolado leva a u'a maior compartimentação da realidade (espaço agrícola, espaço industrial, espaço dos transportes, e outros) e, por isso, a noção de espaço geográfico só pode ser alcançada se o fenômeno técnico for visto em sua total abrangência. Apesar de suas vocações originais, é o espaço o redefinidor dos objetos técnicos ao colocá-los num conjunto coerente, e o valor de cada elemento é dado pelo conjunto da sociedade. O meio geográfico foi durante milênios um meio natural (pré-técnico), durante dois ou três séculos um meio técnico (maquínico) e hoje um meio técnico-científico-informacional. Toda técnica contém história, a revela, congelando o tempo, e não se deve pensar num espaço geográfico situado fora do tempo. Daí ser a sociedade humana se realizando – no uso de seu espaço e de seu tempo – o ponto de partida, e o lugar, ao relativizar seu uso e integrá-las num conjunto, o atribuidor de realidade histórica às técnicas.

Entretanto, o espaço é atualmente, um sistema de objetos cada vez mais artificiais e mais tendentes a fins que são estranhos ao lugar e a seus moradores. A partir daí, o autor pergunta se existirá, mesmo, um objeto geográfico. Para ele, interessam à Geografia os objetos móveis e

os imóveis, mas objetos como sistemas e não somente como coleções. Parte do presente e o objeto não é um vestígio da ação mas seu testemunho; a significação e o valor geográficos dos objetos derivam do papel desempenhado por eles no processo social, dentro de um sistema de ações. Hoje, muitas das ações exercidas num lugar derivam de necessidades alheias, o que força a distinção entre a escala de suas realizações e a escala de seu comando. Também não se deve separar, na análise geográfica, objetos e ações, até porque a eficácia de uma ação relaciona-se com a adequação ao objeto. O autor recoloca, aí, a noção de forma-conteúdo (já explicitada em **Por uma geografia nova**), da hibridez do espaço geográfico, pois a forma se recria a cada evento pois este, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada à realização das funções das quais é portador. Não é nem forma, nem conteúdo mas forma-conteúdo, unindo passado e futuro, natural e social, processo e resultado, função e forma. A seguir, distingue paisagem (conjunto de formas, sistema material que não se explica por si mesmo) de espaço (resultado da intrusão da sociedade nas formas-objetos), o que nos permite concluir que uma mesma paisagem pode compor, historicamente, diversos espaços geográficos. Um exemplo citado pelo autor esclarece: uma bomba de nêutrons faria o que na véspera era *espaço* ser uma *paisagem* após a explosão. O espaço é *"a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais"* (p.88).

A segunda parte (*"A produção das formas-conteúdo"*), composta de três capítulos, é uma retomada da questão da ontologia do espaço quanto ao resultado obtido historicamente, como uma forma-conteúdo, como uma forma que não possui existência (empírica e filosófica) separada do conteúdo e um conteúdo que só existe na forma que o abrigou. A noção de intencionalidade fundamenta o processo da inseparabilidade dos objetos e das ações, num movimento incessante de dissolução e recriação do sentido, de sucessão de formas-conteúdo. A categoria chave para o entendimento deste processo é a de totalidade, que existe dentro de um permanente processo de totalização, que faz com que os lugares, a cada movimento da sociedade, se recriem e se renovem . O motor deste movimento e, portanto, da diferenciação espacial, é a divisão do trabalho, responsável, a cada cisão da totalidade, de levar aos lugares um novo conteúdo e um novo significado. Os vetores desta mudança são os eventos, portadores de um acontecer histórico e, portanto, de um tempo concreto. A trilha a ser percorrida pelo geógrafo, segundo Milton Santos, *"seria partir da totalidade concreta como ela se apresenta neste período de globalização – uma totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares"*(p.92). Pois é a totalidade – a realidade em sua integridade – que explica as partes, até porque o todo é maior que a soma de suas partes; mas é uma totalidade sempre incompleta, sempre procurando fazer-se.

A divisão do trabalho, movida pela produção, é o motor da diferenciação espacial, ao atribuir, a cada modificação sua, novos conteúdos e funções aos lugares; hoje, o que impulsiona a divisão internacional do trabalho é a informação, cujo resultado é a divisão territorial do trabalho. Para o autor, o valor real de um recurso (seja ele população, produto, dinheiro ou inovação) depende de sua *qualificação geográfica*, da *"significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato de participar de um lugar"* (p.107). Fora dos lugares, são abstrações pois a definição conjunta e individual de cada um depende de sua localização, o que faz da formação socioespacial, e não do modo de produção, o principal instrumento para o entendimento da história e do presente de cada país. O lugar está sempre acolhendo determinados vetores e descartando outros, processo formador e mantenedor de sua individualidade. O acolhimento de uma nova divisão do trabalho não exclui, necessariamente, os restos de divisões anteriores, dando uma combinação específica (e, portanto, distinguidora) de temporalidades diversas, pois cada divisão *cria um tempo* próprio, diferente do anterior. Neste processo permanece, nos lugares, um *trabalho morto*, o meio ambiente construído que influi na repartição do trabalho vivo; e o que fica do passado como forma o

CAD - FAU
PUC-CAMPINAS

autor chama de *rugosidade*. O lugar é o depositário obrigatório dos eventos, que são sempre novos e supõem a ação humana, o que torna evento e ação sinônimos. Os eventos não são apenas fatos mas também idéias, não se dão de modo isolado mas em conjuntos sistêmicos, e são sempre *presente* mas não necessariamente instantâneos, pois se considera a duração, o tempo de presença eficaz. A sucessão de eventos altera o sentido das formas; o objeto pode permanecer pois pode ter autonomia de existência mas não a tem de significação. O mundo em movimento redistribui, constantemente, eventos (materiais ou não), valorizando diferencialmente os lugares; estes e as regiões (e um lugar, como as cidades grandes, também pode ser uma região) se definem como funcionalização do mundo pois é neles e por eles que se percebe empiricamente o mundo.

Na terceira parte (*"Por uma geografia do presente"*), dividida em sete capítulos, o autor discute o tempo presente e as atuais condições de realização e transformação do espaço. Ou seja, como hoje se verifica a questão dos objetos e das ações, e o que o leva a caracterizar o meio geográfico atual como um meio técnico-científico-informacional, acrescentando o papel das normas, a realidade das redes (produto da contemporânea condição das técnicas) – a partir das quais fala de verticalidades e horizontalidades – e a noção da racionalidade do espaço. O entendimento das diferentes formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios depende do conhecimento dos sistemas (uma técnica não aparece só e nem funciona isoladamente) técnicos sucessivos, dos instrumentos artificiais usados pelo homem (a ferramenta, a máquina, o autômato) . O atual (e prolífico) casamento da técnica e da ciência (tecnociência) é a base material e ideológica que fundamenta o discurso e a prática da globalização. Inovação galopante, difusão rápida (comandada por uma mais-valia que opera no nível do mundo e em todos os lugares), envolvimento de muito mais gente e colonização de muito mais áreas, caracterizam o sistema atual. Vivemos a era da informação e ela é a base do poder; o computador é o símbolo do período e a informatização o modo dominante de organização do trabalho. Esta era das telecomunicações se criou em razão da combinação realizada entre tecnologia digital, política neoliberal e mercados globais.

Outra característica de nosso tempo é a unicidade do tempo, a *convergência de momentos*, a possibilidade de conhecer eventos longínquos instantaneamente e de percebê-los simultâneos, através das técnicas de comunicação. São momentos coetâneos mas não iguais. Os satélites convergem tempo e espaço pois, *para eles*, todos os lugares estão à mesma distância e esta não altera o custo da transmissão, não fazendo mais da distância um fator de isolamento. Mas o que mais circula são informações pragmáticas que não atingem a todos os lugares, manipuladas por poucos atores em seu próprio benefício. O setor financeiro é regulador da economia internacional e o planeta se transformou num campo único de concorrência. Vivemos o tempo dos objetos, e, se antes, o material determinava como o objeto seria fabricado, hoje a forma do objeto e a função dele esperada é que vão determinar o material; e o envelhecimento rápido do patrimônio técnico não é realizado por uma razão técnica mas sim por uma doutrina (e prática) política: a competitividade. Esta possui como vetor fundamental a informação e os territórios são equipados para facilitar sua circulação. Daí considerar uma equívoco a idéia de que o Estado se tornou desnecessário, defendendo que *"a emergência de organizações e firmas multinacionais realça o papel do Estado"* (p.195). Da mesma maneira é um erro proclamar o fim do território, da região ou falar em não-lugar quando *"nenhum subespaço do Planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização"*(p.196). O tempo acelerado amplia a diferenciação dos lugares e estes se distinguem pela diferente capacidade de fornecer rentabilidade aos investimentos, o que permite falar em *produtividade espacial* ou geográfica, que não é duradoura (permanece até outro lugar oferecer melhores vantagens de localização), dada a existência de um *exército de reserva de lugares*

que estabelece uma competição interlocal, uma *guerra dos lugares*.

Hoje, nos arranjos espaciais, há pontos descontínuos mas interligados, definidores de um espaço de fluxos reguladores, onde se admite dois recortes: as *horizontalidades* e as *verticalidades*. As primeiras são pontos que se agregam sem descontinuidade (como na tradicional definição de região), a fábrica da produção, o *locus* de uma cooperação mais limitada, o palco do cotidiano. As verticalidades são *"pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia"*(p.225), que dão conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo) e são os vetores de uma racionalidade superior, do discurso pragmático dos setores hegemônicos. As cidades são, em geral, o ponto de intersecção entre horizontalidades e verticalidades. Forças centrípetas (de agregação, de convergência) conduzem a horizontalização e as forças centrífugas (de desagregação, quando retiram os elementos de comando da própria região) conduzem a verticalização. Para Santos, a marcha do processo de racionalização, que já atingiu os outros setores, estaria agora se instalando no próprio meio geográfico, no meio de vida dos homens. Por ser um campo de ação instrumental, o espaço pode ser considerado racional em virtude da técnica ser também *técnica informacional*. E, ao contrário do que aparenta, o autor demonstra que a adaptação aos imperativos da modernização globalizadora é mais difícil na cidade que no campo pois naquela é mais trabalhoso renovar a materialidade por ela ser mais rígida devido seu estoque de capital fixo. Ainda cabe observar que, a partir da implantação da racionalidade dominante, implantam-se contra-racionalidades, tanto do ponto de vista social (entre pobres, migrantes, minorias), do econômico (atividades, tradicional ou recentemente, marginalizadas) e do geográfico (áreas menos modernas,*opacas*). Incapazes de se subordinar às racionalidades dominantes, esta experiência de escassez é a base para uma adaptação criadora, o que faz destas *irracionalidades* outras formas de racionalidade e que apontam para a construção de um novo sentido. E isto é um aspecto importante da análise do autor, completada na parte seguinte.

A quarta e última parte (*"A força do lugar"*) é composta somente de dois capítulos; é a menor, não em importância, e nela procura demonstrar as novas perspectivas de método e ação decorrentes das *racionalidades concorrentes* e propor mudanças na epistemologia da Geografia. É uma *conclusão em aberto*, onde busca mostrar as relações entre o lugar e o cotidiano, os usos contrastados do mesmo espaço, a defrontação e o afrontamento da ordem local frente a ordem universal. *"Cada lugar é, a sua maneira, o mundo"*(p.252) e a atual história concreta recoloca a questão do lugar numa posição central. Continua insistindo na visão de totalidade e fazendo restrições à valoração demasiada, estreita, do aspecto econômico. Nada fazemos atualmente, diz ele, que não seja a partir dos objetos que nos circundam, o que força o geógrafo a trabalhar com todos os objetos e todas as ações; o espaço banal é o espaço dos geógrafos. Para o autor, a cidade grande é um enorme espaço banal, é o lugar mais significativo, é o espaço no qual os fracos podem subsistir, até por escaparem ao totalitarismo da racionalidade.

Por isso defende que, na cidade, são os pobres que mais olham para o futuro. Vivem eles nas zonas *opacas* (espaços de criatividade) opostas às zonas *luminosas* (espaços da exatidão), e suas carências os forçam a imaginar um outro futuro (o desconforto criador). Distingue a cultura de massas, hegemônica, amolecedora da consciência e que se alimenta das coisas, da cultura popular, profunda, que se nutre dos homens. Esta última possui raízes na terra em que se vive, *"simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar"*(p.262) e, por isso, quando alguém migra para a cidade grande se defronta com um espaço que não ajudou a criar, do qual desconhece a história. O que traz consigo é de pouca ajuda para a luta cotidiana – quanto menos inserido, mais o indivíduo sofre o choque da novidade – e, por isso, necessita criar uma terceira via de entendimento da cidade. Assim, o espaço geográfico atual é um conjunto

indissociável de sistemas de objetos e de sistema de ações; essas ações constituem, no plano global, *"normas de uso dos sistemas localizados de objetos"*, mas, no plano local, é o próprio território a norma para o exercício das ações. A partir destes dois planos se constituem a razão global e a razão local, *"que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam"* (p.267). As redes, como instrumentos de produção, circulação e informação mundializadas, são globais e são elas que transportam o universal ao local. É o lugar que oferece ao mundo a possibilidade de sua realização pois, para *"se tornar 'espaço', o Mundo depende das virtualidades do Lugar"* (p.271). A ordem global procura impor uma única racionalidade a todos os lugares e estes respondem ao mundo conforme as diversas maneiras de sua própria racionalidade. Por isso, assim termina a obra: *"Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente"* (p.273).

O livro atinge o seu propósito e é instigante, força o pensar. Mas cabem algumas observações, que em nada diminuem o mérito da obra. Existe um demasiado uso, principalmente nas duas primeiras partes, do termo *evolução*, que, sem explicitação, pode levar a interpretações semelhantes ao seu significado nas ciências biológicas. Em alguns trechos densos de conteúdo faltam exemplos facilitadores da compreensão. Há alguns erros de grafia (*gaz, ama(r)rasse, processo ....presente ou passada*) e o uso de termos cujo significado, pouco acessível, não é explicado (burótica, domótica, p.ex.). Achamos que o autor deveria ter incluído análises mais específicas das técnicas de geoprocessamento (e do uso de seus resultados), dos blocos regionais, como a União Européia e o NAFTA, e de algumas questões demográficas atuais, dada a importância das mesmas. Discordamos do uso do termo *modernização tardia* (p.199), pois pode passar a idéia de que os processos são semelhantes e de que a definição da data da *modernização* é dada pelas sociedades locais, o que normalmente não ocorre. Discutível o otimismo quanto à ação dos excluídos mas nem sempre o futuro almejado pelos pobres é algo que não existe, pois pode ser o presente de outros, embora sua obtenção provoque algumas mudanças estruturais.

A bibliografia é vastíssima (569 títulos), demonstradora do cabedal cultural do autor; mas nela se nota uma presença marcante de não-geógrafos e a citação de poucos geógrafos brasileiros, o que pode ser um indicador de nossa limitada produção neste campo. Merece elogios a inclusão de um índice de autores e de um índice de assuntos, facilitadores que são de consulta por parte dos leitores. O esquema da obra e a maneira como os conceitos vão sendo trabalhados, fazem com que não seja aconselhável uma leitura isolada dos capítulos. A proposta de construir um sistema de pensamento que facilite o entendimento do espaço geográfico atual e a demonstração, alicerçada, de que é possível um futuro melhor para a maioria dos seres humanos, foram plenamente atingidas. Isto torna o livro obrigatório para todas as pessoas ligadas à ciência geográfica (estudantes, professores, etc.) mas também aconselhável, dada a interdisciplinaridade da obra, a todos os outros cientista sociais, sejam eles estudantes ou profissionais.

O texto nos dá u'a linha, valoriza o processo histórico, realça o papel do lugar e a importância da Geografia entre as ciências sociais, o que o torna fundamental. E, a partir de toda obra de Milton Santos, esperamos que esta frase escrita por ele no livro em questão (p.39) se transforme em algo do passado: *"De um modo geral, é por falta de uma epistemologia, claramente expressa, que a própria geografia tem dificuldade para participar em um debate filosófico e interdisciplinar"*.

Rui Ribeiro de Campos

Professor de Geografia no Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas, mestre em Educação e doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista – campus de Rio Claro

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A revista ***Humanitas*** publica artigos inéditos relacionados com as diversas áreas das Ciências Humanas, principalmente Ciências Sociais, Geografia e História, buscando incentivar a produção de trabalhos interdisciplinares, nas seguintes categorias: **Artigo Original** e **Resenhas.**

Submissão de trabalhos. Os artigos serão submetidos à avaliação por pelo menos dois revisores, em procedimento sigiloso quanto a identidade tanto do(s) autor(es) quanto aos revisores. Caso haja utilização de ***figuras*** ou ***tabelas*** publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso. O Conselho Editorial devolverá os trabalhos que não se seguirem os padrões destas "Instruções".

Apresentação das colaborações. Enviar os textos e/ou resenhas para o Conselho Editorial do Instituto de Ciências Humanas – PUC-Campinas, em uma cópia, preparado em espaço 1,5, com fonte Time New Roman tamanho 11 e limite máximo de 30 laudas para **Artigos Originais** e 5 laudas para **Resenha.** Para esclarecimentos de eventuais dúvidas quanto à forma e outros aspectos, sugere-se consulta a este fascículo. Aceitam-se trabalhos escritos somente em português e espanhol, com título, resumo e palavras chave no idioma original e em inglês. Após aprovação final encaminhar em disquete 3,5', empregando editor de texto MS Word versão 6.0 ou superior. Endereço para envio: Conselho Editorial - ICH-PUC-Campinas, Campus I, Bloco H 11, Rodovia D. Pedro I, km 136 – Campinas, SP – Caixa Postal 317 – CEP: 13086-900. Endereço eletrônico: ich@acad.puccamp.br

Página de título. A primeira lauda do original deve conter a) título do artigo (português e inglês), b) nome completo de todos os autores, c) indicação da Instituição onde cada um dos autores é afiliado, acompanhada do respectivo endereço para correspondência e/ou endereço eletrônico; d) se foi subvencionado, indicar nome da agência de fomento que concedeu o auxílio; e) se for extraído de dissertação ou tese, indicar título, ano e instituição onde foi apresentada; f) se foi apresentado em reunião científica, indicar nome do evento, local e data de realização.

Resumo/abstract: Com exceção dos textos apresentados como Resenha, os trabalhos submetidos deverão ter resumo com no mínimo 50 e no máximo 100 palavras no idioma original e em inglês. Não deve conter citações e abreviaturas. E deve estar na primeira página.

Palavras-chave/keywords: seguido do resumo/abstract, em mínimo de 3 e um máximo de 5.

Texto. Com exceção dos manuscritos apresentados como Resenha, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal dos trabalhos científicos e de acordo com as normas aqui apresentadas.

Referências bibliográficas de acordo com a NBR-6023/ 1989.

No texto citar o sobrenome do autor, seguido do ano de publicação, como Abranches (1987); se forem dois autores, o último sobrenome de ambos separados por &, como em Carey & Shugart (1998) e se forem três ou mais autores, o sobrenome do primeiro autor seguido *de et al.* e do ano da publicação, como em Stark *et al.* (1998). As referências citadas deverão estar no final do trabalho relacionadas em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor devendo constar os nomes de todos os autores.

Os títulos de periódicos constantes das referências deverão ser apresentados por extenso, seguidos do local de publicação. Se um artigo estiver em via de publicação, indique: título do periódico, ano e outros dados disponíveis, seguidos da expressão, entre parênteses, **no prelo**. As publicações não convencionais, de difícil acesso, podem ser citadas desde que contenham o máximo de informações e a sua localização. As referências devem ser apresentadas corretamente, de acordo com os exemplos a seguir. ***A exatidão e a adequação das referência a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.***

Exemplos:

Livros

SACHS, I., **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir.** Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2.ed. São Paulo : Vértice, 1986.

Artigos

REIS, E., Elites agrárias, state-building e autoritarismo. **Dados**, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p.275-269, 1982.

Coletânea

ABRANCHES, S.H., Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975. In: LIMA O.B., e ABRANCHES, S.H. (org.). **As origens da crise.** São Paulo : IUPERJ/ Vértice, 1987.

Teses acadêmicas

BARBOSA, S.R.C.S. **Qualidade de vida e suas metáforas Uma reflexão sócio-ambiental**. Campinas, 1996. 326p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996: p.326.

Citações bibliográficas no texto. Deverão ser colocadas em ordem numérica, em algarismos arábicos, meia linha acima e após a citação, figurando como nota de rodapé, devendo constar da lista de referências bibliográficas ao final do texto. Pode-se citar como no exemplo: Barbosa, 1996:247, o que diminui o excesso de notas de rodapé.

As ***nomenclaturas*** deverão ser utilizadas de forma padronizada, observando rigorosamente as regras de nomenclatura das Ciências Humanas, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas. Devem ser precedidas do nome completo quando citadas pela primeira vez. Não devem ser usadas no título e no resumo.

PUC CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

HUMANITAS

Instituto de Ciências Humanas (ICH)
PUC-Campinas
Campus I - Rodovia Dom Pedro I, km 136
Parque das Universidades
Telefone/Fax: (0xx19) 3756-7238
CEP 13086-900 - Campinas - SP
E-mail: ich@acad.puccamp.br

Ficha de Assinatura

Nome: _____

Instituição: _____

Endereço para envio da Revista:

Rua _____

Nº _____ Ap. _____ /Bloco complemento: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____

Assinatura anual da Revista: R$20,00. Remeter ficha e cheque nominal à Sociedade Campineira de Educação e Instrução - (SCEI), para o endereço acima.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler
Dom Gilberto Pereira Lopes

Reitor
Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos
Prof. José Francisco B. Veiga Silva

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos
Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora
Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

SUMÁRIO
CONTENTS

3 Editorial

ARTIGOS/*ARTICLES*

5 Estado militar, cultura de massas e transformações políticas na década de 70
Military State, mass culture and political transformations during the 70's
Mirza Maria Baffi Pellicciotta

19 A ditadura do entretenimento: limites e possibilidades da democracia no século XXI
Entertainment dictatorship: limits and possibilities for democracy in the 21 st century
Thales de Andrade

31 Futebol: racismo, identidade nacional e uso político
Football (soccer): racism, national identity and political use
Rui Ribeiro de Campos

51 O campo e a cidade?
The country and the city?
Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues

59 As representações geográficas no conjunto das representações sociais
Geographic representations among the social representations
Antônio Carlos Pinheiro

69 Entre la globalid y las asimetrías de la interdependencia: la negoción de um régimen internacional sobre cambio climático
Between globalism and the inequalities of interdependence: trade of an international regime on climate change
Joaquín Alcaide Fernández

97 Una maestria de mentes y corazones
A master degree of minds and hearts
Doraci Alves Lopes

101 **RESENHA**

PUC CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA